



**GOVERNO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

# 140ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais- CTIL do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH.

Brasília/DF.  
31 de Agosto de 2017.

*(Transcrição ipso verbo)*  
*Empresa ProixL Estenotipia*

1 **O SR. SERGIO GONÇALVES (MMA)** – Bom dia. Bom dia a todas e a todos.  
2 Vamos, por favor, tomar os nossos assentos, para reiniciar a reunião da CTIL. O  
3 nosso dia vai ser longo e prospero. Nós sabemos que vários membros da CTIL  
4 têm horários diferenciados de atividades, de voos. Então, nós vamos pedir  
5 compreensão de todos e todas para poder ir, sem perder a qualidade e o debate  
6 que isso é fundamental, mas tentarmos cumprir a nossa pauta da forma melhor  
7 possível. Claro que todo mundo faz um planejamento quando inicia. O nosso  
8 planejamento da secretaria executiva era ter acabado o item 6 ontem, e começado  
9 hoje o 7. Então, nós vamos agora fechar o único parágrafo, único ficou único, ou  
10 não? Vamos ver. Virou duplo? Não tem problema. Então, nós vamos fechar o art.  
11 3º da Resolução. O artigo foi fechado ontem, o texto. E hoje nós vamos discutir os  
12 parágrafos que foram trabalhados na tentativa do consenso, então eu vou pedir  
13 para quem trabalhou, porque já ajuda. Marcos se puder, você já pode fazer a  
14 leitura, porque se precisar já faz a explicação e ganhamos tempo, por favor.  
15 Obrigado.

16  
17  
18 **O SR. MARCO ANTONIO AMORIM (ANA)** – Eu posso fazer a leitura, mas com a  
19 chegada da Lívia ali... Ela que trabalhou a norma.

20  
21  
22 **O SR. SERGIO GONÇALVES (MMA)**– Ela já chegou. Ótimo. Perfeito. Já lê e  
23 aproveita, e se precisar alguma explicação já dá de uma vez, leia e já fala do  
24 porque que foi trabalhado nesse texto.

25  
26  
27 **A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ)** – Bom, tentando atender as discussões de  
28 ontem, a proposta é transformar o parágrafo que inicialmente era único, em três  
29 parágrafos, lembrando que, o caput foi aprovado ontem. Então, o parágrafo  
30 primeiro diz: § 1º Caso e o Comitê não apresente proposta para recomposição dos  
31 valores cobrados nos exercícios anteriores da aprovação da Resolução aplicar-se  
32 a para o exercício 2019 a variação do IPCA/IBGE ao preço público unitário vigente  
33 do mês da sua aprovação por resolução CNRH até o mês de outubro de 2018. §  
34 2º Apresentada a proposta no prazo mencionado no caput desse artigo (que é  
35 aquele prazo de um ano) o disposto no parágrafo primeiro desse artigo ficará  
36 suspenso até que o Conselho Nacional se manifeste sobre a proposta do Comitê.  
37 § 3º O prazo mencionado no caput deste artigo tem seu início na data da  
38 publicação da presente Resolução. Só para termos como marco aí, a data que  
39 inicia o prazo de 12 meses para o Comitê se manifestar. Então, o § 1º, ele fala da  
40 não apresentação de proposta pelo Comitê, e aí como regra geral a aplicação do  
41 IPCA, e o § 2º fala em caso, o Comitê apresente a sua proposta, o efeito do § 1º  
42 que é a aplicação do IPCA, fica suspenso até que o Conselho se manifeste sobre  
43 a proposta trazida pelo Comitê, e o § 3º ele só vem a esclarecer o que prazo de  
44 um ano ele se inicia no momento da publicação da Resolução.

**O SR. SERGIO GONÇALVES (MMA)** – Muito obrigado Livia. Desculpe. Obrigado Livia a palavra está aberta para manifestações sobre a proposta dos novos três parágrafos do art. 3º, por favor, (nome não identificado).

**O SR. ALEXANDRE VILLELA (FIESP)** – Bom, eu acho que o texto apesar, só para mantermos uma coerência, nós viemos durante toda votação, mas eu acho que como aquele princípio de principalmente não haver, vamos chamar de sansão, o Comitê que cumprisse a sua regularidade do ponto de vista de comprimento do prazo, eu entendo que parágrafo segundo atende nesse sentido, porque o Comitê apresentando o prazo é claro que aí vai depender da velocidade do rito do conselho. Então, nós mantemos a nossa abstenção, é claro, mas eu acho que o texto evoluiu nesse sentido de proteger os comitês.

**O SR. NEY MURTA (ANA)** – Eu queria manifestar a concordância também com a redação, acho que traduz bem as discussões que aconteceram tanto na CTCOB quanto aqui na CTIL e o nosso encaminhamento é para a aprovação dessa redação.

**O SR. SERGIO GONÇALVES (MMA)** – Por favor, mais alguma manifestação? Podemos entender então que está aprovado por consenso? Perfeito. Registrando claro, perfeito, a posição dos usuários da indústria da abstenção.

**O SR. SERGIO GONÇALVES (MMA)** – Que concordam, mas se abstém.

**O SR. ALEXANDRE VILLELA (FIESP-CNI)** – Está registrado abstenção. Pela coerência das anteriores. Só para marcar, a abstenção foi contrária o art. 3º todo, e abstenção em todas as outras ações. Por favor.

**A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF)** – Uma conversa que nós tivemos ontem após o término da reunião se falou na questão da retroatividade, que estava sendo posta nesse art. 3º. E eu leio e não consigo enxergar isso. Alexandre você poderia esclarecer, por favor.

**O SR. ALEXANDRE VILELLA (FIESP)** – Vamos lá, bom, só retomando um pouco até a conversa de ontem, eu não sou da área jurídica, mas nós temos algumas posições jurídicas em relação a isso. O que ocorre é o seguinte, diante da não configuração clara na legislação da figura jurídica da cobrança, quanto ao tributo, o preço público, enfim, aí você tem uma série de linhas de pensamento do ponto de vista de qual essa característica jurídica e quando nós partimos para a área

tributária, de novo eu sou da área técnica, mas quando partimos para a área tributária nós temos um entendimento jurídico interno, tanto no CNI quanto alguns usuários na própria FIESP, no sentido que, essa retroação, se caracterizada a cobrança como um tributo, por exemplo, essa retroação ficaria impedida de acontecer esse reajuste, ou seja, é nesse sentido desse vazio da definição jurídica, por não existir claramente uma lei que defina a figura jurídica você pode ter várias interpretações, então uma vez que o pacto firmado lá, a 4 e 5, e 2, 3 anos da Resolução do Conselho, nós entendemos que fazer essa atualização até a data presente ou até o prazo de doze meses após a promulgação dessa Resolução caracteriza sim a retroação, essa tem sido uma posição do nosso jurídico e isso traz grandes traços de legalidade por caracterizar isso. Eu não sei se eu fui muito claro, como eu disse, eu não sou da área jurídica, mas depois nós podemos de repente até compartilhar alguns materiais nesse sentido, mas nós entendemos o nosso jurídico, e não só nosso FIESP o nosso CNI, o nosso de alguns usuários, entende sim que há uma cara retroação, quanto à atualização dos valores, tanto é que o art. 2º daqui para frente, apesar da discordar na tese votamos nesse sentido, agora o passado de fato nós entendemos como retroação e por isso que, não é possível a concordância. Não sei se me fiz implicar.

**A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ)** – Só queria perguntar se nós já não tínhamos votado a matéria. Mas aí, eu pedi esclarecimento.

**O SR. ALEXANDRE VILLELA (CNI)** – A matéria está votada com uma abstenção e todos os outros aprovando. Então, a Resolução está aprovada. Foi só um pedido de esclarecimento. É exatamente. Perfeito.

**A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF)** – Ontem eu havia o quando da discussão, a ideia e o objetivo era, olhar para trás para atualizar valor e não recuperar perdas, eu havia entendido isso na discussão. Só isso.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – À qualquer tipo de esclarecimento gente.

**O SR. NEY MURTHA (ANA)** – Só para registrar que nós não consideramos cobrança um tributo, portanto nós discordamos da tese levantada, mas só para registrar, não queremos... Vamos ter um tempo bastante bom para discutir isso na CTCOB, não é Alexandre?

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (Presidente da CTIL)** – Ótimo. Então, vamos passar para o item de número 6. [Continuidade da discussão sobre a proposta de Resolução que define o procedimento da indicação de representante](#)

de titular e suplente dos Ministérios e Secretarias especiais da presidência dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, dos usuários e das Organizações Cíveis de Recursos Hídricos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que institui o cadastro de organizações cíveis de recursos hídricos. Matéria encaminhada na reunião anterior, para o aprimoramento do artigo sexto do § 2º. A proposta busca compatibilizar a Resolução do Conselho número 106/2010 e 159/2014. Eu vou pedir nesse momento, para o Júlio fazer as explicações que ele presidiu essa reunião e essa Resolução só tem uma pendência. Ela já foi toda aprovada aos outros artigos.

**O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUTT)** – Basicamente é isso que o Sérgio comentou. Bom, bom dia a todos, a quem eu não cumprimentei pessoalmente. Basicamente é isso que o Sérgio comentou, que nós passamos a última reunião, passamos o dia inteiro discutindo os detalhes dessa proposta da Resolução, a única coisa que ficou pendente é esse parágrafo segundo aonde nós tínhamos consensuado de seguir, de se espelhar no que o CONAMA, no regimento do CONAMA, que tem, aonde tem sempre aquela questão de organizações, que o que é organização não governamental? É tudo aquilo que não é o Governo? Pode ser entendido dessa forma. Eu até lembro da primeira composição do Conselho, que essa coisa não tinha, foi a primeira composição. Então, eu lembro que uma entidade perdeu nas de organizações cíveis, ela perdeu, ouviu que não ia ganhar, e ela entrou com ONG e ganhou na ONG. Ganhou como ONG. Então, para evitar isso eu acho que o CONAMA teve esse tipo de preocupação. E eles fizeram, eles não definiram o que é ONG's, eles definiram o que para efeito de participar no CONAMA, ninguém está dizendo... Então, eles fizeram uma lista daquelas entidades que são não governamentais, mas que não são para o efeito de participar no CONAMA, não são consideradas. E nós pegamos então, essa lista do CONAMA, copiamos *ipsis litteri*, trouxemos aqui para discutir, para ver se essa lista é suficiente, ou não cabe em alguns casos para nós, ou se nós precisamos acrescentar mais alguma coisa. Então, durante a discussão que nós tivemos na reunião anterior, ficou um ou outro ponto sem consenso. Então, nós estamos trazendo aqui de novo para discutir essa lista. Eu volto a lembrar de que, esse cadastro de organizações não governamentais aqui é uma demanda antiga nossa, nós do Conselho estamos atrasados nos prazos que foram estabelecidos. Então, a ideia nossa é que isso é um primeiro passo para nós melhorarmos tudo, inclusive o processo de escolhas de membros dentro do Conselho. Então, é isso, nós pegamos e verificamos dessas entidades se concorda com essa lista, se quer acrescentar mais alguma ou quer retirar outras. Mas, como o Sérgio mencionou todo o resto já foi aprovado.

**O SR. SERGIO GONÇALVES (MMA - Presidente CTIL)** – Obrigado. Então, olha, uma questão não só do respeito como de legalidade, os outros artigos já foram passados na reunião anterior e aprovados. Nós estamos exclusivamente no art. 6º no parágrafo segundo, exclusivamente, aonde trata para não se perder o contexto,

o art. 6 diz: As organizações civis de recursos hídricos escolherão os seus representantes indicando cada um dos setores abaixo relacionados. Aí vem, inciso por inciso. Eu quero registrar, que o Conselheiro Wilson... Eu li e o caput. Porque sem o caput você não consegue. E aí vai para o § 2º e para efeito dessa resolução, não são organizações não governamentais passíveis de representar no CNRH, aí e vêm aquelas, essa é a relação que se está em trabalho hoje, sob essa redação, exclusivamente, do § 2º que é quem diz que, não são organizações. Que é para dizer que no fundo é tirar aquelas não podem. Não são passíveis para, elas são organizações não governamentais, mas não atuam no fundo na área específica de atuação. Então, nós temos o parágrafo segundo do art. 6º e seus incisos. E registrei aqui que o Conselheiro Wilson mandou texto, sugestões (é mais de uma) para especificamente para esse parágrafo, por favor.

**O SR. ADÃO MARTINS (MME)** – Eu acho que isso é uma questão de como se escreve ali. Porque eu não posso definir quem é, e quem não é organização não governamental como está escrito aí. Eu posso dizer o seguinte: Para efeito dessa resolução não são passíveis. Certo? Junto ao Conselho. Tem que mudar essa ordem aí só isso.

Entendido? Perfeito. Nós não estamos julgando quem é ou não é. Passíveis de: elas são o que elas são. Governamentais ou não governamentais. Agora, o que nós estamos julgando é isso mesmo, o Adão foi muito bem, saber quais são passíveis de concorrerem a uma vaga no Conselho.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Exatamente os incisos, eles estão abertos para sugestões. É nesse ponto que parou a última reunião. Podemos então, até para poder ir lendo um por um e vencendo. Pode ser? É melhor. Vamos lá então. Então, só lembrando que é importante isso mesmo, nunca é demais lembrar. As que estiverem escritas aí que não vão poder concorrer, não vão poder pleitear. Nós estamos dizendo só, aquelas que estamos já de antemão na Resolução colocando como exemplos, nós estamos dizendo ela não pode concorrer, a Resolução já está afirmando aquelas que não poderão. O sentido sempre é filtrar e qualificar as entidades que vão concorrer e pleitear o assento no Conselho Nacional de recursos hídricos. Esta é a função da Resolução. Então, são as sociedades comerciais, (1) os sindicatos, as associações de classe, ou de representação...

**A SRª. LIVIA (CRH/RJ)** – Quer que eu leia aqui Sérgio?

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Quero, por favor.

**A SR<sup>a</sup>. LIVIA ROMANO (CRH/RJ)** – Inciso I – as sociedades comerciais. Inciso II – os sindicatos as associações de classe ou de representação da categoria profissional. III – os clubes de serviço. IV – as instituições religiosas ou voltadas para disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais. V – as organizações partidárias e assemelhadas e, inclusive as suas fundações. VI – as entidades de benefício mútuo a destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios. VII – as entidades ou empresas que comercializam planos de saúde ou assemelhados. VIII – as instituições hospitalares privadas, e suas mantenedoras. IX está cortado, o X também, o XI também. XII – as fundações públicas. XIII – as fundações, as sociedades civis ou associações de direito privado, instituídas por órgão público ou fundações públicas. XIV – as organizações creditícias que tenham quaisquer tipos de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal. XV – aquelas formadas por conjuntos de pessoas que em sua maioria tenham vínculo societário e/ou empregatício com a mesma organização público ou privado. XVI está cortado. XVII – as fundações que em sua direção, o Conselho deliberativo apresente maioria dos componentes que tenham vínculo societário e/ou empregatício, com a mesma organização ou conglomerado seja pública ou privada.

**O SR. SERGIO GONÇALVES (MMA)** – Tarcísio, por favor.

**O SR. JOSÉ TARCISIO FIALHO (CRH/PR)** – Só por uma questão de ordem. Eu participo lá no meu Estado em mais ou menos umas sei lá, uns 10 Conselhos e mais um monte de coisa que tem lá, eu participo em tudo. E em todos eles, sem exceção, eles não falam nos seus regulamentos quem não participa. Pelo contrário eles só definem quem participa. Porque ao longo do tempo, pode surgir um novo tipo de instituição, um novo tipo de organização, falar já que eu não estou ali eu posso participar, eu posso reivindicar. Então, o número de instituições que têm para fora é muito maior do que aquelas que o Conselho que define quem deve participar. Muito mais simples dizer quem participa do que não deve participar. Só isso.

**O SR. SERGIO GONÇALVES (MMA)** – Obrigado pela manifestação. Mais alguma? Por favor, tem Ney depois o Gustavo, por favor.

**O SR. NEY MURTA (ANA)** – No inciso segundo Sérgio, sindicato, associações de classe cuja representação de categoria profissional, nós temos no sistema a participação de representações de classe que contribui muito com os trabalhos dos comitês de bacia, CREA CONFEA, OAB. Então, não vejo sentido de vedar a participação dessas entidades de representação de classe no CNRH. Alguém que participou da formulação disso pode esclarecer o motivo.

**A SR<sup>a</sup>. ELDIS CAMARGO (ANA)** – Bom dia presidente eu posso falar? Essas entidades que o Ney chamou atenção, lembrando que elas têm dentro até da própria Constituição Federal, assento para lidar com ações e com indicativo de direitos coletivos e difusos. Então, eles podem entrar com ação popular, da Ação Civil Pública ela têm representatividade, então assim, não sei como que poderia encaminhar isso. A OAB, os sindicatos, o CREA.

**O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUTT (MMA)** – Respondendo um pouco o Tarcísio, se o nós formos dizer que é, nós vamos é tudo. Porque primeiro tudo é organização não governamental, não é Governo. É organização não governamental. Segundo, se o cara bebe água, trata da água, tem um poço, ele... Entendeu? Eu acho que as associações de classe aí as associações CREA, CONFEA, OAB, não é usuário, não é organização de recursos hídricos no meu modo de ver, sabe, quer dizer, tem a sua ligação, tem a sua atividade profissional ligada, mas é diferente se você pegar, que eu acho que é essa a intenção, de você pegar uma ONG que está lá está batalhando, que está todo dia na cidade, no Estado, na Nação, está lá, Recursos Hídricos. Isso que eu acho que é o espírito. Não é... Como eu contei não vou citar o nome, mas foi exatamente nesse... Eu vou citar os dois órgãos, foi exatamente nesse item com a associação de classe que aconteceu isso, foi: organizações técnicas de ensino e pesquisa, que era para concorrer na organização técnica de ensino e pesquisa, não ia conseguir a vaga, entrou com uma ONG. Entendeu? Foi outra organização técnica de ensino e pesquisa que entrou com ONG.

**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** – Júlio, eu acho que tem que explicar o porquê que levou à isso, não só esse motivo, mas porque que é importante isso, talvez as pessoas... Na nossa discussão anterior que...

**O SR. SERGIO GONÇALVES (MMA)** – Nós temos inscrições aqui. Gustavo e Adão. Só lembrando que, a Resolução com respeito à fala do Tarcísio, mas a Resolução é para isso sim, e já foram aprovados todos os artigos anteriores. Então, ela é para esta situação. Querendo ou não, foi o que foi colocado, e que não dá para generalizar, aqui é uma resolução para o Conselho Nacional de recursos hídricos. Porque no das cidades o CREA concorre, tem a vaga, disputa, senta lá, vai ao Conselho das cidades e disputa, eu estou falando que tem em várias Câmaras, ela tem que Câmara de transporte, Câmara de saneamento, Câmara de habitação. Não é generalizar. Se for o caso vai ser para cá. E claro com entendimento de depois lá do pleno, só para ficar tranquilo, porque é uma tentativa de organizar, focar e dar valor aquelas entidades que realmente militam na área de recursos hídricos. Mas o debate é fundamental. Gustavo, por favor.



321 **O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC)**– Bom, em primeiro lugar, eu tenho a  
322 compreensão que ONG é entidade sem fins lucrativos. E eu não sei se essa  
323 compressão é comum. Porque aqui na lista tem várias entidades com fins  
324 lucrativos. Sociedades comerciais, organizações creditícias com algum tipo de  
325 vinculação com o sistema financeiro, instituições hospitalares privadas. Eu sei,  
326 mas elas têm fins lucrativos. Então, não precisa mencionar. Está certo. Então, eu  
327 estou falando assim, eu acho que, eu não sei existe essa clareza, de que ONG é  
328 entidade, no caso da atuação na área de meio ambiente e recursos hídricos, ou de  
329 patrimônio cultural e etc. ONG é entidade sem fins lucrativos. Então, eu acho que  
330 isso é um primeiro ponto. Segundo ponto, é mais ou menos em relação a essa  
331 questão levantadas pelo Ney, eu penso assim, o **que não deveria existir é**  
332 **duplicidade de representação**. Então, se existe um inciso aqui que prevê a  
333 participação de entidades de ensino, entidades técnicas de ensino e pesquisa, eu  
334 acho que não dá para elas estarem representadas em dois lugares. Agora o que é  
335 a entidade técnica? Eu vou dar um exemplo, o sindicato de trabalhador rural em  
336 que categoria que ele se enquadra? Em qual categoria ele se enquadra? Se for?  
337 Aonde? Não. Em qual das categorias que eu estou falando, antes da entrar nessa  
338 lista aqui.

339  
340  
341 **A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Cooperativas. Sindicatos.

342  
343  
344 **O SR. GUSTAVO (Fonasc)** – Não, sindicatos que eu falei de sindicato de  
345 trabalhador rural, muitas vezes eles representam os interesses da agricultura  
346 familiar, por exemplo, aí eu acho que é a categoria de usuário. Está certo? Agora,  
347 no presente caso aqui, aonde que se situa? Então, eu acho que precisa ter mais  
348 qualificado qualquer natureza de cada uma dessas áreas. E eu concordo que se o  
349 CREA é entidade técnica, ele não pode concorrer aqui na questão das ONGs, ele  
350 vai concorrer lá naquele seguimento do CREA, que é a de entidades técnicas,  
351 OAB mesma coisa. Então, esta é a primeira questão. Essa é a questão que eu  
352 queria colocar por enquanto.

353  
354  
355 **O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Obrigado Gustavo. Adão, por  
356 favor.

357  
358  
359 **O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)** – Só uma coisa. Há uma proposta aqui  
360 que assim, as fundações que em sua direção ao Conselho deliberativo  
361 apresentem a maioria de componentes que tenham vínculo do societário  
362 empregatício com a mesma organização ou conglomerado seja público ou  
363 privado, também não participe. Então, pergunto assim, no caso daquelas  
364 instituições consideradas ONGs pela natureza delas que têm vínculo contratual  
365 com instituições sejam governamentais ou, por exemplo, segmentos de usuários,

366 similarmente eu acho que é um paralelo com essa previsão do inciso 17 aqui.  
367 Como que elas serão consideradas?

368  
369 **O SR. ADÃO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR (MME)** – Posso Gustavo? Bom, eu  
370 sou presidente da associação não governamental de práticas. O que é práticas?  
371 Eu acho que eles devem ter errado nesse trem aí, está o inciso IV ainda, eu estou  
372 achando que isso aqui deve ser “raças”. Práticas, que práticas? Já tem em outros  
373 lugares.

374  
375  
376 **A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Roseli sobe para nós vermos, por favor, o inciso  
377 IV. Pratica devocional, que está ali. Prática e visões devocionais e confessionais.

378  
379  
380 **O SR. ADÃO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR (MME)** – Eu estou achando que está  
381 faltando à palavra raça, porque de toda essa lista justamente raças ficou fora.  
382 Cultos, raças.

383  
384  
385 **A SRª. MÔNICA PORTELLA LIMA (CERH/BAHIA)** – A minha fala foi  
386 contemplada pelo Gustavo, mas de qualquer sorte foi esse § 2º quando fala que:  
387 para efeito dessa Resolução não são passíveis de representação as seguintes  
388 ONGs. Inciso primeiro: sociedade comercial. Não é ONG? Ela não tem fim  
389 lucrativo. Então, eu achei que ficou incoerente “as seguintes”, entendeu? Ficou  
390 incoerente. Porque uma ONG ela não tem fins lucrativo.

391  
392  
393 **O SR. SERGIO GONÇALVES (MMA)** – Olha, eu vou falar aqui um pouco, uma  
394 rodada não custa nada. Roseli aqui está comentando se é possível já que têm  
395 essa questão para ficar claro, como é não governamental e coloca uma entidade  
396 que já não é mesmo no inciso, se seria colocar que, não são passíveis de  
397 concorrer ao Conselho independente de... (interrompido) Em outro segmento,  
398 porque aí é no seguimento, na disputa daquele. Ele pode ir para outro. Ele vai  
399 para onde ele tem que ir. Porque se você coloca aí ele fica genérico, e ele não  
400 poder ir para nenhum lugar, nenhum segmento. Aí não é nem nesse e nem o  
401 outro.

402  
403  
404 **A SRª. CÉLIA RENNÓ (Organizações Técnicas De Ensino E Pesquisa)** – O  
405 CREA tem participado nas eleições do Comitê como entidade técnica científica,  
406 colaborando, inclusive com os trabalhos dos comitês de bacia.

407  
408  
409 **A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Tenho uma dúvida com a Livia, cadê a Livia?

**O SR. SERGIO GONÇALVES (MMA)** – Gustavo, então, nós temos aí, só para alertar, colocando aqueles que já não são pode é dificultar, foi uma das falas do Gustavo antes. Já tirando não tem a dúvida, se não também vai ter que colocar as outras, é isso? Tiraria a questão das associações comerciais, porque já não fazem parte por natureza. Correto?

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)** – O que eu gostaria de sugerir é uma conceituação do que se entende por organização não governamental, porque esse termo hoje ele, inclusive já não existe mais, é organização de sociedade civil. Existe uma legislação própria para qualificar o que é a organização da sociedade civil. Então, eu acho que nós podemos remeter a essa legislação e eu acho que pode até nos “considerandos”, citar as leis que definem o que é a organização da sociedade civil, e eu acho que falar: Entende-se por ONG organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, conforme a legislação vigente ou a lei tal. Então, eu acho que o primeiro ponto é esse. Segundo ponto, o que diz? Organização da sociedade civil é voltada para defesa dos interesses, de fusos e coletivos, até usam um lado da sociedade, mas isso é uma redundância, interesse de fuso, interesse coletivo que obviamente é de sociedade. Então, mas isso é um erro da legislação, da redação da lei. Então, eu acho que é esse que é o princípio. É voltado para o interesse de fuso e coletivo a maioria das entidades, instituições que estão listados aqui não são voltadas para isso. Agora se o estatuto dela disser que é, e ela se encaixar em um daqueles quatro parâmetros lá que foram definidas: defesa, preservação e conservação de recursos hídricos; promoção desenvolvimento sustentável; produção e divulgação de formações; desenvolvimento de conhecimento e tecnologia. Isso aqui, esse desenvolvimento de conhecimentos e tecnologias, desde que, não esteja contemplado no inciso II, que é o das organizações técnicas de pesquisa, ensino e técnicas, quer dizer, isso aí nós temos que qualificar bem para não ter duplicidade de representação em dois segmentos.

**O SR. SERGIO GONÇALVES (MMA)** – Temos inscritos. O Júlio e o Ney.

**O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUTT (MMA)** – Dois comentários. Eu acho pertinente, talvez, acho que aí Gustavo, deveria entrar nessas do que não são. Certo? Então, eu acho que talvez pudesse, apesar de estar na lei, ao invés de colocar como considerando, poderia entrar direto aí dizendo que são aquelas sem fins lucrativos. Colocar aí. É óbvio, mas está aí. Agora o porquê de tudo isso aí que nós precisamos saber, por quê? Porque se abre as inscrições para as plenárias, e vem de tudo. Além de tudo dessas coisas, vem também durante o ano gente querendo participar do Conselho direto, enfim nós recebemos um monte de demanda nesse sentido, mas a principal demanda é que nós da secretaria executiva temos que ter certa orientação mínima, que para mim isso é uma orientação mínima, não é nem uma orientação. Pode até estar fugindo, com

certeza deve estar fugindo umas duas, três ou mais, que deveria estar na lista, mas pelo menos tem essa aqui e depois pode ser aprimorada para que oriente quando foi feita a análise dos órgãos que vão participar das assembleias. Isso vai facilitar também depois um passo futuro, que nós possivelmente, se o Conselho concordar nos processos de eleição de representantes. Então, isso, eu acho que é importante para nós, principalmente operacional, é importante, não é novidade, quer dizer, o CONAMA tem isso, todas essas que estão aí, que estão na lista, não participam do CONAMA. Do jeitinho que está escrito aí. Algumas nós tiramos, foi sugerido que retirasse, e não foi acrescentada nenhuma que eu me lembre. Então, não é novidade, quer dizer, está no CONAMA, está aqui, eu acho que até uma coisa que fica mais coerente, entre os dois órgãos, aqui do ministério que relaciona com essa questão do meio ambiente e recursos hídricos.

**O SR. NEY MURTA (ANA)** – Sérgio, eu queria pedir licença para discordar do entendimento que o Júlio acabou que colocar. Essa legislação que está citada classifica o que pode ser reconhecido como OSCIP, não tem nada a ver com ONG, com representação da sociedade civil, no âmbito dos Conselhos: CONAMA, Conselho Nacional, Conselho das cidades, Conselho Nacional de recursos hídricos. Então, eu acho que é a legislação que regulamenta as organizações que podem ser reconhecidas como OSCIP, se nós assumimos isso, nós vamos dizer o seguinte: Só pode se candidatar OSCIP, não me parece que esse seja o sentido de nossa discussão. Então, assim, conheço um monte de entidades de classe que participam e contribuem muito com o sistema. Conheço um monte de associações, fui diretor de uma, que em me orgulho, a associação dos servidores da Ana, que pode contribuir, que tem como finalidade estatutária a defesa de alguns interesses de fuso, relacionados a recursos hídricos, e que poderiam contribuir no âmbito do Conselho Nacional. Então, eu acho que é um equívoco conceitual de trazer para nossa representação no âmbito do Conselho, algumas limitações tão previstas, para um tipo de reconhecimento específico com a finalidade específica, no âmbito da Administração Pública Federal, que é o reconhecimento de entidade como OSCIP. Então, eu gostaria de solicitar, em nome da representação da Ana, a retirada desse inciso II.

**A SR<sup>a</sup>. ELDIS CAMARGO (ANA)** – Eu só queria lembrar mais uma postura Sr. Presidente. Qual vai ser o rebatimento disso dentro dos comitês? Porque isso vai virar uma “jurisprudência” e realmente temos representatividade nesse inciso II em vários comitês. Eu estava conversando com a Livia, por exemplo, o Rio de Janeiro OAB, trabalha direto, no Rio Grande do Sul não, têm vários outros casos. É uma coisa bem difícil, porque isso pode gerar ações de não participação. Então, nós temos que tomar muito cuidado.

**O SR. SERGIO GONÇALVES (MMA)** – Olha, nós temos propostas objetivas já. Uma do Gustavo que é a retirada do inciso I, das comerciais, pelo motivo que ele

já explicou. E a da Ana do II. É retirada, por enquanto não temos nenhuma proposta de inclusão. Tentando ser um pouco mais pragmático no sentido das falas, pelo que eu compreendi é isso.

**A SR<sup>a</sup>. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF)** – Eu estou entendendo que a colocação dos sindicatos, associações de classe no inciso II desse parágrafo segundo, ela não exclui a participação dessas entidades na representação dos CNRH ou de Comitê de Bacias ou de Conselho Estadual. Eu estou entendendo que, aqui está sendo dito que elas não entrariam na categoria de organização não governamental. Mas, isso não impede a participação delas nesses fóruns nas outras categorias. Então, eu não estou entendendo isso aqui como: você não pode participar do CNRH. Não é isso. Você pode participar do CNRH, Comitê, Conselho Estadual, só não nessa categoria. Então, eu acho que isso precisa ficar claro aqui. O que está dito é: como organização governamental, não governamental não podem participar do CNRH nessa categoria aqui, nada impedem que se elas se enquadram dentro daquelas outras categorias de organizações civis de recursos hídricos que está aqui posta, ela podem participar. Ney, eu não consigo perceber dessa forma. Veja o caput do artigo, lá está: Para fins de representação no âmbito do CNRH, são reconhecidas como organizações civis de recursos hídricos entidades sem fins lucrativos em cujos objetivos sociais previstos em seu estatuto conste ao menos uma das seguintes atividades dentre as atribuições. Aí cita as 4 atividades de atribuições. No parágrafo primeiro. No parágrafo segundo. No art. 6, as organizações civis de recursos hídricos escolheram seu representando indicando cada um dos setores abaixo. Tem três setores. O que está sendo dito é que, nesse setor três de organizações não governamental não são consideradas como tais as entidades que estão aqui listadas, mas isso não veda a participação dessas entidades nesse fórum.

**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** – Mas aonde que ela entraria aqui, por exemplo, o inciso II entraria em qual dos artigos?

**A SR<sup>a</sup>. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF)** – Técnica, instituição e pesquisa.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Só para lembrar quem está inscrito.

**A SR<sup>a</sup>. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF)** – Eu só queria que ponderássemos a respeito disso.

**O SR. SERGIO GONÇALVES (MMA)** – Tá. Têm a Sonáli, Júlio, Gustavo e Célia, e agora pediu Paulo. Você também vai? E Livia.

**A SR<sup>a</sup>. CÉLIA RENNÓ (Organizações Técnicas De Ensino E Pesquisa)** – Só para esclarecer o seguinte, que sindicatos dentro do CONAMA eles têm uma classificação específica, eles não entram como ONG, mas eles entram no CONAMA dentro como representante das sociedades civil. Então, talvez como isso foi copiando de CONAMA, eles foram retiradas das ONGs, mas ele constam do CONAMA como uma outra classificação que hoje nos recursos hídricos não está prevista a participação, é só para esclarecer isso.

**O SR. NEY MURTHA (ANA)** – Hoje até precisei conversar com os meus colegas da Ana, para saber qual a posição da Ana, porque a reunião passada, a Ana participou e participou de tudo isso aí, inclusive da elaboração com muitos comentários. Então, fica meio complicado, mas a ideia é que nós precisamos depois para não se ouvir, porque eu vou ser sincero, abrir o coração para vocês. Nós chegamos depois houve falar assim: A secretaria executiva colocou a entidade tal que absurdo, que essa entidade não é, não representa. Aí a secretaria executiva nós culpa. Então, nós precisamos ter uma orientação, isso é para facilitar a vida de todo mundo, e todo mundo entender a regra. Eu não faço questão, de manter um ou outro, de deixar um ou outro, podemos até discutir, mas nós podemos ter... Nós devemos ter uma regra, se aquilo fez parte de OSCIP, no caso que você citou, que não é OSCIP, mas está no CONAMA, como não, o CONAMA não citou OSCIP. Então, citou como não governamental. Está lá no CONAMA, está essa regra do CONAMA lá. Se ele copiou de OSCIP, aí eu não sei. Então, eu tenho, por exemplo, vou citar outro exemplo de coisa que teve aqui, no passado, nesse primeiro mandato, que o primeiro foi... Não tem nada. Eu reconheço todas nós reconhecemos o espírito que tem para a sociedade, mas entrou o Rotary Clube. Como eu estou citando porque foi verdade, entrou como ONG. Então, sabe... Não é que... Tem que ter alguma relação, realmente com a questão... Não que exerça de vez em quando algum caráter, alguma coisa, com relação à gestão de recursos hídricos, do meio ambiente, tudo bem, mas não é fundo... Deixa eu acabar. O que é? Ah! Tá. Então, nós precisamos ter certa segurança quando nós fazemos... Quando participa da... Não é de seleção, mas é enfim da seleção dos interessados em representar.

**O SR. SERGIO (CTIL)** – Só para encaminhar, nós estamos, só para lembrar, nós estamos para incluir ou tirar. Desse parágrafo. Correto? Então, continuamos com duas propostas de retirada do I e do II. O debate é importante para ficar sempre mais seguro. Outra coisa, nós nos baseamos sim no CONAMA, mas com as diferenças que nós temos. Porque nós não somos iguais, mas tem que ter uma base. E essa base foi da importância da história, porque mostra que mal ou bem está sobrevivendo a esse processo, mas lá eles têm categorias diferentes de participantes do que nós temos aqui. E esse cuidado de tirar daqui e não estar em nenhum outro lugar é muito ruim, a Célia alertou bem, porque lá se você tira dessa, ele está em outra, mas se você tira dessa e não temos a outra ele fica sem

nada. Nem nessa e nem na outra. Então, esses cuidados são fundamentais que nós temos que ter. Então, esse cuidado tem. Então, se tem alguma dúvida, às vezes, é melhor nós irmos aprimorando, mas ter como o Júlio falou é fundamental, a secretaria executiva do conselho precisa de uma orientação do pleno para melhorar o seu procedimento que vai garantir as coisas todas? Não, mas que vai melhorar, nós acreditamos que sim. É nesse sentido. Então, por favor, Paulo e depois a Lívia.

**O SR. PAULO SAMUEL (Comitê de Bacia) –** Alô! Bom dia. Paulo Samuel Comitê de Bacias. Eu gostaria de na mesma linha da Sonáli... E verificando ali se nós... As sociedades civis são divididas em três itens, e eu não vejo... Talvez seja outro debate a questão das vagas, mas todas as representações da sociedade civil, elas podem estar representadas nessas 6 vagas, e eu gostaria de fazer um exercício para nós entendermos. No Rio Grande do Sul, e eu vou pegar falar lá da minha aldeia, porque o lá eles usam Rotary, e eles têm cadeira no comitê de bacia como clube de serviço. Certo? Então, se eles forem... E aí eu vou falar no nosso seguimento, se ele for à disputa, entrar lá no segmento dos comitês de bacia e for indicado para reunião, ele pode representar os Comitês de Bacia, e estar sentado na cadeira de Conselheiro. Mas, ele tem que saber que lá, eles defendem os interesses dos comitês de bacia e não do clube de serviço. Eu não sei se me fiz entender. Então, se nós colocarmos, nós temos uma gama de entidades, se tiver que colocar todas elas nós teremos que abrir uma “N” vagas aqui no Conselho. Então, a disputa, ela vai afunilando. Então, começa na base com 230 vezes 32 ou sei lá, nós não temos, eu pelo menos não tenho de cabeça, de representações de associações e aí ela vai sendo disputada até chegar a uma cadeira. Então, o colega colocou, o Ney colocou: o CREA. O CREA é uma autarquia, ele não pode, não é ONG e eu vejo aquele item ali, está definido o que não pode entrar na ONG. A ABES está na categoria de entidades, elas não podem ir lá à ONG. Ela não é ONG. Então, eu vejo bem claro o que está definido nesse artigo, o que não pode se não... *(Inaudível)*. Essa é minha... Obrigado.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO –** Por favor.

**A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ) –** É rápido. Só respondendo a Sonáli, se nós não permitimos a inclusão dos órgãos de classe, digamos assim, não há outro lugar aonde eles se encaixem, pelo menos não da forma como está colocado ali. É só essa observação. Porque na sua fala pareceu: Ah, eles não se encaixam aí, mas eles poderiam se encaixar em outro lugar. Hoje, nós não temos esse outro lugar. Não. Não vai entrar em organização técnica não. É só esse problema que eu queria colocar, para observarmos que, quando definir, se eles vão participar ou não do Conselho.

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)** – Gustavo do Fonasc. É o seguinte, eu além das sociedades comerciais que eu citei, eu vou citar mais outras, é o inciso 7, entidades e empresas que comercializam planos de saúde, assemelhados inciso 8, as instituições hospitalares privados, e suas mantenedoras, inciso 14, organizações creditícias que tenham quaisquer tipo de vinculação com o sistema financeiro nacional. Essas também eu acho desnecessário. Então, nós vamos chegar aqui no final, e vai ter pouca coisa, e em certo sentido eu concordo um pouco do Tarcísio, será que é o caso mesmo de qualificar? Quais que não são? Será que nós não estamos esquecendo alguma importante que também não deveria ser? E pelo que li, da norma do CONAMA, ela realmente se refere à OSCIPs. OSCIPs que não podem. OSCIPs não é ONG. OSCIP é outra coisa, então realmente, são duas coisas bem diferentes. E eu acho que o problema que nós estamos tendo aqui é porque, não também, não está bem qualificado e aí eu acho que cabe essa norma fazer isso, o que é organizações técnicas de ensino e pesquisa? Que é onde eu acho que instituições como o CREA, OAB, e etc., se enquadram. A ABES, ABAS, se enquadram, não tem cabimento eles virem disputar, quer dizer, nós somos contra essa composição do CNRH, e isso é outra discussão. É um absurdo, é assim, ridículo a participação da sociedade civil. Tinha que ser o triplo no mínimo do que é hoje. No mínimo, no mínimo. Para ter um nível de equidade básica entre órgãos governamentais e não governamentais, incluído os usuários. Então, não existe o menor equilíbrio. Quem fez essa legislação aqui não quis fazer cumprir a lei 9.433, que é uma composição do CNRH, como também é do CONAMA, são ridículas, mas isso é outra discussão. Então, eu acho que é necessário qualificar o que se entende por organizações técnicas de ensino e pesquisa, que têm um campo próprio de preenchimento de vagas e o que se entende por organizações não governamentais. Não basta resolver o... Enquanto não resolver a de cima também, nós não resolvemos a de baixo, porque alguns setores acham que podem estar nas duas e isso nós não podemos concordar com o isso.

**O SR. SERGIO GONÇALVES (MMA)** – Tem que seguir a ordem. Tem inscrito Célia, Ney e (nome não identificado).

**A SR<sup>a</sup>. CÉLIA RENNÓ (ORGANIZAÇÕES TÉCNICAS DE ENSINO E PESQUISA)** – Célia da ABES. Eu só queria explicar que, o CREA vem tendo em vista esse tipo de coisa, ele começou a desenvolver. O CREA Minas eu posso dar o exemplo, Câmaras Técnicas, porque todas as organizações técnicas científicas tem que fazer um relato, de quais atividades elas veem desenvolvendo em relação aos recursos hídricos, e esse relato é submetido então ao Conselho, ou a essa secretaria executiva, confirmando então a realização de atividades técnicas, relacionadas à questão dos recursos hídricos, a questão do meio ambiente, etc. No caso o CREA tendo isso em vista, o CREA Minas, ele está desenvolvendo as Câmaras Temáticas, as Câmaras Técnicas do CREA, ligados a recursos hídricos, e meio ambientes, veem então, desenvolvendo uma serie de atividades que uma



vez relatadas aos Conselhos, fazem com que ele faça jus a esta candidatura como entidade técnica desses Conselhos. Então, esse tem sido o formato de se resolver, de fazer essa participação. Então, eu vejo que os Conselhos não há problema, desde que, eles desenvolvam atividades técnicas, comprovem o desenvolvimento dessas atividades ligadas às áreas específicas de atuação e então venham a se candidatar a essas vagas. Eu acho que isso é uma forma do processo funcionar, o que eu não vejo como, são os sindicatos, porque os sindicatos não são entidades técnicas, e há uma dificuldade maior, porque aí realmente é uma representação que pode ser até de usuários, por exemplo, no caso do Sindágua, nos comitês ou sindicatos de trabalhadores da purificação de água, que é um sindicato estabelecido nacionalmente, ele tem também participado dos comitês de bacia, porque têm interesse nessas atividades, mas com certeza não é uma entidade técnica científica, é uma entidade de representação diferencial. Ele participa dos comitês. Não do Conselho. Pois é...

**O SR. SERGIO (CTIL) –** Vamos lá. Então, seguindo aqui, Célia, Ney e Eldis.

**O SR. NEY MURTA (ANA) –** Então Sérgio, ali está muito claro que esse parágrafo, ele trata de organizações não governamentais. Então, não está tratando de OAB, de CREA, porque são autarquias. Isso. Vedar a participação. Qualquer tipo de organização de trabalhadores que tenham relação com o tema água, isso já está definido no § 5º, em nome de isonomia de regra, ou CONAMA, ou com a legislação de OSCIP, me parece prejudicial à representação do sistema. De organizações não governamentais. Nesse sentido nós mantemos a solicitação de retirar esse inciso. Quanto à representação da ANA, Júlio isso depois nós internamente conversamos. Roupa suja se lava em casa. Mas, enfim, eu queria dizer que na nossa visão, uma série de organizações que seriam classificadas nesse inciso II, já participam do sistema, contribuem muito com o sistema. Eu acho que seria um prejuízo para Conselho Nacional vedar a sua participação.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA) –** Obrigado Ney. Eldis, por favor.

**A SRª. ELDIS CAMARGO (ANA) –** Quantos advogados nós temos aqui? Lívia? Só a Lívia? Tem a Mônica. Porque nós temos três tipos aqui, sindicatos associações de classe ou representação, nós temos três tipos jurídicos, qual a natureza jurídica da cada um. Agora, estava conversando com a Mônica, por exemplo, o que eu sei mais, a OAB, por exemplo, ela não é considerada uma ONG. Então, eu queria discutir isso em termos de natureza jurídica, o que é considerado cada uma desses três categorias? Por favor, senhor. O que é a natureza jurídica dele. Não, mas... Lívia... Não, da OAB não vai poder. Não é uma ONG, OAB não é uma ONG. Sindicato seria uma ONG? Qual a natureza jurídica do sindicato?

**A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ)** – Sindicato é uma organização civil, ele não necessariamente é uma ONG.

**A SRª. ELDIS CAMARGO (ANA)** – Pois é, porque eu estou indo para a questão técnica, para saber se isso entra ou não entra. Entendeu? E segundo. Essas entidades, essas três entidades entrariam nessa categoria aqui de organização técnica? Como a Célia falou?

**A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ)**– No caso da OAB eu acredito que sim, porque ela é “sui generi” você consegue encaixar ela em vários lugares. A OAB é mais simples, no caso do CREA eu tenho dúvidas.

**A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Eu achei a alegação dela bem interessante.

**A SRª LÍVIA ROMANO (CRH/RJ))** – A alegação dela é interessante, e bem razoável, mas eu não tenho certeza ainda.

**A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF)** – Não sou advogada não, mas eu vi aqui, e talvez possa ajudar nessa discussão, porque o artigo 5º, no art. 5º o parágrafo primeiro dele, ele diz o seguinte: Para efeito desta resolução, são organizações não governamentais as que tenham como objetivo principal nos seus estatutos por intermédio de suas atividades pelo menos uma das referidas atividades citadas neste artigo. Então ele está dizendo: Para efeito dessa Resolução, todas as organizações civis que tenham pelo menos uma dessas atividades, ele está admitindo como sendo organização não governamental. Daí a necessidade desse outro parágrafo no art. 6º para dizer: não vamos considerar como organização não governamental essas aqui citadas. Isso. Veja, mas ele está dizendo são organizações, cito: entidades sem fins lucrativos cujos objetivos sejam esses (lista lá os 4) e diz: Para efeito dessa Resolução são consideradas organizações não governamentais as que tenham pelo menos uma dessas 4, para efeito dessa Resolução.

**A SRª. ELDIS CAMARGO (MMA)** – Licença, só mais uma coisa, só um pouquinho. Eu queria também pautar o seguinte, se isso foi decidido, uma coisa muito mais ali, muito mais específica no CONAMA, que o CONAMA tem todo o cuidado de abraçar todas as categorias ou não categorias, eu pediria... Ney... Se isso foi abraçado pelo CONAMA, aliás, nós temos uma especificidade de recursos hídricos, me parece que foi estudado pelo CONAMA isso também. Foi levantado pelo CONAMA que é muito importante, porque ali eles têm interesses mais gerais que recursos hídricos. Então, não seria o caso, por exemplo, dessas entidades, e

eu estou discutindo com o colega da ANA viu gente. Não seria o caso de se considerar essas entidades do inciso II serem consideradas nessas questões de organizações técnicas. Eu estou ponderando com você. Qual seria o, se não disso? Essas entidades, elas poderiam entrar como organização técnica, como o CREA que ela falou, por exemplo, a OAB, essa gentarada toda. Isso, não entraria. Nós deixaríamos o inciso II, mas... O segundo que está sendo discutido. Entendeu? Eu estou ponderando com o Ney.

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)** – Olha só gente, eu acho o seguinte, nós temos que tentar ver qual a governança que nós temos sobre essa decisão. Então, por exemplo, o que está na lei, nós não vamos mexer, o que está em Decreto, existe alguma governança, o Ministério pode encaminhar para o Presidente e ele fazer um decreto. O que está em Resolução, essa Resolução pode mexer também. Não é? Ela não pode falar assim: Retira o artigo tal, da Resolução tal. Então, acho que nós precisamos aqui, por exemplo, a lei diz o seguinte, o art. 34 da lei 9433: O Conselho Nacional de recursos hídricos é composto pelos representantes dos Ministérios e secretarias da Presidência da República, pelos representantes dos sindicatos e pelos conselhos estaduais de recursos hídricos, pelos representantes dos usuários e das organizações civis, só isso. Então, agora ele não diz aonde que esses setores vão estar representados e de que forma eles vão estar representados em que proporção eles estarão representados, a única coisa que diz sobre proporção é que os representantes do poder executivo federal não poderão exceder a metade mais... Pronto... Quer dizer, pode ser até muito menos, mas não pode exceder metade mais um. Então, o resto nós não temos nenhum problema de governança em relação à lei, porque ela não fixou nem proporções, nem lugares, ela apenas diz quem participa. Então, a lei não é problema para nós. A não ser que haja outra lei que eu não sei qual que poderia ser, eu estou falando lei com status de lei. Então, isso não é problema. Então, o que, onde que está escrito, onde que está definido que as entidades (ONGs) na Resolução 159 art. 15º inciso I a IV que define essas 4 categorias: defesa, preservação e conservação de recursos hídricos, promoção do desenvolvimento sustentável e ações e gestão de recursos hídricos, produção e divulgação de formações, desenvolvimento do conhecimento e tecnologia, e defesa dos interesses de fusos de coletivos. Então, se houver duplicidade, eu entendo que essa duplicidade, ela pode ser resolvida nessa definição aqui e alteração da Resolução 159, porque é onde está. Então, o que eu acho que têm que ficar claro, para nós aqui e... pois é. Então, pois é. Então, nós podemos mexer nessas definições aqui para garantir a proporcionalidade e a participação nos lugares devidos. Então, eu reitero que o importante aqui para nós, é nós definirmos naquilo que o artigo II da Resolução definiu... (*inaudível*) o cadastro, das organizações de recursos hídricos, que definiu essas duas categorias aqui: organizações técnicas e de ensino e pesquisa com interesse na área de recursos hídricos e ONGs com objetivos de defesa de interesse de fusos e coletivos da sociedade. Então, ondas que essas categorias que foram definidas no art. 34 da lei 9433, se situaram aqui, enquanto ou organizações técnicas e de ensino e

pesquisa ou ONGs. Eu acho que esta é a discussão. Então, não dá para nós resolvermos o problema das ONGs sem resolver o problema das organizações técnicas. Então, eu acho que precisa definir melhor o que se entende por organizações técnicas de ensino e de pesquisa, e definir para também ter clareza quanto à definição das ONGs.

**O SR. SERGIO GONÇALVES (MMA – Presidente da CTIL) –** Podemos. Eu quero tentar ajudar. Nós temos claramente dois possíveis encaminhamentos, salvo juízo meu. Mas uma é mexer e tirar, o que tem que tirar que é do começo, tira ou põe, que era a proposta inicial ou retiramos a resolução desse momento para qualificar conforme foi colocado pelo membro Gustavo, aí qualifica e retoma aí, nós teríamos que fazer isso, não agora, porque agora não dá, e nós teremos que tirar da reunião de hoje para que isso fosse feito e voltaria em uma próxima, pelo que eu entendi até agora nós temos dois caminhos. Um mais pragmático que é: tira ou não tira, se tem dúvida fica ou o que for, ou vamos qualificar, aí teremos que retirar ela de pauta, porque nós vamos ter que pegar texto e entrar no que é mesmo, e entrar na natureza jurídica, e teria que ter um trabalho qualificado para também não mexer de qualquer forma. Só para lembrar.

**O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUTT (MMA) –** (inaudível) Incrementar, se for aceito esse tipo... Essa alternativa, diz respeito ao parágrafo 2º do artigo, esse § 2º, porque nós não... Nós passamos dois dias aqui, um dia e meio discutindo a resolução inteira, voltar e discutir toda resolução não tem sentido. Não tem sentido, porque se não, quer dizer, tudo o que já foi deliberado aqui dentro não...

**O SR. NÃO IDENTIFICADO –** Mas assim, Júlio não é rediscutir é só pegar e colocar. Qualificar naquele artigo o que é um, e o que é outra, não vai rediscutir, eu estou entendendo que é isso, que a requalificação ajuda a entender quem está dentro e quem está fora. Esta é a fala que eu entendi do Gustavo. Você qualificando que ela é, você entende quem está dentro e quem está fora. Você vai dizer assim: Quem é, qualifique técnico em ensino e pesquisa, qualifique ONG, e assim você sabe quem está fora e quem está dentro.

**O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUTT (MMA) –** Desculpa. Só pra então... E que eu entendi errado, quer dizer, não seria retirar a Resolução, seria retirar, qualificar o artigo não sei qual, ou o artigo tal, quer dizer, deixar bem claro que aquilo...

**O SR. NÃO IDENTIFICADO –** Não dá para discutir agora (inaudível), retirar ela da pauta, qualificar e...

**A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Tem algum prejuízo nessa retirada da pauta? Qual o prejuízo?

**O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUTT (Presidente da CTIL)** – Tem que mais uma vez vai outra... Já para a próxima assembleia... Nós vamos ter assembleia em janeiro, quer dizer, para a próxima convocação e tudo vai... Isso aí... É antes, quer dizer, não vai ser para os próximos 4 anos. Entendeu? Que são três anos de posse. Então, dos próximos 4 anos. Esta é a implicação, por isso que nós temos essa necessidade de se ter alguma coisa agora, para que o processo de escolha comece em outubro, setembro ou outubro. Não sei. E o mês que vem. E nós vamos ficar sem isso. Isso é complicado eu acho.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Só para lembrar, essas datas eu só queria saber, pra qualificar, porque essas datas são importantes, se nós tivermos... Porque nós vamos ter, só pra lembrar, uma reunião extraordinária agora, e ainda temos uma reunião ordinária. Está certo? CNRH, e ela envolve uma reunião sempre prévia da CTIL. Então, teremos ainda uma CTIL este ano, só para lembrar. Agora se é possível ou não pelo prazo, aí é que temos que ver e tem que ver o prejuízo ou não que dá fazer ou não a Resolução.

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)** – Presidente. Olha só, eu acho que aqui agora é questão de ordem prática, nós temos que fazer uma regra que seja boa e que evite duplicidade de representação. Essa forma de “o que não pode”, não resolve, para mim isso, mesmo que a CTIL tenha vencido alguns itens na discussão anterior, ela não é equacionou a questão do que é entidade técnica e de ensino e pesquisa e tampouco ONG. Entendeu? Então, não vai ser nesse § 2º que isso vai ser resolvido. Teria que serem incluídos outros parágrafos, entende-se por organizações técnicas de ensino e de pesquisa isso, isso e aquilo. Entende-se por ONGs isso, isso e aquilo. Alínea, inciso I do parágrafo X, não se enquadra na categoria de ONGs tais entidades. Então, eu acho o seguinte, eu sou a favor de, se necessário, adiar essa decisão, retirar da pauta para qualificar direito ou então monta um grupo aqui, que trabalha e apresenta no final da reunião de hoje alguma coisa.

**O SR. SERGIO GONÇALVES (MMA)** – Então, nós temos aqui encaminhado duas propostas.

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)** – Assim, eu acho no que mínimo os representantes das ONGs aqui têm que participar e nós não queremos nos ausentar nas discussões marcadas aqui para o CTIL porquê... *(interrompido)*.

**O SR. SERGIO GONÇALVES (MMA)** – Bom nós fizemos isso um pouco, nós paramos a reunião, trabalhamos nos incisos, veio hoje e resolvemos. Então, pode ser uma boa saída, pode ser claro, quem manda esse pleno aqui, de que nós paparmos nesse, tente qualificar isso para não deixar essas duas, porque também tirar entidades e deixar elas fora e não participarem também é muito ruim para o sistema, então esse cuidado nosso isso pode também ter um efeito colateral muito ruim, não possibilitar algumas entidades de participar. Isso é prejuízo grande para o sistema. Então, temos um encaminhamento que continuamos aqui, eu sou disciplinado nisso. Mantemos pragmaticamente: tira ou põe, que é o que estava no começo ou vamos sobrestar esse processo momentaneamente, trabalhamos e voltamos com ele, dá até para sentar na hora do almoço, e voltamos com ele a tarde, se esse for o encaminhamento. Eu estou colocando a sugestão de dois encaminhamentos, não sei se tem um terceiro. Está certo? Ou levar para a próxima reunião, que é um terceiro, ou um quarto. Está bom?

**O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUTT (MMA)** – Eu tenho um terceiro aqui.

**O SR. SERGIO GONÇALVES (MMA)**– Então a Célia também tem, e o Júlio aqui, por favor.

**O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUTT (Presidente da CTIL)** – É o seguinte, diante do exposto, quer dizer, da necessidade que nós temos para se nós quisermos alterar, se nós quisermos fazer alguma coisa nova, para os próximos 4 anos, teria que ser nessa reunião de Conselho. Se não, fica para daqui 4 anos.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Na reunião ordinária não pode?

**O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUTT (MMA)** – Não dá tempo, porque daria tempo para entrar na reunião ordinária, mas não dá tempo para você implementar, entendeu? Porque tem que convocar, tem que fazer reunião, assembleia, tudo isso. Então, eu acho o que seguinte, é importante que tenha o “core”... (*inaudível*) 106 de 2000, foi quando previu fazer o “core” e deu prazo, para nós fazermos o core, e desde lá não aconteceu por uma série de motivos, falta de dinheiro, burocracia... 2010 né? Bom, burocracia e etc.. Então, se for o caso, eu acho que primeiro tem que se fazer um esforço para fazer isso aí, que facilita a vida nossa, em termos, nossa vida que eu digo é a secretaria executiva em termos de seleção de quem participa e quem não participa, se nós conseguirmos sair com alguma coisa... Agora, caso não consiga, eu acho que poderia se aprovar a Resolução, aqui, com exceção desse artigo, e nós discutimos depois, ou modifica depois no futuro. Do inciso II. Do parágrafo. Daí nós discutimos depois, aí tem

tempo e mais... O que isso significa? Significa que nós vamos ter... Já temos algumas coisas que já foram discutidas e que já é... Cria-se o “coro”, quer dizer, está criado o “coro” e aí nós já temos inclusive, a parte formal para entrar no ministério, que isso aí envolve investimento, envolve tudo. Então, nós já temos a parte formal, para facilitar. Então, cria-se o “coro” e depois os detalhes, esses detalhes especificamente, os outros ficam esses detalhes específicos, nós discutimos depois, se for o caso.

**O SR. SERGIO GONÇALVES (MMA)** – Está inscrito a Célia, está inscrito o Ney e o Gustavo. Célia, por favor. Então, nós temos três propostas aqui.

**A SR<sup>a</sup>. CÉLIA RENNÓ (Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa)** – A minha proposta seria exatamente essa, porque dessa forma mantém-se a sistemática como quem já vem acontecendo, a classificação como entidade, ONGs e tudo mais e nós reunimos, acho que concordo com você Gustavo, nós reunimos as entidades técnica científicas até para realmente gabaritar melhor na nossa participação trazendo os esclarecimentos que forem devidos, mas continua o procedimento como ele já vem acontecendo, com um cadastro nacional de todas as entidades que têm interesse de participar do Conselho, que eu que também é uma coisa muito importante de nós termos conhecimento.

**O SR. JULIO THADEU KETTELHUT (MMA/SRHQ)** – Bom, eu queria dizer que nós temos a necessidade da aprovar a Resolução, que seja aprovada nessa reunião, nós temos um calendário para poder cumprir. Tem muita dificuldade de fazer conceituação rápida, sabe Gustavo, a menos que essa conceituação já exista em alguma legislação, nós vamos lá e trazemos para cá. Porque a conceituação além da aplicável aqui não CNRH, ela é reproduzida nas diversas instancias do sistema, qualquer escorregão, qualquer vírgula fora do lugar traz repercussões muito séria. Então, assim, e conversando aqui os colegas Sérgio, talvez um aperfeiçoamento na proposta que nós fizemos aqui de retirar o inciso II, seja contornar territorialmente à atuação dessas organizações no sentido de vedar organizações locais, associação dos engenheiros de Santa Maria, Rio Grande do Sul, não traz necessariamente uma visão das coisas que acontecem no país, na nação ou de Quixeramobim. Então, no inciso II ao invés de se retirar sindicatos, associações de classe de representação de categoria profissional com a atuação subnacional. Isso daí veda uma dessas organizações com a atuação local de se candidatar. Mantém as demais.

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)**– É o seguinte, essa questão da subnacional, isso aí foi objeto de uma ação inclusive movida pelo Fonasc, e a justiça, pelo menos provisoriamente, garantiu que as representações subnacionais podem fazer parte. Então, a não ser que, aliás, eu nem sei por que se tirou esse

considerando da norma, que ela tinha já, anteriormente, a proposta minuta inicial, que fazia referência, inclusive a esse mandato da 13ª Vara Federal de intimação. Bom, eu concordo com a proposta que você apresentou desde que, essa mudança não traga prejuízo para essas definições que nós julgamos fundamentais para a próxima eleição. E próxima. Então, ou seja, nós não queremos que esse assunto seja adiado para daqui 4 anos, se houver a possibilidade de fazer essa alteração nesse prazo, para já entrar em vigência no edital dessa eleição, tudo bem, mas se não houver nós não concordamos, porque isso significaria como você falou, adiar mais 4 anos, aí eu prefiro até que o Governo baixe uma portaria o que for esticando o mandato para resolver isso, do que... Por que não pode? Onde diz que não pode? É. Não. Onde que diz não pode? Existe alguma legislação que diz? Porque se não houver... Eu sei, e tem outra que se chama eficácia, competência do órgão público, que deixou para última hora resolver isso. Então, não estou propondo isso não. Eu quero é resolver, agora o que eu não quero e eu estou falando pelo Fonasc aqui, é que fique para daqui 4 anos. Isso nós não aceitamos. Se for para resolver para agora, beleza, eu concordo com a sua proposta, se for para adiar 4 anos, não podemos concordar.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Eu gostaria de ficar algumas coisas já, que até mesmo eu falei, para já ir limpando. Uma é, não é estar, não será acatado pela CTIL, tirá-la da pauta para adiar a votação. Perfeito? Pelas falas, então nós vamos ter que decidir. Então, decidindo, nós vamos ter: ou mexermos diretamente acrescentando ou não, como está ou para decidir se isso não for possível retiramos esse § 2º e aprovamos a Resolução sem ele. Sim gente, todo o esforço nós estamos fazendo, está no segundo e não está andando. Está certo? É o segundo. Só estamos aqui por causa do segundo mais nada disso. Art. 6º § 2º. Tem propostas aqui do Conselheiro Gustavo da retirada do I, VII, VIII e do XIV. Anotei aqui. Tem a proposta da retirada da Ana do II. Se retirarmos esses, conseguirmos aprovar com todos os problemas que possam ainda ter, mas garantimos uma Resolução e seguimos, se isso for, fazemos isso. Não tem problema nenhum.

**A SRª. ELDIS CAMARGO (ANA)** – Só esclarecer Presidente, que não é uma proposta da Ana, é proposta de um membro, oficialmente sou eu que estou representando a Ana. Eu estou assim, educadamente abraçando a ideia do meu colega que pessoalmente até eu acho que... Mas eu não estou... Oficialmente, não estamos...

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Então não tem pedido o pedido de retirada do II?

**A SRª. ELDIS CAMARGO (ANA)** – Oficialmente não.



**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Foi o encaminhamento que acabei de dar gente. Muita calma. Não, se nós formos já retirar, vamos votar e retirar. E a Resolução está feita. Ponto. A retirada do I, do VII, do VIII e do XIV feita pela Fonasc. Ou retiramos o parágrafo segundo todo agora e aprovamos a Resolução.

**A SR<sup>a</sup>. ELDIS CAMARGO (ANA)** – Deixa só mais uma coisa, com licença...

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Estamos na fase final agora. Sugestão?

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (ONGS)** – Presidente, eu tenho uma proposta de emenda ao inciso II.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Pois não.

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC)** – Que seria, os sindicatos as associações de classe ou de representação de categoria profissional e aí eu colocaria: a exceção de sindicatos de trabalhadores, desde que, não enquadrados nas categorias, usuários ou organizações técnicas.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Além da retirada a Fonasc propõe o adendo no II.

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)** – Sindicato de trabalhador. Agora talvez nós tenhamos que qualificar melhor o trabalhador, não estou falando o trabalhador não é de nível graduado. Entendeu? Agora boa parte dessas categorias é de profissionais liberais ou profissionais já com nível de graduação que são as que eu entendo que se encaixam na categoria organizações técnicas. Entendeu? Pegar o exemplo que a colega da ABES citou aqui, Sindágua: o sindicato dos trabalhadores da água em Minas Gerais, nacional, mas tem também nesse sindicato o pessoal de área de nível superior.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Bom, nós vamos pedir aqui... Agora eu vou puxar porque criou-se... Têm dois encaminhamentos, eu vou solicitar a compreensão, e vou suspender momentaneamente isso. Membro representante da Ana pediu uma solicitação para consultar superior, está acatada. Ela vai fazer e para ganharmos esse tempo enquanto faz a consulta e voltamos ao

ponto, nós vamos sair com essa Resolução, com ou sem o parágrafo II, porque nós vimos que o prejuízo de não ter a Resolução é muito grande. Então, nós vamos resolver. Tendo ou não, acrescentando ou tirando, ou tirando o parágrafo inteiro, e aí eu vou pedir a compreensão, porque quando nós fizermos a convocação para os outros itens, tem dois itens que têm convidados para se manifestar para a CTIL poder tomar as posições, e eu tinha feito um contato com o Governo de Goiás e o Conselheiro Alexandre Kepler, está aqui, e ele veio exclusivamente, porque ele está com um compromisso à tarde já e eu tinha me comprometido, e eu vou pedir a compreensão dessa Câmara Técnica, para que ele informe, ele vai informar, porque nós temos que tomar uma posição sobre uma moção que veio do Comitê. Então, aí eu peço que ele faça, e aí depois ele pode sim se retirar, porque independe, ele vai fazer essa explicação e aí depois nós vamos tomar as decisões que tivermos, mas nós vamos voltar nessa Resolução.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – É isso que eu queria saber, porque a partir desse item tem outros itens, não é? Da Resolução que ainda não foram discutidos.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Não, é só esse.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – É só esse que está em questão? A CTIL já tinha vencido toda Resolução?

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Estava na discussão. Entra quem sai quem. No fundo era isso.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Bom, então, nós entraríamos no ponto de pauta de Goiás.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Goiás agora, e depois voltamos. E também se não der ainda, nós esperamos um pouco, e entramos na questão do São Francisco, mas hoje nós voltamos nessa questão da Resolução e resolvemos a Resolução.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Só uma solicitação à mesa. Se for possível pintar na cor, outra cor, que está proposto retirar daqueles itens lá.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Nós também estamos considerando esses que vieram riscados. Está riscado. Então, com isso, por favor,

eu solicito ao Conselheiro Alexandre Kepler do Governo de Goiás para poder se fazer presente aqui, aí eu vou ler só o item que é o... Que seria o [item VIII: Manifestação sobre a moção 19 de 2017 do Comitê de bacia hidrográfica do Rio Paranaíba, após o conhecimento do plenário do Conselho Nacional de recursos hídricos](#). E isso eu vou passar... Como isso estava na égide anterior, já foi para o Plenário, o Plenário é que fez, pediu para voltar. Então, eu vou pedir que o Júlio se precisar faça algum preâmbulo antes, que ele estava na presidência, para que o Conselheiro possa se manifestar. Obrigado.

**O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUTT (MMA)** – É rápido. O Comitê da bacia de Paranaíba se reuniu, fez uma moção, mandou uma moção a diversos órgãos, e também às autoridades, uma foi aqui ao ministro e outra veio ao Conselho, reportando as mudanças que aconteceram no Governo do Estado de Goiás, com relação à extinção da secretaria, não é bem extinção, a fusão da reforma administrativa que fundiu a secretaria de recursos hídricos de Goiás com a secretaria, com o saneamento e meio ambiente. Então, ficou recursos hídricos, saneamentos e meio ambiente em uma mesma secretaria. Aí o Comitê acha que isso, enfim, poderia prejudicar a questão, a questão de gerenciamento de recursos hídricos e estava solicitando, veio o representante do Comitê aqui e solicitou que nós (eu digo o Conselho Nacional de Recursos Hídricos) fizéssemos uma moção ao Governo do Estado, uma moção porque enfim é uma atitude administrativa do ente federativo, pode falar apoiar ou não apoiar, mas é uma moção, a moção ao Governo do Estado de Goiás, enfim, mostrando os nossos, enfim preocupação com relação a isso, se isso não poderia prejudicar a gestão de recursos hídricos no Estado. O que diz respeito a nós diretamente no Conselho, é que faz parte do Conselho Nacional de recursos hídricos: os Conselhos estaduais de recursos hídricos. Então, se houvesse uma mudança, por exemplo, que não tivesse nada no regimento do conselho estadual, que não tivesse nada que tratasse recursos hídricos esse Conselho não poderia participar do Conselho Nacional de recursos hídricos. Então, essa é uma preocupação vamos dizer mais operacional, a outra seria uma preocupação mais com o sistema. E na época eu como presidente aqui da CTIL disse que nós não poderíamos, seria nós decidimos que não poderíamos tomar nenhuma iniciativa nesse sentido se não ouvisse os representantes do Estado de Goiás para ver o que é, e esclarecer o que aconteceu, e nós tirarmos essas dúvidas que tivessem, foi solicitado que passasse para o Conselho, passou no Conselho, e o Conselho... O pessoal de Goiás não pôde comparecer. Então o Conselho devolveu outra vez aqui para a CTIL, para nós fazermos o procedimento. Então, basicamente é isso.

**A SR<sup>a</sup>. LÍVIA ROMANO (CERH/RJ)** – Júlio, só esclarecer que a alteração não foi na secretaria, foi no Conselho, foi no Conselho Estadual de lá.

**O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUTT (MMA)** – Desculpa. Eu falei errado, eu só falei secretaria. É foi no Conselho. Desculpa.

**O SR. ALEXANDRE KEPLER (CERH/GO)** – Bom dia. Agradeço pela compreensão na inversão de pauta. E bom, infelizmente eu não pude estar presente na última reunião do Conselho Nacional de recursos hídricos, nós tínhamos uma reunião já agendada, e eu havia confirmado a presença na reunião do comitê do Rio Paranaíba, inclusive por uma Mesa Redonda, e bom, rapidamente, eu gostaria de traçar aqui um histórico, já que o Júlio comentou, sobre essa fusão de Três Conselhos: saneamento, recursos hídricos e meio ambiente, que nós chamamos ali de um “conselhão” que à sigla é a SEMARH (Saneamento, Recursos Hídricos e Meio Ambiente), essa fusão aconteceu por uma lei publicada no Diário Oficial do Estado de Goiás em dezembro do ano passado (Dezembro de 2016) em uma publicação de um número entre o Natal e o Ano Novo, e juntamente com uma reforma mesmo administrativa, mas no que diz respeito à corte de gastos com cargos comissionados na secretaria e enfim na mesma edição houve essa publicação da lei fundindo os Três Conselhos. A SECIMA, que é a nossa secretaria, em que reúne as áreas de meio ambiente e recursos hídricos, e saneamento também, não foi ouvida com relação a essa fusão. Isso foi um ato do Governador da Casa Civil, e isso nos deixou também na época uma situação muito chata, porque a SECIMA simplesmente não foi ouvida e nem a área de meio ambiente e recursos hídricos e nem do saneamento, e lembrando que o conselho de saneamento estava criado por lei, mas não estava instalado, os únicos Conselhos que estavam em funcionamento eram o de meio ambiente e o de recursos hídricos. Bom, a partir daí, nós tivemos diversas reuniões, inclusive em comitês de bacia, comitês estaduais, e no CBH Paranaíba, cuja moção eu estava presente na reunião, foi uma reunião em Goiânia, e se não me engano em março deste ano foi elaborada essa moção e eu também expliquei, vamos dizer assim os motivos ou a falta de motivos para essa fusão dos Conselhos, na verdade, nós fomos pego meio que de surpresa, e isso teve um pouco também de uma questão de extinção de cargos de Secretários Executivos enfim, mas a questão maior é que isso criou um impasse dentro do Estado e a recebemos essa moção CBH Paranaíba e logo em seguida uma moção do fórum goiano de recursos hídricos, do qual a SECIMA também faz parte. Essa moção gerou na nossa secretaria um processo, dessa moção a superintendência de recursos hídricos a qual eu estou à frente foi ouvida, só lembrando essa moção do fórum goiano de recursos hídricos foi preparado no dia 21 de junho de 2017, depois a superintendência recursos hídricos foi ouvida, nós confirmamos, ratificamos todos os “considerandos” do fórum goiano e a acrescentamos alguns motivos para que essa fusão não... Enfim ela não ajuda em absolutamente nada. Há diferenças entre as atribuições das áreas e enfim, e a União dos Três Conselhos não representaram efetivamente a integração das respectivas políticas, no final. Isso foi enviado no dia 18 de julho de 2017. Depois foi enviado ao Secretário Executivo do Conselho de Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, ele também ponderou, ele confirmou todos os “considerandos” do fórum

goiano de recursos hídricos das superintendências de recursos hídricos, e ele também se colocou favorável à divisão desde “Conselhão”. A estrutura desse conselho que não foi instalado, ele não foi instalado, prevê Câmaras Temáticas de recursos hídricos, Câmaras Temáticas de Meio Ambiente, e Câmara Temática de Saneamento. Então, na realidade o “conselhão” seria uma instância ali de simplesmente confirmação... Exatamente dos atos que fossem deliberados pelas Câmaras Temáticas porque dificilmente, poucos temas seriam vamos dizer assim comuns as duas ou três áreas desse Conselho maior. Então, por lei o que existe é este Conselho, fundido os três nas três áreas, mas ele não foi instalado. Então, isso foi enviado, existe também até o Secretário Executivo colocou várias dificuldades relacionadas à questão da gestão do fundo estadual de meio ambiente, que aí não previa... Que não prevê a deliberação por este Conselho e sim pelo Conselho de meio ambiente, apenas, sobre os desembolsos e os projetos desenvolvidos e outra enfim, teria que mudar todo um arcabouço legal para que esse Conselho fosse realmente efetivado, então o que existe hoje em Goiás é que nós temos um Conselho criado por lei, mas não um atuante, ele não foi instalado. Na segunda feira agora dia 4 de setembro será realizado uma eleição dentro desse Conselho de duas chapas, vamos dizer assim, relacionados à ONGs, uma a área de meio ambiente e outra a área a recursos hídricos, porque há um consenso que a divisão é dada como certa, ou seja, o retorno do Conselho Estadual de recursos hídricos e do Conselho Estadual de Meio Ambiente, isso dentro do Estado. Bom, eu trouxe toda essa documentação e, inclusive o despacho do Secretário de Estado o Vilmar da Silva Rocha para a Casa Civil e também tenho aqui o número do processo, uma pesquisa processual que eu realizei ontem, e que se encontra, o processo foi autuado dia 27 de junho, e que se encontra em 30 de agosto na Casa Civil. Ele tem tramitado na Casa Civil desde 17 de agosto. Então, provavelmente vai ser reenviada uma nova minuta, no caso de duas talvez, a Assembleia Legislativa para que retornem os dois Conselhos: o de recursos hídricos e o de meio ambiente separadamente. Então, nós esperamos que isso seja feito o mais rápido possível, para que os próximos dois meses que a gente instale e renove esses dois Conselhos. Então, isso é o que nós temos em Goiás, atualmente. Está bom? Então, agradeço e eu estou disponível a qualquer questionamento.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA) –** Obrigado Conselheiro.

**O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUTT (MMA/SRHQ) –** Já me inscrevendo, eu acho que com as palavras, quer dizer, está para ser decidido na assembleia, eu imagino que para o bem do sistema se tivesse uma moção nossa do Conselho, poderia vir entrando há tempo eu poderia vir ajudar essa que realmente para nós o Conselho e eu até se fosse caso, mas eu estou vendo que não. Eu estou curioso, eu estou ainda que eu acho que não vai acontecer de saber como seria essa divisão de poder lá dentro, de saneamento, recursos hídricos e meio ambiente que tem interesses. Então, e vão voltar, mas não é caso. Então, para reforçar o sistema eu imagino que nós poderíamos fazer uma moção no sentido de

preocupação, enfim, um negócio bem educado, quer dizer, sem interferir na autonomia do Estado, mas dizendo que da preocupação nossa do Conselho Nacional de recursos hídricos que ocorra (...). É uma sugestão que eu coloco aqui para vocês.

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)** – Bom, ninguém se inscreveu e o presidente está ocupado ali. Então, Gustavo do Fonasc eu sou a favor de fazer uma moção e eu acho que mais grave do que o Estado perder um conselheiro no Conselho Nacional.

*(Interferência fora do microfone. Inaudível).*

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (ONGS)** – É porque eu acho que a decisão do governador do Goiás, que obviamente que ele aprovou isso. Ela retira Goiás do sistema nacional de recursos hídricos. Está certo? Porque quando você acaba com um Conselho, cria outro o que faz parte do Sistema nacional de Recursos Hídricos de acordo com a Lei nº 9433. Você acaba com ele e institui outro que você sequer implanta. Uma Câmara Técnica de Recursos Hídricos sendo que cada Conselho desses tem várias Câmaras Técnicas, você desqualificou o Estado para fazer parte do Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Quem quer presidir esse Conselho? O de saneamento? O de meio ambiente? Ou de recursos hídricos? Eu acho que é em premissa de que o órgão colegiado de recursos hídricos seja presidido pelo gestor do sistema de recursos hídricos e não pelo gestor de saneamento meio ambiente e recursos hídricos então, eu acho que essa moção que eu apoio a ideia que seja educada, mas que seja firme. Falar olha: isso o que vocês estão fazendo desqualifica o Estado de Goiás a fazer parte te o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Eu acho que é essa a questão principal dessa decisão do Governo. E eu acho que essa moção é muito importante como um aviso não só para o governo de Goiás, mas de todos os Estados a País. Quer dizer, um Conselho que não funciona, também, para mim é como se ele estivesse renunciando a fazer parte do Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Então, eu sugiro que nessa moção, se faça uma menção a isso que é uma premissa do Sistema Nacional de Recursos Hídricos a existência de Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. Geridos pelos órgãos gestores de recursos hídricos. E que essa desqualificação coloca em ameaça a posição ou a participação de qualquer Estado que tome essa iniciativa nesse sistema. Isso foi de certa forma, feito e eu acho que eles não, eu acho que não se tanto ou para esse aspecto eu acho que faltou uma assessoria ali que mostrasse a gravidade dessa decisão. Agora se ele errou, nós também temos que acertar, falar assim: não é por aí o caminho. Eu até manteria o representante do Sistema de Recursos Hídricos ainda que provisório no Conselho como sinal de que Conselho não reconhece aquilo, mas na próxima renovação do Conselho se persistir está fora. É óbvio. Está fora do Sistema

Nacional de Recursos Hídricos e, portanto, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos não é só do Conselho do Sistema Nacional de Recursos Hídricos.

**O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Perfeito. Mais alguma manifestação? Então, nós temos o encaminhamento colocado pelo Júlio e apoiado com as ressalvas desse indicativo, da preocupação que vai ser levado, claro, ao plenário a nossa proposta de moção ao Estado de Goiás apoiando a preocupação da moção que veio de lá é da bacia e reforçando essa preocupação do sistema de que uma unidade da federação pode ficar fora do sistema, que isso é muito sério para o país, para o país isso é muito sério e isso pode rebater em uma série de outras coisas de apoios, de convênios, de repasses. Esse cuidado é fundamental e nós temos a obrigação de preservar o sistema, preservar a legislação e preservar o sistema. Esses alertas. Então, eu acredito com que toda a tranquilidade e o respeito federativo, com a delicadeza que tem que ser mais nesse sentido de apontamento com preocupação do órgão máximo do Conselho, que o Conselho o órgão máximo do sistema de que isso nos preocupa para que não haja enfraquecimento do sistema e cada vez mais recursos hídricos, temos que fortalecer as crises não é à toa, mas todo o processo de gestão de recursos hídricos. Mais alguma manifestação? Podemos. Então, nós temos é o teor aqui, nós não vamos escrever agora, mas o teor estaria nesse sentido dado de apoio ao Comitê e ao fórum e com as preocupações que refletem nacionalmente e reflete.

**A SR<sup>a</sup>. LIVIA ROMANO (CRH/RJ)** – Sérgio, desculpa. Apoio ao Conselho não ao Comitê, ao Conselho.

**O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Veio uma moção nos pedindo que: tendo em vista. Nós estamos provocados por uma moção. Ela é a nossa gênese. Porque se nós estamos fazendo por conta própria eu poderia também, mas não é o caso. Nós tivemos uma provocação no Comitê de Bacia. Abraçando e colocando com todas essas ponderações, mas dá a importância da preocupação com o respeito ao Estado ao Governador e a Assembleia com o respeito, mas nós a preocupação que se tem. Nós temos um processo que é uma moção. Que veio de Goiás. Então, essa moção é a motivadora de estarmos aqui falando isso agora. E com as explicações do conselheiro, aí nós vamos trabalhar em uma moção. Ótimo. De preocupação e a ideia sempre é ajudar. É o que o Júlio falou nós temos que ajudar quem decide a retroagir nesse processo, e reveja para que não haja prejuízo.

**O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUTT (MMA/SRHQ)** – Talvez, a palavra certa não seria do apoio à moção do que é citar a moção porque, às vezes, tem coisa que está escrita na moção que nós não podemos e não temos certeza, mas eu lembro que tem outras coisas que o Comitê.

(Interferência fora do microfone. Inaudível).

**O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUTT (MMA/SRHQ)** – O motivador é a moção.

(Interferência fora do microfone. Inaudível).

**O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUTT (MMA/SRHQ)** – Um dos considerando. Agora qual é a sugestão do encaminhamento? Porque seria interessante que quanto mais rápido chegasse melhor, porque não podemos deixar isso para dezembro teria que ser agora nessa reunião e o nós teríamos que encaminhar isso para o Plenário. Como faríamos? Será que faria um texto? Não sei se vai dar tempo. Ou se não nós podemos.

(Interferência fora do microfone. Inaudível).

**O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Nós aprovamos e vamos rodar o texto por e-mail e no e-mail, mas já está aprovada a nossa. O conteúdo vai ser trabalhado, mas a ideia vai estar aprovado para levar para o Plenário na próxima reunião, podemos lavrar em ata isso?

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Só uma dúvida, Sérgio. Os destinatários seriam quais aí?

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Podemos também encaminhar a assembleia ao presidente da assembleia. O presidente da assembleia é o governador do Estado.

**O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Perfeito. Então acatado, ele vai ser encaminhado na moção ao governador do Estado e a presidência de assembleia.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Eu proponho, também, inclusive ao Ministério Público do Estado, que cujo à obrigação é preservar as leis.



**O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Sem problema, podemos encaminhar moção é moção.

**O SR. ALEXANDRE KEPLER (GOIÁS)** – Na questão do Ministério Público, inclusive ele lidera, vamos dizer assim, ou liderou a criação do fórum Goiânia de Recursos Hídricos que a outra moção que chegou até ao secretário. Que eu vou deixar aqui com vocês. Então, reforça também a moção de repúdio de Ministério Público.

**O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUTT (Presidente da CTIL)** – Eu sugiro o seguinte nós propomos uma minuta, mandamos para o todos os participantes aqui, dá um prazo razoável, mas também não pode ser muito longo será de uns 10 dias alguma coisa assim quem quiser contribuir contribui, daí nós assumimos, mas se ninguém falar nada e aqueles que não manifestarem, nós estamos considerando que está bem, porque depois está ok, senão nós não trocamos o negócio.

*(Interferência).*

**O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUTT (MMA/SRHQ)** – Em último a análise, essa moção vai entrar nos documentos a ser discutido no Conselho e se alguém depois quiser fazer alguma modificação resta o Conselho para modificar.

**O SR. ALEXANDRE KEPLER (CRH/GO)** – Bom eu agradeço a todos pela oportunidade. E digo que eu sou parte interessada realmente na reconstituição, no reestabelecimento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Eu já participava, anteriormente, da superintendência como membro da Universidade Federal de Goiás a minha área da atuação é a de Obras Hidráulicas e Recursos Hídricos. Então, sinto-me até na função de professor com uma obrigação e até certo reconhecimento de vergonha com relação a uma atitude dessa aqui do Governador que é o meu chefe hoje. Então, mas eu admito isso que não é nada confortável para mim. Então, eu sou parte absolutamente interessada na reconstituição do Conselho e obviamente no fortalecimento do Sistema Estadual de Recursos Hídricos e agradeço eu acho que será bem-vinda essa moção para reforçar e dar celeridade ao retorno na recomposição dos dois Conselhos tanto de recursos hídricos, quanto de meio ambiente em que hoje nós estamos desamparados. Eu estou com uma série de demandas, enfim, estamos correndo o risco de 2017 ser perdido por causa disso. Ainda bem, que essa semana têm sido muito difícil com relação ao abastecimento público de Goiânia, nós temos lá uma série de falhas no sistema, ou seja, está faltando água e eu acho que isso vai alertar os nossos governantes lá da importância ainda maior do Conselho

Estadual de Recursos Hídricos. Está bom. Muito obrigado, eu tenho que retornar a Goiânia para série de questões que temos que resolver e obrigado e até a próxima.

**O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Obrigado mais uma vez Conselheiro Alexandre. Desejamos boa sorte e o breve restabelecimento do sistema de recursos hídricos do Estado.

**O SR. SERGIO GONÇALVES (Presidente da CTIL)** – Passamos agora. Chamamos o próximo convidado para fazer sua apresentação, aí nós voltamos a nossa pauta de deliberações de resoluções. Nós estamos agora, vamos ao item de número 7. Processo MMA 0200001255-2016/91. Referente a alteração regimental do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, realizada por meio de deliberação do Comitê de Bacia Hidrográfica do São Francisco nº 90, de 8 de junho de 2016, matéria encaminhada pela Plenária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Júlio, por favor, pode fazer esse preâmbulo? Agradecendo a presença do presidente o Anivaldo e toda a sua equipe do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

**O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUTT (SRHQ/MMA)** – O tema foi o seguinte. Houve uma, por favor, me corrija o pessoal do Comitê de São Francisco se eu falar alguma coisa que não. Então você já me perdoa se eu falar alguma coisa errada. Mas, o presidente do Comitê da época ele saiu, enfim e aí teria que ter um mandato tampão no período para complementar. O atual presidente e também tem o número de reeleição, quer dizer, então, teve um mandato tampão, daí você foi reeleito em vez, né? E depois foi na segunda que deu problema, ainda foi reeleito uma vez estava prevendo uma reeleição e na segunda que, segundo alguns entendimentos que aconteceram à época tanto da Agência Nacional como nós não caberia uma segunda reeleição. Que já teria sido cumprido o prazo. E isso baseado na resolução do Conselho que prevê esse tipo de regulamentação. Ou melhor, ela prevê a regulamentação, mas ela não previa, não prevê o caso de mandato tampão se é válido, ou não válido isso não essa na resolução do Conselho. Então, foi um entendimento que houve de nós e da agência da Ana, que não poderia ser feito por conta de: já que não está prevendo no regimento do Conselho, então não poderia ter que ser modificado o regimento do Conselho primeiro para depois fazer as coisas. Bom, não vou dizer qual o entendimento o (...), com certeza, vai falar com muito mais propriedade sobre isso, o entendimento do comitê é outro diz que se não existe, então pode ser complementado como uma atitude complementar do Comitê, para isso eles se basearam em diversos pareceres jurídicos que tem e isso ficou para ser discutido na reunião de Conselho. Na reunião do Conselho o que correu foi que um dos pareceres a esse tema não passou na CTIL. Esse foi direto, entrou direto na reunião do Conselho não para deliberar, mas foi mais como informação. Mas, lá foi sugerido que ele voltasse aqui à CTIL como não tinha passado, passou não CONJUR do Ministério, mas não passou aqui não CTIL e voltasse a CTIL para o que CTIL fizesse o

encaminhamento. Então, basicamente é esta a situação o Anivaldo vai falar com muito mais propriedade, vai esclarecer alguns pontos e também, principalmente, a razão de que o Comitê tomou essa iniciativa.

**O SR. ANIVALDO MIRANDA (CBHSF)** – Bem, bom dia ainda. Queremos, antes de mais nada, agradecer ao nosso Secretário Nacional de Recursos Hídricos o Doutor Jair e ao Júlio Thadeu, por esta oportunidade de esclarecer um questionamento que foi feito pelo presidente de Agência Nacional de Águas com respeito a uma alteração regimental aprovada por quase unanimidade, houve apenas algumas abstenções, e reiterada mais de uma vez pelo plenário de comitê da Bacia do Rio São Francisco que é composto por sete, quatro instituições titulares e suplente e, portanto, foi objeto de todo um processo eleitoral, demandou investimentos uma enorme mobilização na bacia como nós sempre fazemos. E se configurou em um processo eleitoral absolutamente democrático participativo, e finalmente homologado em plenário eleitoral que contou com uma Comissão eleitoral absolutamente imparcial e composta, inclusive, por uma representante da agência que de forma absolutamente transparente e competente homologou o resultado que posteriormente foi infelizmente questionado pela própria agência que conduzia com outras organizações estatais, governamentais o processo eleitoral. Mas eu vou passar aqui a palavra rapidamente para o Coordenador da nossa Câmara Técnica Institucional e Legal, que é o Doutor Roberto Farias é advogado e esteve à frente da defesa que nós instituímos para enfrentar esse questionamento e quero dizer que todas as modificações feitas no nosso regimento foram devidamente debatidas, analisadas como sempre o fazemos por nossa Câmara Técnica Institucional e Legal, portanto, eu vou passar pra ele e depois eu vou fazer um comentário conclusivo sobre o assunto.

**O SR. ROBERTO FARIAS (CBHSF)** – Bom dia a todos. Agradecer ao doutor Júlio e ao doutor Sérgio, pela oportunidade cumprimentar todos os membros dessa câmara. Vamos direto ao ponto, eu vou tentar ser objetivo e breve para tentarmos dissipar as eventuais dúvidas (...). O Comitê fez uma alteração no artigo 26, que é baseado nos seguintes termos, vamos lá. Artigo 26 (...) será dirigido por uma diretoria executiva, composta pelo Presidente vice e secretário, diretoria colegiada constituída pela direcs e pelos coordenadores das câmaras (...) do alto, médio, submédio e baixo. No parágrafo primeiro estabelecia que os mandatos dos membros da diretoria serão coincidentes de 4 anos, ou seja, antes eram 3 nós passamos de 3 para 4, permitindo a reeleição uma única vez para a mesma função, ou seja, compatibilizar, essa redação está compatibilizado com o parágrafo primeiro do art. 8º da Resolução 05 de 2000 do CNRH. No parágrafo segundo, como nós fizemos uma leitura minuciosa da Resolução 05 nós observamos que não havia ressalva e nem regra para a forma de substituição de sucessão daqueles membros que teriam exercido o mandato incompleto. Então, nós inserimos no parágrafo segundos dizendo o seguinte: que para os efeitos do parágrafo primeiro desse artigo, ou seja, para cláusula de, referindo a cláusula de vedação de reeleição mais de uma vez para a mesma função, só seria

considerados os mandatos cumpridos a cima de dois terços do período, para considerar justamente essa regra dos mandatos incompletos. Esse ponto é que está sendo questionado, ou seja, a alegação é de que o comitê estabeleceu uma exceção à regra do parágrafo primeiro do inciso 4º do art. 8º da Resolução 05 quando prevê mandatos forma de substituição para mandatos incompletos. Inicialmente esse assunto foi debatido exaustivamente na CTIL, foi feita consulta ao Ministério Público que integrou a Bacia, advogados especializadas nessa área e todos foram unânimes em constatar que este assunto não está regulado de forma expressa na resolução 05 do CNH. Então, o Comitê com base no seu poder normativo respeitando o princípio de legalidade, porque está autorizado a se manifestar sobre os seus mandatos pelo inciso 4º do art. 8º da Resolução 05, estabeleceu e entendeu por regular essa matéria para esclarecer esse assunto no âmbito do comitê. Observamos também que essa matéria já estava regulada por outros comitês a exemplo do Comitê do Rio das Velhas Urucuia no Estado de Minas Gerais que estabeleceram que já tinham estabelecido essa regra muito antes do CBH, então quando nós fizemos essa alteração que houve todos esses questionamentos nós entendemos que, pelo fato de nós estarmos amparados pelo poder normativo que nos é conferido pelo parágrafo primeiro do art. 1º da Resolução 05. Que diz que os comitês são colegiados com poderes normativos, deliberativos art. 1º do Decreto que criou o Comitê de 2001 também está no art. 1º que nós temos poder normativo e como também o art. 1º do nosso regimento. Então, nós entendemos que fundamentado no nosso poder de normatizar, ou seja, de completar a norma geral que estabelece critérios para criação em funcionamento dos comitês, nós entendemos que a nossa medida, que a nossa alteração ela estava legal, que nós não estávamos violando especialmente o princípio da legalidade porque nós tínhamos autorização legal superior para dispor sobre o nosso funcionamento o mandato dos nossos membros, como também não estávamos excedendo no poder regulamentar que é conferido ao comitê. Por quê? No nosso entender o excesso de poder regulamentar, ele só se caracteriza quando você regulamenta algum assunto diferentemente do que está expressamente consignado na norma superior que orienta o nosso funcionamento que não é o caso. Então, na 05 de 2000 do CNRH não há norma expressa falando sobre a forma de sucessão e substituição daqueles membros que exerçam mandatos temporário incompletos. Nós fomos buscar na esfera federal os exemplos dos poderes executivos, legislativo e judiciário, para trazer para aqui porque é muito esclarecedor que vão ajudar a nós termos um entendimento dessas alterações. Vejo só, no Poder Executivo. Como esse assunto está tratado no poder executivo? A sucessão para membros que não exercem um mandato completo. No Poder Executivo, a norma diz o seguinte de forma expressa art. 14 da Constituição, parágrafo quinto, o presidente da república os governadores de Estado do Distrito Federal os (...) e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente, ou seja, a norma lá é expressa. Seja quem exercer o mandato integral, seja quem sucedeu em caso a vacância ou substituiu temporariamente só pode se reeleger uma única vez a forma é expressa, não há omissão, está bem claro lá a regra com relação aos mandatos integrais e os não integrais. No Poder Judiciário, a (...)

artigo 102 estabeleceu o seguinte, que o mandato dos presidentes é de dois anos proibida à reeleição, para o período subsequente. No parágrafo único o judiciário estabelece a seguinte regra: O disposto neste artigo não se aplica ao juiz eleito para completar período de mandato inferior a um ano, ou seja, de forma expressa ele permite que cumpriu o mandato não integral até inferior a um ano pode se candidatar a reeleição, quer dizer, não há vedação, então nós temos no Poder Executivo a norma expressa vedando para quem exerceu em qualquer situação seja completo ou incompleto e o Judiciário o contrário. Quem exerceu incompleta até um ano pode se candidatar na reeleição na Câmara dos Deputados e Congresso a redação é idêntica a que está prevista no art. 8º da nossa resolução aqui do Conselho. O que diz a Constituição com relação às eleições as casas da Câmara e o do Senado, diz o seguinte: artigo 57 cada uma das casas reuniu-se a exceção preparatório a partir de 1º de fevereiro (...) para posses dos seus membros e eleição das respectivas mesas para mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente. Acompanho essa orientação e diz o seguinte: para mandato de dois anos, vedado a recondução para o mesmo cargo imediatamente subsequente, tanto do Senado quanto da Câmara. Ou seja, nesses casos aqui não há de forma expressa, dito que para mandato não incompleto a cláusula de vedação e de reeleição, a omissão aqui ausência de regra expressa está clara, quando você compara com o que está no Poder Judiciário e quando você compara com o que está no Poder Executivo. É o exemplo que se assemelha ao nosso caso aqui. Então, veja bem o que é nesse caso aqui, exemplo prático vamos citar um exemplo recente que foi o caso do Deputado Rodrigo Maia que ele substituiu o deputado Eduardo Cunha para cumprir o mandato tampão no ano passado e em janeiro ele manifestou a intenção de se candidatar a reeleição pela regra aqui, em tese, ele estaria impedido. O que foi que aconteceu? A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara emitiu um parecer dizendo que ele poderia se candidatar porque não há norma de vedação expressa aqui e o Supremo Tribunal Federal num mandado de segurança impetrado por um adversário dele, para impedir a candidatura dele negou a liminar e disse que ele poderia se candidatar, porque não há norma expressa no comando constitucional e nem o regimento da casa que impeça que quem exerceu o mandato tampão esteja impedido de concorrer a reeleição. Por quê? Porque cláusula de vedação ela tem que estar expressa, é norma pressa, você não pode cláusula de vedação implícita, ou seja, ou eu posso me candidatar ou não, então a regra tem que estar clara. Eu posso me candidatar nessas condições aqui e não no que está nas entrelinhas. Então esse é o entendimento hoje, inclusive, eu juntei aqui vários pareceres de vários juristas do Ministro Luís Roberto Barroso (...) do Ministro Celso de Mello sobre essa questão que é bem esclarecedora, ou seja, quando não há norma expressa de vedação o poder regulamentar pode ser exercido na sua plenitude foi o que aconteceu conosco. Nós não afrontamos a Resolução 05 do CNRH em momento nenhum, muito pelo contrário, nós fizemos compatibilizado pelo o que está lá com as regras que estão lá, apenas nós suprimos algumas lacunas que lá estavam, especialmente, essa com relação essa (...) porque isso tem a ver com a nossa autonomia interna, ou seja, com autonomia orgânica e institucional do Comitê, isso tem a ver com o

1652 funcionamento do Comitê. Então, nós regulamos uma matéria chamada  
1653 internacopos, ou seja, que é de competência exclusiva dos Comitês, a Resolução  
1654 05 ela estabelece as regras gerais e a gente complementa com detalhamento na  
1655 norma. Se vocês observarem o inciso I do art. 8º diz o seguinte, que os mandatos  
1656 são coincidentes, os mandatos dos membros do comitê terão que ser  
1657 coincidentes. Um mandato coincidente é aquele que começa e termina na mesma  
1658 data. Quando um mandato começa e não termina, ou seja, há uma interrupção  
1659 dele por qualquer motivo de vacância, esse mandato já não é mais coincidente, o  
1660 coincidente é quem começa na mesma data, começa num dia e termina no outro,  
1661 ou seja, mandato tem que ser completo para ele ser considerado coincidente ele  
1662 tem que ser completo, mandato incompleto não é coincidente. Então quando você  
1663 parte para harmonizar, fazer uma interpretação sistemática do que está ali nas  
1664 entre linhas do art. 8º do inciso quarto do parágrafo primeiro você vê que o que a  
1665 norma se refere é para mandatos completos exercidos na sua plenitude, ou seja,  
1666 do começo ao fim aí sim você tem a cláusula de vedação que diz que o membro  
1667 do Comitê só pode se candidatar mais uma vez para o mesmo cargo quando ele  
1668 exerce o mandato integral. Nesse caso aqui, alegou-se também que esta regra  
1669 poderia permitir sucessivas reeleições burlando essa cláusula de vedação. Não é  
1670 o é o caso. Eu vou dar um exemplo prático vamos dizer: vamos partir logo para o  
1671 caso mais prático que é o Anivaldo, ele assumiu por um ano para cumprir um  
1672 mandato tampão um ano. O mandato dele foi incompleto, ele exerceu um ano  
1673 dele. Em seguida ele se candidatou para um mandato completo de três anos e  
1674 depois para reeleição mais um mandato, que agora é de 4 anos, ou seja, o que a  
1675 regra diz? Esse mandato tampão que não está previsto expressamente que ele  
1676 tem que ser computado para fins da vedação da (...) ele perfeitamente pode se  
1677 candidatar, ou seja, não há vedação, por quê? Porque expressamente não está lá,  
1678 dito isso coma a exemplo do que está no Poder Judiciário e no Poder Executivo,  
1679 ou seja, o exemplo é claro ele se candidatou ao mandato tampão, se candidatou  
1680 para o primeiro mandato integral, para o segundo mandato integral, agora ele não  
1681 pode mais ser candidato para o mesmo cargo, para um terceiro mandato, se ele  
1682 quiser ser candidato à direção ele vai ter que ser candidato à vice ou a secretário.  
1683 Então, a cláusula de vedação está vigente, está respeitada, ou seja, com ou sem  
1684 mandato tampão no máximo o membro do comitê só pode se candidatar duas  
1685 vezes para primeira função para mandato integral, tchau. Ou seja, não há burla  
1686 essa regra de vedação, principalmente porque o mandato coincidente é aquele  
1687 que começa e termina na mesma data, não é o caso do mandato incompleto, do  
1688 mandato tampão. Então, entende a CTIL do CBHS, entende CNHS que essa  
1689 resolução, que essa alteração regimental ela se harmoniza com a 05 do CNRH  
1690 não se conflita, não se confronta, não desafia ela em modo nenhum. Ela, inclusive  
1691 ela está compatível com o que o entendimento que está emanado no âmbito dos  
1692 poderes executivo, legislativo e judiciário federais, esse exemplo do deputado  
1693 Rodrigo Maia ele caiu como uma luva, porque esclarece que definitivamente que o  
1694 supremo já se manifestou. Então, nós entendemos que a autonomia do Comitê foi  
1695 exercida na forma da lei sem excesso de poder regulamentar. Então, nós  
1696 esperamos que está Câmara respeite a segurança jurídica autonomia e dos

comitês e entenda que em ratificar o que foi feito para considerar que a alteração regimental ela não fere a Resolução 05 do CNRH. Muito obrigado.

**O SR. ANIVALDO MIRANDA (Presidente CBHSF)** – Bem, eu só queria complementar informando que essa discussão foi objeto de debate em nossa Plenária por mais de uma vez. Na ocasião foi facultado ao representante da Agência Nacional de Águas um espaço de tempo indeterminado para que expusesse os seus questionamentos, e, portanto, a matéria que surgiu da CTIL do CBHSF foi o tempo todo instruída pela própria CTIL e como eu já disse aprovada com apenas algumas abstenções nenhum voto contrário pelo conjunto das instituições que formam o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. A quem se der o trabalho de ler o processo por inteiro, vai perceber que navega num oceano de ambiguidades e de subjetividades que teriam inevitavelmente que provocar dentro do processo contradições insanáveis. Isso porque a quem se der o trabalho de ler vai ver que toda a argumentação do questionamento, fala de uma possível inovação que Comitê fez em seu Regimento com relação à Resolução 005. Já no contexto da Advocacia Geral da União, fala-se em suposta violação da Resolução do Conselho Nacional. Já a Procuradoria Federal do Ministério, fala que o Regimento Interno do Comitê se mostra e excesso de poder regulamentar. E assim por diante, todo o linguajar já é vazado nesse contexto de alta subjetividade como eu disse de ambiguidade, isso teria evidentemente que provocar contradições, porque quando se manifesta, por exemplo, o advogado Geral da União ele chega aqui em determinado ponto do seu pronunciamento, dizendo o seguinte: assim não prosperam as alegações do Comitê sob o exercício de Poder Regulamentar Supletivo em caso da omissão do CNRH, pois está competência não encontra respaldo em qualquer diploma normativo, ou seja, ele nega o Poder Regulamentar Supletivo do Comitê e diz que na ausência de regulamentação mais detalhada, o Comitê não está autorizado a exercer competências atribuídas pela legislação ao Conselho Nacional sendo, inclusive, relevante que outros comitês possuam normas com idêntico teor em seus regimentos, ou seja, no caso os outros comitês não interessa o que interessa é o Comitê do São Francisco, não encontro explicação nenhuma porque essa preferência às avessas em relação ao nosso Comitê. Já o Procurador Geral Federal ele no seu despacho, ele diz o seguinte, pontua-se no que termos de art. 8º da Resolução 05 desse Conselho Nacional uma das matérias a ser tratada no Regimento dos comitês de bacia será o mandato dos representantes e critérios de renovação e substituição, ou seja, enquanto o que advogado diz o que Comitê não assista ao Comitê qualquer poder regulamentar o representante da procuradoria, o procurador federal diz que sim, que assiste ao Comitê, a prerrogativa da tratar nos seus regimentos como é natural absolutamente normal em qualquer organização desse tipo tratar, portanto, de critérios sobre o mandato dos seus representantes, e renovação ou substituição deles desde que, não contrarie evidentemente uma norma superior. E na realidade não contrariou já foi dito aqui que quando a Resolução... Eu só queria fazer o seguinte comentário, por ironia ou paradoxalmente a Resolução número 05 na qual se baseou o presidente do ANA

para questionar a nossa modificação, é a mesma que nos dá inteira proteção e razão na modificação que nós fizemos. Porque é muito claro, a Resolução número 05 ela dispõe no seu artigo oito que deverá constar nos regimentos dos Comitês bacia hidrográfica o seguinte: elenca uma série de condições e no inciso IV diz que deverá constar no regimento interno dos comitês, o mandato dos representantes e critérios de renovação ou substituição, portanto, o Comitê está sim autorizado a fazer isso. Desde que não contrarie a norma superior. A norma superior a Resolução CNRH 5 refere-se a mandatos integrais, e essa mesma norma manda que os mandatos sejam coincidentes, ou seja, quando ela manda que os mandatos sejam coincidentes por coincidentes infere-se mandatos integrais, porque isso constitui uma unidade e não uma (...) digamos assim, ou seja, mandato integral tem que ser coincidentes, porque mandato coincidente é por sua vez um mandato integral. Então, estamos falando aqui da mesma coisa e não de coisas diferentes.

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)** – A questão de ordem é o seguinte... Gustavo do Fonasc. Eu gostaria de... suponho que nós vamos tentar vencer essa matéria antes do almoço. Então, eu gostaria de estabelecer o prazo e também ouvir a posição da ANA, para nós depois entrarmos na discussão, com tempo razoável para discussão. Obrigado.

**O SR. ANIVALDO MIRANDA (Presidente CBHSF)** – O senhor pode ficar tranquilo porque eu já estou em fase de conclusão. E evidente que o nosso Comitê considera absolutamente correto e razoável ter a capacidade da possibilidade de esclarecer é isso que o nosso comitê está fazendo. Então, o que eu quero dizer, é que nesse contexto. Então, não assiste nenhuma razão a este questionamento. Eu quero dizer, além disso, que se a regra manda que os mandatos devam ser coincidentes. Então, ela se refere ao indicamento e a mandatos integrais e como a mesma regra autoriza os comitês a dispor sobre mandatos de seus representantes e critérios de renovação de mandatos, então o que o comitê fez foi absolutamente normal. Quero só aduzir e repetir que o nosso processo eleitoral foi constituído de todo um período de três meses de mobilização em todos os pontos da bacia hidrográfica, pelo menos os mais estratégicos, foram feitas incontáveis audiências públicas, tudo isso foi feito da forma mais transparente possível, todas essas reuniões e eleições em cada segmento transcorreram na forma do regimento interno. Todo o processo foi dirigido por uma comissão eleitoral composta de representantes do poder público que não são submetidos à regra da eletividade, portanto, totalmente imparcial, inclusive com a participação e a ajuda que nós reconhecemos e agradecemos da própria Agência Nacional e que, finalmente, o colegiado homologou os resultados de todo esse processo, em memorável Plenário eleitoral que foi dirigido, inclusive, por essa Comissão eleitoral a que eu me referi. E nesse momento o entendimento foi absolutamente aceito por todos e todos tiveram liberdade absoluta de manifestação. Eu encerro dizendo o seguinte: o que o nosso sistema precisa é de



1789 reforço no seu contexto de solidariedade interno, a base dessa pirâmide que nós  
1790 queremos todos aqui construir são os comitês de bacia, o escalão intermediário  
1791 são os Conselhos estaduais e evidentemente a liderança desse processo é o  
1792 Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Então, esse sistema precisa  
1793 evidentemente estreitar os seus laços de solidariedade e nós temos... Todas às  
1794 vezes temos que nós somos, digamos assim, convidados para vir aqui é sempre  
1795 para discutir assuntos que não são propositivos. E gostaríamos de inverter e eu  
1796 acho que a discussão do legado que está sendo proposto pela própria ANA depois  
1797 de duas décadas de lei nacional, vai exatamente nesse sentido de reforçar a  
1798 legitimidade do sistema. Então, o Comitê em nenhum momento quis  
1799 evidentemente modificar, afrontar a Resolução. Ao contrário, o Comitê tem todo o  
1800 interesse, no caso do Comitê do São Francisco em fortalecer o Sistema Nacional  
1801 de Recursos Hídricos, e nessa luta por dar cada vez mais legitimidade tanto ao  
1802 Conselho Nacional quanto a sua base, porque nós apostamos nessa,  
1803 evidentemente, nessa construção. Acreditamos que esse questionamento, no  
1804 fundo, ele de alguma forma fragiliza essa solidariedade e ele nega o princípio de  
1805 autonomia dos comitês que são evidentemente, entes que têm a sua própria vida  
1806 interna e finalmente não é muito condizente com o princípio da descentralização  
1807 da gestão que é, de fato, o princípio final de todo esse esforço de gestão  
1808 democrática compartilhada e descentralizada dos recursos hídricos. Entretanto,  
1809 como sempre temos uma visão propositiva, talvez, seja esse o momento dessa  
1810 Câmara Técnica sugerir ao Conselho Nacional que essa lacuna seja preenchida,  
1811 porque não será somente o Comitê do São Francisco do Velhas do Urucuia serão  
1812 amanhã e talvez já seja hoje. Vários dos comitês que a vida obrigou,  
1813 evidentemente, a tomar essas iniciativas porque a vida não pode esperar  
1814 evidentemente por nossa capacidade da legislar sobre tudo, portanto, eu mais  
1815 uma vez agradeço e tenho à confiança de que essa Câmara saberá entender que  
1816 esse questionamento navega realmente em tal ambiguidade, que isso aqui  
1817 evidentemente se incentivado vai dar origem a uma interminável (...) e pendenga  
1818 jurídica sem nenhum horizonte de conclusão porque eu volto a repetir, aqui se  
1819 trabalhou muito mais na relatividade do que, de fato, no caráter absolutamente  
1820 positivo que deve ter uma legislação. Muito obrigado.

1821  
1822  
1823 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Obrigado Presidente. Obrigado  
1824 aos colegas. Nós vamos passar agora, conforme, o encaminhamento para ANA,  
1825 para representante Dr. Eldis da Agência Nacional de Águas e logo em seguida nós  
1826 vamos abrir para algumas falas e debates e depois partirmos para a deliberação.

1827  
1828  
1829 **A SR<sup>a</sup>. ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (ANA)** – Bom dia, Sr. Nivaldo o  
1830 advogado. São três considerações que eu quero fazer. A primeira diz respeito à  
1831 fala do Vicente na Plenária porque esse assunto já tinha sido discutido aqui e foi  
1832 para a Plenária e o Vicente reforçou, que quem deveria decidir isso era a CTIL,  
1833 então estamos trazendo de volta aqui para CTIL e me cabe aqui do ponto de vista  
1834 jurídica falar o que a procuradoria pensa a respeito e nesse contexto eu queria

1835 reforçar, para quem não é advogado, nós temos o que se chama fontes de direito.  
1836 Quando existem lacunas nós temos que ir atrás das fontes de direito e que fontes  
1837 de direitos que nós precisamos buscar aqui? O advogado trouxe muito bem uma  
1838 fonte primeira que é a analogia, tem vários casos de analogia, princípios de  
1839 direitos que nós temos aí a descentralização. Então, nós temos outras fontes de  
1840 direitos ou norma jurídicas, doutrinas, jurisprudência. Então, dentro desse escopo  
1841 do ponto de vista jurídico, é perfeitamente cabível o que está nos trazendo o  
1842 advogado. Mas, eu tenho um terceiro ponto que eu acho importante nós  
1843 refletíssemos a respeito disso e que talvez nós tenhamos outros temas para  
1844 discutir em relação à Resolução número 05, ou seja, nós precisamos aperfeiçoá-la  
1845 como disse o presidente. Então, eu acho que é uma ótima essas atividades, esses  
1846 contra tempos acontecem nós estamos aqui em um sistema consensual como o  
1847 nosso Presidente reforça. Então, é a hora de nós aperfeiçoarmos e reforçar todos  
1848 esses princípios de direitos, as fontes do direito que foram bem explicadas pelo  
1849 advogado.

1850  
1851  
1852 **O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Muito obrigado. Gustavo do  
1853 Fonasc. Está inscrita, **Somali**, Paulo.

1854  
1855  
1856 **O SR. GUSTAVO** – Eu primeiro gostaria de ter duas informações, quais são os  
1857 comitês que fazem essa exceção? Se, estão no domínio federal e quais são?  
1858 Depois a outra questão eu queria saber qual que é exatamente o período do  
1859 mandato tampão? Que o presidente Anivaldo exerceu antes de cumprir.

1860  
1861  
1862 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – O mandato tampão que o presidente Anivaldo  
1863 exerceu foi pelo período de um ano, doze meses.

1864  
1865  
1866 **O SR. ANIVALDO (CBHSF)** – Doze meses integrais. Sem nada mais e sem nada  
1867 menos?

1868  
1869  
1870 **O SR. ROBERTO FARIA (CBHSF)** – Não. Ele assumiu quando o então  
1871 presidente foi afastado, e o tempo que restava para cumprir o mandato era um  
1872 ano, então ele assumiu e cumpriu um ano de mandato. Os comitês que têm essa  
1873 regra já estabelecida nos seus Regimentos Internos o Urucuia e o Velhas no  
1874 Estado de Minas Gerais já disciplinam essa questão que é do nosso  
1875 conhecimento. Precisamente está no art. 16 de cada Regimento. Se, quiser eu  
1876 posso ler aqui o que está escrito? Vamos lá. Eu fiz a transcrição para memorial  
1877 que foi encaminhado. Então, vamos lá. Nós fizemos transcrição aqui que diz o  
1878 seguinte: no CBH Rio das Velhas art. 16 o Comitê será presidido por um de seus  
1879 membros eleito na forma prevista nesse Regimento Interno. Parágrafo primeiro o  
1880 mandato dos seus membros da diretoria será coincidente, olha a coincidência

coincidente a eleição de seus membros podendo se candidatar a mesma função uma única vez no mandato subsequente. Parágrafo segundo para os efeitos do parágrafo anterior não serão computados o período de exercício de cargos da diretoria inferiores à um ano, isso é o que está lá no Velhas no Urucuia coincidentemente art. 16 também. O Comitê será presidido por um dos seus membros eleito na forma prevista nesse regimento e normas complementares aprovadas pelo Plenário. Parágrafo primeiro o mandato dos membros da diretoria será de dois anos podendo ser reeleito em uma única vez em quaisquer das funções da diretoria. §2º para os efeitos do parágrafo anterior somente serão considerados os mandatos integralmente cumpridos. Quer dizer, o Urucuia foi mais radical só se o mandato não foi integralmente cumprido não há vedação.

**O SR. Gustavo Gazinelli (FONASC)** – Bom, eu vou dar a minha posição pessoal porque não cheguei a debater esse tema com o coordenador do Fonasc com coordenação, mas eu tenho uma opinião, mais ou menos, formada embora não conclusiva. Quer dizer, em primeiro lugar nós apoiamos a ideia de que o Comitê possa instituir seu conselho diretor tal como está sendo proposto, com três membros. O problema que eu acho que existe, é o do mandato do presidente. Eu penso assim, essa questão de cumprir integralmente o mandato eu acho que é um pouco... Uma questão... O apego muito textual que eu acho que em diversas situações elas não se cumprem. Então, eu não acho que esse é um argumento muito, a meu ver muito satisfatório. O que eu vejo, por exemplo, coloco a seguinte questão: quando essa norma foi instituída o mandato do Comitê da diretoria era de três anos, agora está se propondo passar para 4 anos, ou seja, quando cumprir dois anos do mandato, do terceiro mandato o presidente terá cumprido integralmente 6 anos como dirigente do Comitê e os dois últimos anos ele continuará exercendo também? Por que o Comitê está instituindo uma regra nova de mais 4 anos, mas com essa regra nova ele, de certa forma, está assegurando um período de direção assim, exatamente, dois terços a cima do que seria o período normal de uma presidência se cumprida na norma. Então, o primeiro ponto que eu gostaria de ponderar. Eu acho que essa decisão que nós viemos a tomar ela vai valer para o sistema inteiro, quer dizer, se com essa decisão for ratificado a posição do Comitê passa a valer para todo o sistema. Então, realmente é necessário tratar dessa matéria possivelmente em uma revisão da Resolução 05, porém, é uma situação curiosa porque o Comitê ele é o órgão auxiliar do Poder Executivo. E o órgão máximo do Poder Executivo já estabelece uma regra que o mandato é cumprido mesmo... E fica valendo como um mandato um período não integral, então esse é o problema. Por outro lado é um órgão Parlamentar, então, de certa forma, é um conselho, um colegiado, então teriam, talvez, uma inspiração também no Poder Legislativo. Bom, então o que eu tenho a dizer é o seguinte: eu acho que essa é uma decisão muito séria, eu acho que se nós ratificarmos a posição do Comitê eu acho que deveria ser estabelecida uma exceção também, no caso que é: não pode cumprir como Presidente a cima dos 6 anos que foi estabelecido na regra que prevaleceu até então. Então, e aí ele teria que cumprir apenas metade do próximo mandato.

1927  
1928 **A SR<sup>a</sup>. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF)** – Sonali da Chesf Companhia  
1929 Hidrelétrica do São Francisco. A Chesf tem acento nesse Comitê da Bacia  
1930 Hidrográfica do Rio São Francisco, no caso, eu sou suplente do titular que o João  
1931 Henrique, também como representante da Chesf eu participo dessa Câmara  
1932 Técnica de assuntos legais e institucionais do Comitê da Bacia Hidrográfica do  
1933 São Francisco, participei dessas discussões, participei do processo de eleição, e  
1934 no nosso entendimento o Comitê ele atuou em uma lacuna que existe na  
1935 Resolução 05. Na época quanto dessas discussões e foram discussões bem  
1936 acaloradas, houve em um primeiro momento um dispositivo colocado de que essa  
1937 reeleição poderia se dar indefinidamente e foi nesse ponto que houve essa  
1938 discussão e que houve posicionamento contrário, houve também abstenções, e aí  
1939 nesse aspecto o Comitê e a CTIL eles reviram essa questão. Então, está exposto  
1940 lá no Regimento Interno do Comitê exatamente como comanda a Resolução 05 no  
1941 que diz respeito à reeleição. Agora, eu não sou advogada, atuo aqui não CTIL há  
1942 algum tempo lá dentro do Comitê também e tenho aprendido com vocês  
1943 advogados que é o fato que gera o direito, o fato que gera o direito. Aconteceu  
1944 isso no Comitê da Bacia do São Francisco e no nosso entendimento, na decisão  
1945 que foi tomada ele atuou em numa lacuna que existe na Resolução 05. Houve  
1946 também a eleição, todos participaram e ela também um representante da ANA  
1947 participou dessa eleição nessa Comissão eleitoral e ela foi homologada. E sei  
1948 como membro dessa CTIL, que está no plano de trabalho dessa Câmara Técnica  
1949 a revisão, uma análise da Resolução 05 do Comitê, já lá vão mais de 10 anos que  
1950 está... 17 né? Eu não me recordo se foi logo no começo que nós fizemos ou um  
1951 ano depois. Então, pronto. Então, já todo esse tempo estar no plano de trabalho  
1952 da CTIL a revisão dessa Resolução e conforme dito aqui pela representante da  
1953 ANA: é hora de aperfeiçoar. Então, eu acho no nosso entendimento que o Comitê  
1954 atuou por necessidade quando surgiu o fato, atuou por necessidade numa lacuna  
1955 existente na Resolução 05. Então, eu entendo que no nosso entendimento  
1956 ratificaríamos essa decisão e partiríamos para o trabalho de revisão da Resolução  
1957 05 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos em especial nessa questão. Eu  
1958 não sei qual é o passo seguinte até você ter essa Resolução totalmente revista e  
1959 analisada. Mas no nosso entendimento o Comitê atuou numa lacuna que existia  
1960 na Resolução 05 e pela necessidade de se ter uma decisão diante de fato que  
1961 surgiu naquele momento, naquela ocasião. É isso que eu tenho que colocar para  
1962 os colegas da CTIL.

1963  
1964  
1965 **O SR. SERGIO GONÇALVES (MMA)** – Obrigado Sonali. Paulo, por favor.

1966  
1967  
1968 **O SR. PAULO SAMUEL (Comitê de Bacia)** – Paulo Samuel Comitês de Bacia.  
1969 Nós já tínhamos nos manifestado na reunião de 7, 8 de dezembro no CNRH e  
1970 naquela ocasião nós colocamos para a Plenária e nós ficávamos muito tranquilos  
1971 da nossa posição na Plenária. Em função total apoio do que ao Comitê São  
1972 Francisco, porque nós vínhamos, inclusive no dia anterior de um debate onde

estava reunido aqui em Brasília todo o Fórum Nacional de Comitês de Bacia. Então, não era mais uma vez como nós temos defendido uma posição do Paulo e sim uma posição, principalmente, nesses pontos, mais polêmicos do fórum nacional. Considerando as palavras do presidente, e também da nossa colega representante aqui na Câmara Técnicas da ANA, onde as palavras do presidente e da colega da Chesf, onde foi feita toda uma divulgação do processo eleitoral, onde teve inúmeras instituições envolvidas, inclusive o Ministério Público, se houvesse problema, na minha visão, ele já teria sido apontado lá no início da candidatura do atual presidente. Bom, o processando andou, teve eleição, foi eleito, o presidente Anivaldo foi homologado pela sua Plenária, inclusive dito aqui pelo Presidente e pela colega, homologado por um membro do ANA. Então, o nosso ver ela... O Comitê está legitimado. Para atual ou na sua presidência. Primeiro que respeita o princípio da legalidade e segundo e aqui tão debatido ou tão citado o princípio da descentralização, onde nós vemos se tem a Resolução 005 ela nos dar diretrizes mestras e eu trago também um exemplo do acontecido no Rio Grande do Sul, onde se tem lacunas a Plenária é soberana, a Plenária é soberana para decidir o que deve fazer ou não deve fazer e a colega colaborou na questão do direito, que tem já matérias reforçando esse ponto. A nosso ver o mandato, a eleição é legítima o mandato a nosso ver também não é problema, porque ele está aprovado no Regimento Interno. Então, mais uma vez nós do fórum nacional de comitês de bacia e eu representante no Conselho Nacional apoiamos e homologamos, referendamos a recondução do presidente. Obrigado.

**O SR. JOSÉ TARCÍSIO FIALHO (SEAB/PR)** – Tarcísio da Secretaria de Agricultura do Paraná. Eu faço parte, fiz parte da Comissão de eleição no Comitê lá de Paranapanema. E uma coisa interessante é que nessa, vamos chamar assim, de uma presidência tinha, assim, como se fosse um representante de todos nós nesse Comitê. E a representante no caso foi a Tânia da ANA, participou de todo o processo. Por que eu estou dizendo isso? Porque existem duas situações nesse caso aqui que está me intrigando, de uma certa forma, mas ao mesmo tempo eu concordo com ela. Primeiro que, como a Resolução número 05 não diz respeito à questão da substituição e a questão do mandato incompleto e tem um advogado nosso lá na secretaria de agricultura que ele sempre... Eu não sou advogado, ele sempre diz isso. O que a lei não diz é possível fazer outra coisa. E como a lei não foi clara no cinco lá, ela não foi clara com relação à substituição, entende-se que quando isso ocorre você pode fazer outra coisa porque não está claro o que não se pode fazer. E aí criou-se um fato. O fato só ocorreu porque outro fato dessa natureza não tinha ocorrido antes, mas ocorreu ali. Então, por tudo isso eu concordo com o processo e concordo com a atitude ter feito todo esse elaborado, todos esses procedimentos para comprovação ou para explicação ou justificativa do que foi feito. Eu concordo e concordo também que o 05 aí tem que ser discutido para cobrir essa lacuna essa é uma situação. Por outro lado, no entanto, e aí é que está a minha dúvida, mas é só dúvida porque eu já fiz o meu voto de concordância, por isso que eu antecipei o meu voto de concordância porque minha dúvida só cria um fato novo, fica muito estranho àquele que era o

presidente ter uma Comissão e de advogado para justificar uma ação desse presidente. Ou seja, ele está advogando em causa própria. É só esse o fato que estou relevando porque todo o argumento da advocacia aqui e do direto estava fazendo sob a presidência de um presidente que acabou de ser reeleito. Eu só levando esse ponto, mas eu continuo com o meu voto de concordância com todo o processo e ainda acrescentando o fato de que tem que ser mesmo rediscutida a 05 porque tem essa lacuna, criou-se um fato e esse fato precisa ser alterado. Mas está dado o meu voto.

**O SR. SERGIO GONCALVES (CTIL) –** Quadrelli e o Gustavo também.

**O SR. JOSÉ QUADRELI (CNI) –** O setor se posiciona contra porque acredita isso enfraquece o sistema, na verdade, revelou também uma fraqueza do sistema onde já foi identificado a necessidade de preencher essa lacuna para evitar que esse tipo de coisa aconteça. Eu queria pedir para colocar o artigo que foi composto lá na de vocês que eu tenho uma dúvida, coloca de novo na tela aí, por favor, do Regimento Interno. Só para eu entender. Esse parágrafo primeiro. Corrija-me se eu estiver errado, por exemplo, eu fui eleito Presidente fiquei o primeiro ano, me afastei por dois anos e voltei no último ano, quarto ano eu posso ser reeleito. Eu fiz a mesma coisa no outro ano aí eu posso ser reeleito, fiz a mesma coisa no outro ano aí eu posso ser reeleito? É uma dúvida. Porque esse a cláusula de afastamento ser considerado o mandato coincidente só que ele a cima de dois terços, não sei se ele é muito seguro nesse sentido da reeleição. Eu queria que o advogado aí da ANA pudesse me ajudar a entender esse parágrafo primeiro porque eu estou entendendo assim. E pode ser que outras pessoas também estejam entendendo, eu gostaria de um esclarecimento porque está ali. Para efeitos do... Os mandatos dos membros da diretoria serão coincidentes de quatro anos permitida à reeleição uma única vez, para efeitos do parágrafo primeiro só serão considerados os mandatos cumpridos a cima de dois terços do período. Então, se cumprir um ano sair e voltar eu posso ser reeleito (...) é o meu entendimento eu posso estar entendendo errado quem é jurista, por favor, me corrija e tenho a concordar que o meu amigo do Fonasc que, de fato, e com a última fala do meu amigo ali, de fato, se foi identificado uma lacuna e se pretende aprimorar o sistema deveria ter feito a correção e ser aberto a uma nova eleição e não ter tido uma reeleição, mas essa posição do setor industrial nós somos contra isso, eu acho que enfraquece o sistema, abre prerrogativa para outras e nos leva a trabalhar em cima da Resolução número 05 para evitar esse tipo de coisa.

**O SR. ROBERTO FARIAS (CBHSF) –** Só esclarecendo, não há reeleições indefinidas pelo seguinte: eu sou eleito para um mandato completo. Essa regra só se aplica para quem é eleito no curso de um mandato que foi interrompido por algum motivo. Se eu sou eleito para um mandato completo e renuncio, acabou-se, eu renunciei porque quis. Então, eu só posso ter direito a mais uma reeleição para

próximo mandato, depois tchau. Essa regra foi estabelecida para dar um freio em contrapeso nessa situação, isso é para quem é eleito para complementar o mandato que já se iniciou e não para quem inicia e renúncia. Então, uma outra dúvida que eu falei em off para o Tarcísio é o seguinte. Está deliberado foi aprovada em julho do ano passado no mandato anterior quando o Presidente Anivaldo nem sonhava se seria reconduzido como membro do Comitê e automaticamente pleitear uma eventual candidatura à presidência e eu estou aqui na condição de coordenador da Câmara Técnica Institucional do Comitê. Eu integro o Comitê e represento a OAB no Comitê e estou coordenador da CTIL. Outro detalhe o ponto da controvérsia que está questionando é apenas o parágrafo segundo, essa regra da questão dos mandatos incompletos. Questão do tempo de mandato não foi objeto de controvérsia. Era isso que eu queria esclarecer.

**O SR. ANIVALDO (Presidente CBHSF)** – Só para aduzir não ter nenhuma dúvida quando a Câmara Técnica Institucional Legal se debruçou sobre isso não foi só em cima desse fato do mandato não integral, foi também em cima de um ajuste absolutamente necessário e que era o de compatibilizar os mandatos dos membros do Comitê com os mandatos dos prefeitos municipais. Daí a necessidade de estabelecer o mandato de 4 anos. Não teve nada a ver com a minha pessoa, até porque quando trata dessas questões, a Câmara Técnica institucional assim como está Câmara aqui, eu tenho absoluta certeza, o faz desde princípios e de impessoalidades completa não está se referindo A, B, C ou D, então eu acho que isso é fundamental para que se esclareça e quero dizer também que eu não tenho recurso para bancar advogado, porque é muito caro, meu amigo Roberto Farias ele o faz em caráter absolutamente voluntário e representa a ordem dos advogados do Brasil e dentro do Comitê e, portanto, foi eleito, indicado para a Câmara Técnica não foi por mim, foi pelos trâmites normais do Comitê. Era isso que eu queria dizer.

**A SR<sup>a</sup>. MÔNICA PORTELLA LIMA (CERH/Bahia)** – Eu queria esclarecer que a fala do Roberto foi realmente muito clara, precisa e objetiva. E complementando o que colegas Eldis falou sobre as fontes do direito, que ela trouxe analogia, nós podemos trazer aqui um artigo que tem no Ordenamento Constitucional que está (...) engano naqueles artigos de competência que estabelece que quando uma legislação nacional, quando existe lacuna os estabelecidos podem suplementar. Então, futuramente se a Legislação Nacional vier a estabelecer algo contrário ao que Estado deliberou, o Estado teria que se ajustar, seria a mesma coisa, futuramente se a gente fizer uma revisão da Resolução número 05 o Comitê, o seu regime terá que ser adequado à nova resolução.

**A SR<sup>a</sup>. CÉLIA RENNÓ (Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa)** – Eu gostaria de dizer que a ABES no caso, particularmente, a ABES Minas faz parte

do Comitê apoiou o processo de reencaminhamento do Anivaldo no processo eleitoral então aqui, coerentemente, nós apoiamos esse processo agora eu também apoio a revisão da Resolução 05 que eu acho que isso precisa ficar... Eu acho que isso precisa ficar claro, para que não haja mais momento como esse. E que realmente o sistema funcione melhor sem essas discussões.

**O SR. GUSTAVO GAZINELLI (FONASC)** – Olha só, eu vejo o seguinte, enquanto essa Resolução não for corrigida, cabe a CTIL interpretar a Norma Legal, igual o Supremo Tribunal, às vezes, interpreta a Norma. Então, nós estamos aqui estabelecendo uma jurisprudência, não é que isso nós estamos fazendo? Que vai valer para todo o sistema. Então, eu acho que para além das discussões internas do Comitê da Bacia e não levando a questão para o lado pessoal fulano que é presidente ou (...) o do Comitê “X” ou “Y”. Nós estamos aqui tentando fazer uma interpretação da norma. Uma interpretação da norma. Então, eu acho que o... Nós estamos estabelecendo uma jurisprudência. Então, a decisão que nós vemos tomar aqui não é a decisão para CBH São Francisco, com todo respeito. É uma decisão para todo o sistema. A posição que nós tomarmos aqui hoje, enquanto não existir essa revisão, que não sei quando que vai acontecer e como vai acontecer, ela vai valer para o sistema como um todo. Então, eu acho que aqui são várias questões, eu acho, por exemplo, eu gostaria de saber eu não li todo o processo, eu procurei me informar sobre o mérito da discussão. Por exemplo, esse questionamento da ANA ele foi feito antes ou depois de eleição? Isso para mim é importante saber. Foi feito antes da eleição. Mas por que, que só chegou aqui agora? Quer dizer, se foi feito antes, quer dizer, depois da eleição nós vamos estar discutindo um questionamento que foram feitos antes.

*(Interferência fora do microfone. Inaudível)*

**O SR. GUSTAVO GAZINELLI (FONASC)** – Pega, por favor. Então, eu acho assim, se foi feito antes, excelente, agora se foi depois é de se estranhar. Primeiro ponto que eu acho que é importante observar. Antes... E agora, eu acho que aqui, existe uma questão que eu acho seria, o Comitê ele estabeleceu um ano a mais de mandato para esse mandato que vai ser renovado. Então, eu acho assim, eu até discordo dos dois terços ali considerados como mandato, eu acho que deveria ser metade, o cara cumpriu metade já é considerado como mandato, mas assim, são duas coisas diferentes, assim, por um lado prevalece o entendimento do Comitê de que o mandato vale, não. Não vale o mandato parcialmente cumprido. Por outro lado ele dá mais um ano e se você fizer a somatória desse um ano a mais, aqueles dois terços que ele veda, estariam ultrapassados. Então, eu acho assim, eu acho que não é uma decisão trivial essa que nós estamos tomando aqui, porque ela vale para o sistema como um todo. Eu acho que esse debate não é para o problema só do São Francisco, com todo respeito, é para o sistema como um todo. Ele vai valer como jurisprudência, a norma que nós tomarmos aqui, a



interpretação da lei que nós tomarmos aqui vai valer para todo mundo. Então, agora realmente se o questionamento foi feito depois da eleição aí, realmente, eu não sei nem porque ele está aqui, porque você estabelece uma regra... No caso a Regra Federal ela não estabeleceu a regra específica dessa situação. Então, quer dizer, porque questionou depois de eleito. Agora se questionou antes, ok, vamos debater aqui. Agora a decisão que nós estamos tomando aqui, que poderia já ter sido tratada no âmbito dos comitês do Velhas e do Urucuia, embora sejam comitês estaduais e não federal é diferente do São Francisco, aí não sei dizer em que medida o Estado tem autonomia para arbitrar sobre isso, ainda, que passando por cima de lei ou fazendo uma interpretação sobre essa lacuna da lei, é mais ou menos isso.

**A SR<sup>a</sup>. LÍVIA SOALHEIRO ROMANO (CRH/SP)** – Eu vou ser um pouco mais breve. Concordo muito com o que foi colocado pela Eldls, pelo representante da CTIL do Comitê, e pela **Sonali**. Eu infelizmente vou ter que deixar a reunião porque eu tenho voo daqui a pouco. E eu queria só manifestar o meu voto no sentido de referendar o Regimento Interno Comitê e a eleição como ela foi feita. Tudo que já foi argumentado aqui, não preciso ficar repetindo. Concordo que há uma lacuna que a Resolução 05 ela precisa ser revista, essa lacuna já que ela existe, ela pode ser sim regularizada pelo Comitê ele tem autonomia normativa para isso e é nesse sentido o voto do Estado do Rio de Janeiro.

**O SR. GUSTAVO** – Se a ANA fez essa... Gostaria de saber.

**O SR. SERGIO GONÇALVES (Presidente CTIL)** – Vamos ver aqui a data logo do Ofício só para não ter dúvida. O Ofício foi 4 de agosto de 2016. A eleição foi em setembro. Só que entre aí tem a parte... Eu vou falar porque veio internamente ao Conselho. Foi encaminhado do Presidente da ANA ao Ministro de Estado como do Conselho, como Presidente do Conselho veio a tramitação interna. Então, entre a tramitação chegar ter parecer técnico e tramitar, ele não foi célere o suficiente para ter uma posição antes da eleição. Então, não teve, o Comitê não teve uma posição fechada técnica administrativa antes da eleição, porque até ir para CONJUR e todo o nosso procedimento a eleição ocorreu, era um processo que foi chamado cumprido todo o seu rito. O Comitê não teve nenhum conhecimento prévio oficial sobre isso. Quanto o que está se vendo aqui, só para ajudar, tentar é que teve... O que está se questionando é sobre o que o Regimento Interno foi modificado e cobriu uma lacuna. Se isso é possível, como fala que sim. Então, está claro que pode. Se for não, é porque não poderia. Agora a questão de mandato, tem mandato de dois, de três, de quatro a Resolução ela é aberta mesmo... Pode até ser 10. Pode ser imoral, mas ilegal não é, se a CTIL de um lugar sentar e o Plenários do Comitê falar que um presidente de Comitê de Bacia Federal tem 10 anos de mandato, ele terá. Porque a resolução não diz o mandato de comitês, então esta é a uma outra lacuna da Resolução. Tem comitês federais

que colocam dois, tem comitês federais que colocam três como era esse e tem comitês que colocam quatro.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Que refere-se ao mandato de todos os membros.

**O SR. SERGIO GONÇALVES (Presidente CTIL)** – De todos os membros. Eu estou falando isso porque, também, nós detectamos uma lacuna até de mandatos, não só de vacância, mas também de mandatos. Então, nós temos uma necessidade que nós internamente no Conselho e na Secretario Executiva do Conselho já debatemos que independe, nós temos que sanar isso em uma revisão, até porque, tem 17 anos e sempre é bom uma revisão na dinâmica da instituição dos comitês, mas o Comitê de Bacias do São Francisco fez uma modificação no seu Regimento Interno levando na consideração deles, da lacuna da Resolução maior do Conselho 05. Se referendarmos o que o Comitê fez, está referendado, está tudo certo todas as modificações e partimos para um outro momento, se for o caso, se referendarmos. Aí partimos para um momento dois que é, dentro do plano de trabalho da CTIL, o Grupo de Trabalho vai se debruçar como outras coisas, com celeridade necessária porque enquanto isso acontecer com isso a jurisprudência de mexida está correta e se for assim. Então, nós teríamos que ver até para dizer, até onde são os limites dos comitês estaduais tanto de mandato, quanto de recondução com forma de recondução, aí nós teríamos que nos debruçar até em outras coisas que a própria Resolução 05 dá, que é dá própria formatação de comitês, não é só sobre mandatos, ela diz como se forma os comitês. Aí caímos em coisas importantes, aí vamos entrar em temas fundamentais, eu tenho que montar um Comitê inteiro de uma bacia inteira, aí nós vamos entrar um pouco no que a proposta de legados (...). Então, nós teremos que nos debruçar com... E precisamos mesmo porque 17 anos vale a pena. Nem que seja debruçar e falar é o isso mesmo, mas que nós temos que (...) nos debruçar e ver o que vida real nos colocou, isso é fundamental. Então, eu vou passar aqui, mas nós estamos no encaminhamento o (...) já tinha se inscrito antes de eu pegar a palavra. Tem o Ney e tem o Júlio.

*(Interferência fora do microfone. Inaudível).*

**O SR. SERGIO GONÇALVES (Presidente CTIL)** – Que nós vamos passar para o que está nesse processo administrativo em julgamento, se o procedimento de mudança de Regimento Interno do Comitê seguiu a legalidade e não feriu a Resolução 05, porque a mesma estava com uma lacuna que essa é a tese, é isso que nós estamos julgando aqui.

**O SR. NEY MURTHA (ANA)** – Está claro que a ANA levantou a questão antes da eleição, mas enfim, os desdobramentos já estão colocados. Trago aqui, Nivaldo o caso do CBH Doce que passou por um processo muito semelhante com a renúncia da prefeita da presidente do Comitê Elisa Costa, o presidente Leonardo exerceu um mandato complementar. E a interpretação foi dada pela Plenária foi de que esse foi um procedimento normal do ponto de vista das regulamentações. Concordo com a tese de que há essa lacuna na Resolução do CNRH, assim como há outras lacunas na resolução o CNRH, entre elas a extensão de mandatos que tem provocado alguns problemas na implementação da política. Então, nós vamos no sentido aí de encaminhar por esse caminho.

**O SR. SERGIO GONÇALVES (Presidente CTIL)** – Eu quero um adendo aqui que parece que eu me expressei de uma forma e o Júlio me lembrou... Quer dizer, nós vamos decidir sim, agora quem vai ter a palavra final sempre é o Plenário, porque vai para o Plenário, mas é que pode ser que eu tenha me expressado de uma forma um pouco mais, assim, pensando que aqui era terminativo. Aqui não é estância terminativa, a Câmara Técnica, mas ela é fundamental para levar uma posição para o Plenário do Conselho, tomar as decisões. Então, com as ponderações que nós temos.

*(Interferência fora do microfone. Inaudível).*

**O SR. SERGIO GONÇALVES (Presidente CTIL)** – Foi demanda do Plenário. Eu quero saber o que a CTIL acha, acha não, o que ela pensa o que ela deliberou dentro de Câmara Técnica. Então, dentro disso tudo entendendo, eu acredito que as falas foram todas já colocadas e nós temos já condições de deliberar sobre a posição da CTIL para ser levada para o Plenário e gostaríamos claro, se for necessário cada um faça o seu voto se achar que é necessário, grave em ata, mas no caso. Eldis quer falar? Vamos levantar só para o voto mesmo a mão, agora quem acha que quer lavar, que quer fazer uma ponderação. Então nós vamos... Pode ser feito com tranquilidade como foram feitas todas aqui, todas as votações, então com as posições que foram já colocadas. Quem se manifesta pela convalidação do ato ou ratificando o ato da mudança do Regimento Interno do Comitê de Bacia se manifeste, por favor, só manifestação. Então, nós temos. Contagem: um, dois três, quatro, cinco, seis... É mais fácil mais fácil por... A Lívia. Vamos fazer por contagem. Quem é contrário à ratificação do Comitê? Nenhum voto contrário. Quem se abstém? Duas abstenções. Então, com isso a CTIL convalida e reafirma os atos feitos no Regimento Interno do Comitê de Bacia. Muito obrigado. Perfeito, por favor, (...) pode registrar.

**O SR. JOSE QUADRELLI (CNI)** – Não sou advogado tampouco juiz. Então, a minha abstenção é por não ter capacidade de julgar se o ato é legal ou não é

legal, mesmo tendo ouvido os fatos e tudo mais. Então, abstenho-me sobre a legalidade, mas eu coloco a posição contrária do setor ao que foi feito. Pela questão já colocada anteriormente de entender que isso enfraquece o sistema, porém é uma oportunidade de melhoria. Também não vou ser aí o julgador de que tudo é ruim. Foi identificado uma oportunidade de melhoria. Então, vamos nos debruçar em cima dessa Resolução o quanto antes possível, para que nós possamos vencer e melhorar o sistema.

**O SR. GUSTAVO GAZINELLI (FONASC)** – Presidente eu também gostaria de me manifestar a abstenção do Fonasc a nossa justificativa. Eu penso assim, não temos uma... Eu aqui estou representando o Fonasc. Então, eu vou falar como se fosse o Fonasc mesmo, me foi delegada essa condição. Eu acho... O problema dessa decisão é o aspecto da retroatividade dela. Então, quanto a isso nos achamos bastante questionável a validades dela do ponto de vista da retroação, se ela fosse uma validade... Tivesse uma validade para as próximas eleições, nós concordaríamos. Respeitado o poder do Comitê e também gostaria de registrar que infelizmente eu acho que a ANA nesse processo ela se manifestou do ponto de vista da eficácia de forma intempestiva, apesar de ter sido antes da eleição, ela tinha que ter feito essa manifestação na época da publicação do edital. Então, eu acho que isso é prejudicou, inclusive, a análise tanto que os companheiros da ANA eles não parecem não terem sustentado aqueles que constam do processo aqui na reunião, quer dizer, já deve ter mudado de posição a respeito. Então, eu espero que numa próxima... Eu espero que isso seja... Eu... Para mim está claro que compete ao Comitê estabelecer um mandato das suas diretorias dos conselheiros e tal. Isso é uma prerrogativa do Comitê. Por outro lado, não me parece razoável que o Comitê mude esse prazo de mandato alterando essa norma em cima dessa situação isso daí eu acho, realmente, lamentável, mas por tudo que já foi dito aqui e eu até votaria favorável, mas eu acho que tem esses aspectos aí que prejudicam esse nosso voto favorável. Então, nós nos manifestamos de forma a não ter uma posição nem si e nem não.

**O SR. SERGIO GONÇALVES (Presidente CTIL)** – Antes de passar a palavra para o Presidente **Anivaldo** que já pediu que vai fazer as suas considerações. O **Ney** pediu a palavra.

**O SR. NEY MURTA (ANA)** – Só para esclarecer o Gustavo, que citou a ANA e suas posições. Gustavo, nós não podemos manifestar logo no lançamento do edital, porque esse fato só se configurou com a candidatura, efetivamente, registrada e colocada. Então, o edital abriu para as candidaturas estabeleceu o prazo e o alerta foi feito entre o edital e a eleição. Então, nós não consideramos que foi extemporânea, a ANA ela não faz, não tem a prerrogativa de fiscalizar ou cumprimento dos regulamentos é feito pelo CNRH pelo Ministério e o órgão jurídico que apoia o Ministério e a CONJUR. Então, nós simplesmente comunicamos. Não somos atores, protagonistas desse imbróglio, nós

acompanhamos de, alguma maneira, tentamos alertar, mas enfim. É só para esclarecer essas dúvidas.

**O SR. ROBERTO (CBHSF)** – Bom, eu queria agradecer a atenção dessa Câmara, o Dr. Júlio, o Dr. Sérgio, o Dr. Jair. O debate foi muito produtivo, muito profícuo todas as questões foram postas aqui, todas as dúvidas foram tiradas e eu saio daqui convicto de que a decisão dessa Câmara foi mais do que acertada. A decisão aqui vai permitir que a Resolução 05, seja revista são 17 anos e vai não só atualizar todos os assuntos que tratados por ela, mas como suprir todas as lacunas relativas a mandatos, tempo, conforme o Dr. Sérgio falou. Essa Câmara a partir de hoje tomou uma decisão importante e fez história e isso será relação ido o futuro. Obrigado.

**O SR. ANIVALDO MIRANDA (Presidente CBHSF)** – Vou na mesma direção do Doutor Roberto. E dizer o seguinte, para nós é gratificante observar que de um assunto controverso com sinal de negatividade, nós produzimos aqui uma coisa bastante propositiva que é essa intenção de fato, atualizar a Resolução 005. Em fazer isso em absoluto clima de, digamos assim, de tranquilidade, a Câmara Técnica Institucional Legal esta Câmara de fato estabeleça um equilíbrio o mais sábio possível, entre a necessidade de se respeitar a autonomia dos comitês e por outro lado à necessidade de prevenir, evidentemente, situações abusivas. Eu acho que esse equilíbrio caberá a CTIL alcançar. Não seria demais evidentemente dar um certo período para que os próprio Comitês possam também se manifestar sobre isso, é sobre bom ampliar o processo do debate. E para que a coisa não termine nesse clima de coisa controversa, eu quero dar uma boa notícia. Na última sexta-feira aqui mesmo em Brasília a Plenária do nosso Comitê aprovou a nova metodologia de cobrança pelo uso das águas do Rio São Francisco, bem como atualizou também os presos por esta cobrança. Foi também um processo longo, nós procuramos... Investimos na construção com recurso da própria cobrança na construção dessa metodologia, metodologia foi construída digamos, incorporando mecanismos modernos para premiar os usuários das águas que procuram fazer o uso racional, investimos em uma empresa que visitou todas as regiões, as diferentes culturas fez estudo de mercado, comparou com experiência de outros países, e enfim e produziu uma minuta que realmente procura incorporar o esforço de quem de fato... Diferenciar na cobrança quem, de fato, investe em nova tecnologia, investe em uso racional, e premiar esses que fazem isso diferentemente daqueles que não se mobilizam para nada, mesmo diante da crise profunda que está aí para melhorar esse uso racional. Foi um grande diálogo demorou um grande tempo, nós tivemos o cuidado de discutir isso em reuniões extraordinárias de cada Câmara Técnica executiva regional, tanto do auto como do médio, como do submédio e do baixo, e para, além disso, todos os setores de usuário tiveram tempo hábil por quase dois meses de apresentar por escrito as suas contribuições. Houve um intenso, uma intensa negociação entre companhias de abastecimento de água, hidrelétricas estavam presentes, embora de uma

forma não diretamente ligada ao assunto do custo de água, mas contribuíram também, bem como, irrigantes tanto pequenos como grandes irrigantes lá estavam também presentes representantes da indústria e, enfim, de todos os setores, principalmente, aqueles que fazem o uso de água e para pagam para essa possibilidade. Então, eu quero dizer isso aqui, porque é importantíssimo que os próprios comitês se adiantem ao Conselho Nacional, no cumprimento daquelas prerrogativas que a lei lhes dá. Era uma coisa que estava atrasada de dois três anos e nós agora pretendemos ter um mecanismo que essa atualização se faz lá dentro dos prazos corretos, até para criar cultura de, que nós queremos arrecadar recursos não só para cumprir as metas de plano que nós aprovamos e atualizamos o ano passado, mas também como elemento pedagógico de primeira ordem para de fato fazer com que o uso da água seja racional. Então, foi um grande momento eu estou aqui compartilhando porque seguramente servirá de inspiração assim como foi o processo recente do Rio Pará, será inspirador para outros comitês, de fato, se adiantem no prazo correto e no tempo correto desenvolvam as suas metodologias dentro do que há de melhor na legislação moderna. Muito obrigado.

**O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Obrigado Anivaldo, obrigado pela presença esperamos tê-lo aqui com outras pautas como está. Tivemos a presença do Francisco do PCJ ontem conosco e que venha sempre que possível, para dar notícia de outras coisas que para nós é importante entendemos a movimentação pelo representante que é Paulo dos comitês. De como estão se comportando, porque nós temos que apreender, nós temos que ver o que está acontecendo com essa dinâmica do fortalecimento do sistema. Sucesso, boa sorte. E agora essa matéria será encaminhada ao Plenário na próxima Reunião Extraordinária que está prevista até a primeira quinzena de outubro. Nós vamos fechar ainda essa data. Obrigado.

**O SR. SERGIO ANTONIO GONCALVES (MMA)** – Por favor, membro de CTIL nós vamos parar agora para o almoço, nós temos que voltar no item 6 para fecharmos não é isso? Nós ficamos de fechar da resolução da importância por conta das eleições. Então, no retorno voltaremos já direto para esse tema. Cuidado, gente, o pessoal está indo embora, eu tenho medo de ficar para muito tarde. Duas e quinze é suficiente? Está bom, por favor, que eu tenho receio de nós esvaziarmos. Então.

*(Intervalo para almoço).*

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Boa tarde vamos reiniciar os nossos trabalho, por favor? Antes de reiniciar vamos passar a palavra para a Fonasc? Para a Cris, por favor. Pode ligar, por favor.

**A SRª. CRIS (Fonasc)** – Boa tarde. Eu sou Cris, do Fonasc e do Fórum Alternativo Mundial da Água – Fama, na representação aqui no DF. Eu coloquei na mesa dos senhores o nosso panfleto, justamente para quando tiverem um tempinho conhecerem um pouquinho mais sobre o Fórum Alternativo Mundial da Água – Fama, e também convido a todos para entrarem na nossa página, [www.fama2018.org](http://www.fama2018.org), e eu gostaria de dizer que nós estamos atuando no contraponto do 8º Fórum Mundial da Água, e nós estamos, a nossa tentativa é tentar buscar soluções e trabalhar com as prevenções nas questões da água e também no trabalho de conscientização social da água. Então, esse evento, essa mobilização ela já está acontecendo. No entanto, em março de 2018, no dia 17, 18 e 19 nós estaremos mobilizando a sociedade civil, os movimentos sociais, instituições, nós estaremos na UNB por 3 dias, depois desses 3 dias nós vamos sair em marcha, tentando entregar uma carta, no objetivo de entregar uma carta para o 8º Fórum, para que nós possamos buscar soluções em relação às questões da privatização, do apropriação da água subterrânea, e por aí vai. Então, eu gostaria de fazer um convite para todos que se juntassem conosco nesse movimento muito importante. Seria isso. Muito obrigada.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Uma das poucas coisas que a água não combina é com eletrônicos.

*(Intervenções fora do microfone. Inaudível)*

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Cris, tudo bem? *(Risos!)*. Isso aí. Água é bom. Lava. Vamos lá? Deixa eu devolver aqui para o Gustavo. Isso aqui é do Gustavo que eu peguei emprestado, que eu peguei emprestado do Gustavo. Então, por favor, obrigado pelo informe, Cris, do Fórum. O Fórum tem feito várias agendas e foi recebido já pelo Governador, já foi recebido pelo Presidente da ANA nas conversas. Então, tem um movimento importante também sendo feito pela sociedade, que eu acho que sempre ajuda. Sempre vai ajudar nas concepções do sistema. Então, esse como água, entendendo da importância é fundamental. E claro que o Conselho também tem que estar participando e olhando e atento no que a sociedade está se movimentando. Voltando à nossa pauta nós ficamos antes do almoço combinados, voltamos ao item 6 que trata da resolução da qualificação, do art. 6º § 2º, aonde estávamos trabalhando com aquelas entidades que não seriam passíveis de concorrer a um assento no Conselho. Gustavo, da Fonasc aproveitou esse horário do almoço, acho que ele nem almoçou porque ele trabalhou, e pegou um material para tentar nos ajudar, porque está claro da importância de termos, porque se não tivermos uma proposta vai ser muito ruim para o sistema mesmo. Então, é importante que tenha para nos ajudar. Então, se possível construir esse § 2º, e com o cuidado só para lembrar de que o nosso nós tivemos um olhar e isso tem que ficar transparente, que o

Júlio já falou, só para lembrar, o nosso espelho que nós fomos beber naquela fonte foi o Conama, de como ele trabalha, porque ele já tem uma história nisso e é importante com a história do setor de meio ambiente, que lá é tenso. Então, o que eles construíram também foi um processo. Então, é bom apreender um pouco. Nesse sentido que Lavoisier sempre diz, nada se cria, tudo se transforma, nada se cria, tudo se copia. Nós aprendemos com eles como podemos ajudar a qualificar essa questão das coordenações das Câmaras e que isso, a importância desse também é o que já foi levantado pelo Paulo e por outras pessoas, isso rebate na ponta, então, o nosso cuidado de uma Resolução nesse porte, lá na ponta pode ser colocada uma similaridade de quem pode ou não pode e nós não gostaríamos de deixar que entidades importantes da sociedade pudessem estar colaborando ou permanecer porque nós estamos vetando aqui e isso pode rebater lá na ponta com entidades importantes. E a outra coisa é de entendermos a nossa especificidade, embora estejamos bebendo na fonte do Conama, é diferente, o Conama tem uma organização de participação diferente do nosso. Ele é mais amplo e etc. Então, às vezes se cortar aqui ele não vai ter mais onde se encaixar mais em outro segmento, aí nós vamos estar criando um problema em vez de ajudar, porque tem no Conama, às vezes não está aqui porque tem outro lugar onde ele pode estar, outro segmento e outro local. Aí nós temos que ter muito cuidado. Então, me permita, mas às vezes é melhor, se temos dúvida é melhor não cortar, ou não dizer que não pode. Então, esse cuidado nós temos que ter porque têm entes importantes na ponta que nos ajudam muito, como já foi falado pelo próprio Comitê, tem CREA, tem CAU, tem OAB, tem várias entidades ou sindicatos importantes que lá na ponta militam, estão lá, têm assento, trabalham tecnicamente e fazem um papel muito importante para o sistema. Eu só resgatei um pouquinho do que nós falamos, no resgate, às vezes não ajudamos, nós só apontamos e afloramos os problemas, mas isso para nós é fundamental. Mas vou passar agora para o Gustavo, porque como ele fez já uma pesquisa sobre as legislações e tudo, talvez nos ajude na qualificação do que é para que nós possamos avançar. Pode ser assim, então? Vamos iniciar, por favor.

*(Intervenções fora do microfone. Inaudível)*

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)** – Eu gostaria de fazer uma proposta um pouco diferente, eu acho que deveríamos criar um art. 2º, falar o que se entende por organização não governamental e pode aí ele ter um parágrafo ou... Um parágrafo falando não constitui no parágrafo.

**A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF)** – Gustavo, no § 1º do art. 5º está dizendo o que essa Resolução entende por organização não governamental. Não-governamental. Para efeito desta Resolução. Não. § 1º do art. 5º, para efeito dessa Resolução são organizações não governamentais as que tenham como objetivo principal nos seus estatutos, e por intermédio de suas atividades, pelo menos uma das referidas atividades citadas nesse artigo. 5º. Aí talvez se...



**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Se precisar qualificar melhor, já que tem uma lei que regulamentou, de 2014, uma lei relativamente nova, de repente é mais salutar buscar área a definição dela e colocar ali, porque senão nós vamos ficar criando o que é dentro de uma Resolução do Conselho, que esse foi o exercício que o Gustavo fez, temos uma lei, a lei define como é que funciona e quem é, de repente beber nessa fonte da lei corremos menos risco. Porque se tem uma definição em lei que o diz o que é isso e nós estamos colocando em uma lei, e nós colocamos em uma Resolução dizendo o que é, essa prerrogativa pode ser questionada a qualquer momento, vocês estão inventando uma nova qualificação se tem uma lei dizendo o que é em função de Governo? E essa instituição é de Governo, quer dizer, da sociedade, mas regimental. Então, nós temos, de Estado nós temos que seguir o que uma lei diz, talvez possa nos ajudar, ou copiamos e colamos ou rememos, se isso ajudar. A ideia é ajudar para nós sairmos desse ponto que nós estamos e avançarmos.

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (ONGS)** – Olha só, aí nós temos que voltar no art. 5º porque ele é que está qualificando. Então, o que eu mencionei aqui, a legislação vigente é essa lei, 13.019 que aí no art. 2º, Inciso I alínea A, vocês têm como aumentar isso? Pode copiar a alínea A, B e C, por favor, Roseli. Na verdade, essa lei trata de celebração de convênios e tal, mas ela que eu fiz uma pesquisa agora e ela parece que ela é a principal referência nesse aspecto. Então, aí ela definiu o que é uma organização da sociedade civil quanto as unidades sem fins lucrativos. Na verdade, a lei nem fala organização não governamental também. A lei fala organização civil. Está aqui, art. 34 da lei 9433, representantes indicados pelos Conselho Estaduais dos Usuários e Organizações Cíveis de Recursos Hídricos. Aí o Decreto, eu não estou com o Decreto aqui, não sei como é que ele... Então, nós estamos tratando das ONGs. Então, como a Sonali mencionou aqui, a norma aqui que nós estamos discutindo, deixa eu achar aqui, nesse inciso no art. 5º ela está falando, mas ela está falando como organizações cíveis e não como ONGs. Mas, engraçado, porque ele mudou de assunto, uma coisa é organização civil, outra coisa, por exemplo, várias entidades técnicas são organizações cíveis, profissionais e tal. São organizações cíveis. Então, isso aqui está valendo para organização civil não para ONG. Então, mas olha só, vamos falar o seguinte, aonde que está...? No caput e nos incisos onde essa escrito organização não governamental? Não, mas o artigo, o parágrafo ele faz referência...

*(Intervenções fora do microfone. Inaudível)*

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)** – Gente, eu estou falando o seguinte, aí eu peço ajuda aos advogados, aos procuradores, a questão é a seguinte, quando eu tenho uma norma, eu tenho um artigo, o caput está falando de organização

civil, aí depois ele fala o que é organização civil, aí depois ele introduziu um parágrafo, eu estou olhando o art. 5º § 1º e 2º da Resolução, da minuta de Resolução. Aí ele começou a falar de organização não governamental. Não esse é o lugar para falar disso, estou falando que do ponto de vista da técnico de redação legislativa, me parece que aqui ele mudou de assunto.

*(Intervenções fora do microfone. Inaudível)*

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)** – Por que não reproduziu aquilo aqui? Deixa eu ver. Vamos ver, vou falar inciso I, consórcios e comitês, agora vamos do inciso I, defesa, preservação e conservação de recursos hídricos. Não. Então, eu estou falando que está no lugar errado, gente, com todo respeito, está no lugar errado. Uma coisa é o art. 47 que fala o que é organização civil e aqui introduziu o que é organização não-governamental. Aqui está tratando de dois temas, porque organização civil é muito mais amplo e não fez referência à organização governamental nem no caput e nem em nenhum dos incisos. Então, olha só, do ponto de vista da técnico legislativa de redação teria que ser um outro artigo falando, de acordo, em consonância com o disposto no art. 47 da lei 9433, organizações da sociedade civil são isso e aquilo. Ou, entendeu? Porque, claro, não conceituou nada dos outro. Entendeu? Então, não caberia, isso está no mesmo artigo, a não ser que ao invés, por exemplo, de organização civil aqui tivesse escrito organização não governamental, mas não está. Então, por que abriu uma exceção só para organização não governamental, sendo que na 9433 você cita 4 outras categorias? Está claro? Então, do ponto de vista da clareza da norma esse parágrafo aqui está no lugar errado. É isso.

**A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF)** – Gustavo, eu até chamo atenção também que nesse art. 47 da 9433 ainda tem um outro item lá que diz, outras organizações reconhecidas pelo Conselho Nacional ou pelos Conselhos Estaduais e ele não diz o que são essas outras organizações. Então, talvez até aí caiba nessa questão de associações de classe, que é o inciso II. Então, onde ele se enquadraria? Associação de classe é ONG, associação classe... E outras organizações admitidas por ele. Não tem, mas está aqui...

*(Intervenções fora do microfone. Inaudível)*

**A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF)** – Júlio, eu não estou falando para colocar esse outro item, eu estou dizendo que se você não consegue enquadrar alguma determinado classe aqui, porque a discussão pela manhã era se não for, se não estiver aqui associação de classe vai estar aonde? A Célia sugeriu organização técnica de ensino e pesquisa e dando o exemplo da Abes, eu

considero isso perfeitamente possível, viável. Mas se não considerar, se não for isso aí que outros seria? Não sei se agora, para esse momento. Entendeu?

**O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUTT (MMA)** – Eu tenho uma sugestão que eu acho que coisa está complicando, Sérgio, retirar o art. 2 e pronto e deixa porque daí nós tocamos a vida, porque senão entra, o § 2º, porque senão nós tocamos a vida porque se não essa discussão entra não e daí nós fechamos nunca. Depois estuda com vais vagar, com mais coisa e isso para frente.

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)** – Gente, eu quero discordar, Júlio, de você. Eu acho o seguinte, ontem nós gastamos várias horas para debater uma matéria importante. Eu acho que essa matéria muito importante, então, eu acho que nós não temos que ter essa... Que não está claro aqui, vamos tirar, não acho que é isso. Vamos tentar corrigir aqui e tentar imprimir, se os outros pontos de pauta não der para tratar hoje, vai tratar na próxima reunião. Eu acho que nós devemos tentar amarrar isso aqui para fazer uma norma boa para a próxima eleição do Conselho. Vamos tentar resolver isso. Vou colocar uma questão aqui que eu acho que vai ajudar a clarear. O art. 6º deveria ser o 5º, e o 5º deveria ser o 6º, porque de acordo com a Resolução, a Resolução não, a lei 9433, eles qualificam organização civil primeiro, depois nós vamos detalhar aspectos das organizações civis. Então, se vai detalhar os aspectos das organizações civis dentro desse artigo que fala delas, de um segmento delas, pode ser dentro desse artigo ou pode ser no que se tentou fazer aqui no atual art. 5º. Então, eu já inverteria a ordem do dois artigos para que a coisa sum cadenciamento mais lógico, no meu entendimento. E eu acho que nós deveríamos tentar resolver para fazer um negócio bem feito.

**A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF)** – Para resolver, seria, na sua opinião seria definir cada um desses quem são. É isso? da organização civil?

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)** – Olha, se não der para definir todos que se defina aqueles que der, porque existe essa precariedade aqui hoje. Eu, por exemplo, conversei com a Célia aqui um pouco antes da reunião começar falei: Célia, nós precisaríamos de uma ementa aqui para definir o que é organização técnica que eu acho que é até uma coisa relativamente fácil de fazer. Mas ela falou: isso é uma discussão que nós temos que desenvolver mais e tal. Agora, se não der, vamos tratar o que é organização civil, da sociedade civil para não criar aquilo, que foi a preocupação do Júlio na manhã, de deixar assim, vamos evitar que determinadas organizações que estão em um lugar também vão ficar em outro. Eu acho que é totalmente pertinente e eu apoio essa posição. Sim. Sabe. Agora, eu tenho minhas dúvidas também. Por exemplo, Comitê de Bacia é organização civil? Para mim não é. Não, é? Está em vários lugares, Comitê de

Bacia para mim não é organização civil, é uma organização de apoio ao sistema público de recursos hídricos. Se isso é organização civil eu tenho minhas dúvidas. Outra coisa, é complexo, agora talvez nós não vamos ter como resolver certas coisas aqui. Eu também não acho que uma associação intermunicipal ou consórcio intermunicipal para participar aqui deveria ser representado por representante de ente governamental. Eu sou contra. Porque aqui nós estamos falando das organizações civis, e não governamentais. E não vai ser usando esse subterfúgio que o prefeito vai vir para cá tomar assento aqui, que ele batalhe para criar, até tem na proposta da ANA, do legado, embora eu discorde de muita coisa, vai estar lá proposto, os Municípios vão participar com seus representantes do Conselho. Mas, isso é outra discussão.

**O SR. JOSÉ QUADRELI (CNI)** – Eu estou de acordo com a proposta do Júlio de tirar o § 2º, não para resolver o problema, mas eu acho que nós encaminhamos a matéria da mesma forma que nós encaminhamos outras matérias aqui com o comprometimento de aprimorar essa discussão. Porque se nós resolvemos um e deixamos outro sem resolver o problema persiste, se eu defino um, os outros eu não defino, o problema persiste. Então, já que a definição é o que está trazendo problema, nós aprovamos a matéria sem esse parágrafo e aí encaminhamos como proposta de pauta da próxima reunião, uma criação de um GT para fazer essas definições, na hora que essas definições estiverem prontas nós retomamos esse § 2º.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Então, só para ficar, é uma proposta, voltamos aquelas. Uma é, ainda existe de ficarmos ainda densamente em cima, tentarmos, ou retiramos o § 2º do art. 6º, deixamos sobrestado, encaminhamos essa Resolução para ser aprovada ou não, mas para o Plenário enquanto isso trabalhamos nisso e fazemos depois só um adendo, uma nova Resolução só para acrescentar que aí já daria para fazer no final do ano até.

**O SR. GUSTAVO DOS SANTOS GORETTI (Irrigantes)** – Olha eu queria voltar ao art. 5º, duas questões, promoção do desenvolvimento sustentável em ações de gestão de recursos hídricos, o que é isso? O que é isso? Promoção do envolvimento sustentável e ações de recursos hídricos. Todo mundo hoje fala que é desenvolvimento sustentável. Qualquer organização empresarial fala que promove o desenvolvimento sustentável. Então, ela vai virar ONG? Entendeu? Então, tem que tirar o § 1º] negócio.

**A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – O § 1º é bom porque ele já está falando o que é ONG, já está...

**O SR. GUSTAVO DOS SANTOS GORETTI (Irrigantes)** – Onde que está ONG aqui antes? Bota lá embaixo então.

**A SR<sup>a</sup>. NÃO IDENTIFICADA** – São organizações não governamentais as que têm objetivo principal no seu estatuto e tal, pelo menos uma das referidas atividades desse artigo.

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)** – Então, nós não concordamos.

**A SR<sup>a</sup>. ELDIS CAMARGO (ANA)** – Concordo que tem conceito jurídico indeterminado, como desenvolvimento sustentável, tem um conceito indeterminado aqui, desenvolvimento sustentável todo mundo sabe o que é, mas não tem conceito.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)**– Questão de ordem, por favor. Questão de ordem é questão de ordem. Eu queria só chamar atenção que nós estamos discutindo matéria já superada da última reunião. Então, ela veio para cá para aprimorar o § 2º do art. 6 e ele está trazendo uma discussão da qual ele não fez parte, é com todo respeito, Gustavo, que eu estou falando, da mesmo forma foi como argumentado em diversas vezes que a matéria já tinha sido superada. Eu entendo que a discussão é necessária, eu entendo que é preciso aprimorar o dispositivo, mas eu acho que nós já podemos encaminhar dessa forma, não vai ter prejuízo ao seu pleito, Gustavo.

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (ONGS)** – Presidente, for encarar a matéria dessa forma, então, eu proponho que nós incluamos uma cláusula no § 2º do art. 6º estabelecendo que não aceita nenhuma ONG com vinculação ou relação contratual com o setor de usuários. Daí nós podemos até acordar com o que o Quadreli falou aí. Então, entra, mas não vem com conversa de que é desenvolvimento sustentável igual tem um monte de porcaria por aí que nós sabemos, que não é porcaria nenhuma, é só uma maquina que o cara bota na organização dele para entrar nessa área aqui. Isso nós não aceitamos. E a outra coisa que eu gostaria de chamar atenção é o seguinte, qual o tipo de desenvolvimento, de conhecimento e de tecnologias? Porque já tem um espaço aqui para as organizações técnicas e instituições de ensino e pesquisa, é feitas por que tipo de instituição? Por exemplo, é o ISA, o Instituto Socioambiental, ou o WWF que desenvolvem trabalhos de pesquisa? Ou é uma organização especificamente mais acadêmica ou de pesquisa que vai entrar aqui? Isso aí também tem que ficar claro, porque senão é preferível não ter. Ou então vamos deixar a redação que é a redação da lei que é as entidades que defendem interesses difusos e coletivos da sociedade. É o que está escrito na lei. Agora, se

for abrir, já que à matéria e colocou isso aqui, então, vamos trazer aqui para o § 2º essas organizações que nós não queremos o que ocupem um espaço já limitadíssimo, que a sociedade civil tem dentro desse Conselho, com o qual nós nunca concordamos.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – O Paulo pediu? Temos um impasse. Então, eu estou tendo para uma tendência de nós deliberarmos da retirada ou não lgo disso, porque se retirar e já podemos pensar ou trabalhar para a Plenária, porque está um impasse real e realmente...

**A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – No caso da retirada como que seria procedimento para nós colocarmos isso ainda há tempo?

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – No Plenário mesmo. Alguém fazer uma emenda para o Plenário e levar. Levar o Plenário, se retirar pode ser colocado no Plenário ou em uma próxima, pela CTIL ainda, aprovado e levar que aí seria uma Resolução que mandaria acrescentar a essa aprovada esse dispositivo.

**O SR. PAULO SAMUEL (Comitê de Bacia)** – Eu gostaria que fosse, corresse a tela aqui, subisse, por favor, ali no 2, para efeito dessa Resolução, é questão de esclarecimento para poder, não são passíveis de representação no Conselho as seguintes organizações não governamentais. Não são passíveis. E aí pediram para retirar alguns. Então, por exemplo, as empresas que comercializam os planos, o item 7 de saúde, pediram para tirar, eu pergunto, então, essa são ONGs? São? Então, não foi essa aí que... Então, tinha, o Gustavo pediu para tirar e o item 2... Então, aí...

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)** – Paulo, eu defendi aqui que nós devemos ter claro que organização da sociedade civil ou não-governamental é sem fim lucrativo, e aí é o que nós vínhamos tratar aqui nos termos da lei 13.019 § 1º, não, art. 2º inciso I alínea A, que define lá o que é isso. O que eu falei aqui, se é esse o entendimento que é entidade sem fim lucrativo, aqui tem uma série de entidades que estão listadas aqui, que são com fins lucrativos, então, não precisaria porque elas não são, agora para isso tem que ter essa definição clara, é organização não governamental sem fins lucrativos. É isso que eu quis dizer.

**O SR. PAULO SAMUEL (Comitê de Bacia)** – Mas se deixar esse parágrafo aí, aí para deixar vai ter que citar inúmeras, ou retira ele e aí aprimora lá em outro momento. Eu acho por aí, senão se for isso aí... Porque o que eu entendi é que

ela foi citada e deve ter uma razão para ser citada, que ela não é uma organização não governamental. Eu estou me referindo só ao item... Sem fins. Então, nesse sentido que eu pedi esclarecimento.

**O SR. ANTÔNIO MAURICIO FERREIRA NETTO (MTransportes)** – Talvez a questão mais difícil é o termo organização não social, associação que defende as ONGs ela diz que é muito difícil definir, a única definição está no Código Civil. Se você pegar 500 sites vai perceber que ninguém precisamente define o que é organização não governamental. É muito difícil é uma definição muito complicada porque não está prevista em lei, só no Código Civil tem uma menção. Essa lei nova, mas ela põe uma outra denominação e dá um outro corpo para a questão, a não governamental surgiu quando se criou a sigla em 97, 98, ela ficou lá como uma citação, mas ela nunca foi definida. Então, eu acho que esse artigo ele é candidato a ser um grande constrangimento jurídico e um grande constrangimento futuro com todo mundo que nominamos aí.

**O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUTT (MMA)** – Olha, temos um impasse que é real, e não há problemas de termos impasse, isso não é problema, nunca foi e não será, porque senão não tem porquê. Não estamos confortáveis e se as entidades não estão, e não é o caso de votar ou não porque nesse caso não tem... Dá mais é prejuízo do que avançamos. Então, eu vou colocar para deliberação da retirada do § 2º para que nós possamos, e temos o Plenário podemos até em uma conversa de e-mail entre a CTIL ver e conseguirmos avançar, mas já deixaríamos aprovada com a retirada do § 2º do art. 6º para não prejudicar o processo eleitoral que vai iniciar, porque já ajuda um pouco nas outras, eleitoral para o Conselho. É a proposta que pelo menos até o momento tem se demonstrado, já que a dificuldade de definição e da dificuldade e necessidade de definições. Seria isso.

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)** – Presidente, só que é o seguinte, se a CTIL mantém a ideia de que é organização não governamental aquelas que promovem desenvolvimento sustentável ação de gestão de recursos hídricos, mesmo que o Plenário aprove isso nós vamos judicializar porque isso nós não aceitamos. Isso é uma intervenção no conceito de organização não governamental que é claro na lei, é aquelas que defendem os interesses difusos e coletivos da sociedade, ponto. Têm várias dessas organizações chamadas aí de promoção do desenvolvimento sustentável, eu não preciso nem falar isso, todo mundo está careca de saber que elas existem para atacar os direitos e interesses coletivos. Então, nós não vamos aceitar isso, isso aí nós vamos judicializar, pode... Isso aqui eu vou falar igual o amigo lá da CNA, o Gustavo II, mas você falou que é motivo, mas você deu o seu recado e eu estou dando o nosso aqui. E agora o meu recado é mais em tom de ameaça mesmo.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Célia, por favor, nós temos que partir para o encaminhamento aqui. Porque realmente é um tema, ele se mostrou delicado porque ele é mesmo.

**A SR<sup>a</sup>. CÉLIA RENNÓ (Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa)** – Só dizer da importância da Resolução, a proposta da Resolução é para definir os procedimentos de indicação de representantes titulares e suplentes dos Ministérios, das Secretarias Especiais da Presidência, dos Conselhos, dos Comitês e institui o Cadastro de Organizações Cíveis de Recursos Hídricos. Então, eu acho que a Resolução ela tem um objetivo muito importante dentro da organização do sistema, e por isso que ela veio sendo discutida. A inserção desse parágrafo na última reunião que foi pedida, foi porque foi lembrado na última reunião, só resgatando aqui, Júlio, tentando resgatar, foi lembrado que dentro do Conama existia esse cadastro, o CNEA e um Cadastro das Organizações Cíveis, e nós sustamos a votação da matéria porque ia se buscar essas definições lá. Só que quando trouxeram isso para dentro da Resolução, ele ficou totalmente um Frankstein, quer dizer, ele não combina com o que está escrito aqui com tudo que veio sendo discutido nos últimos tempos. Então, eu acho que é importante nós instituímos esse cadastro, isso vai ajudar os próximos processos eleitorais e a própria Comissão Permanente da Sociedade Civil e dos representantes da sociedade civil vai poder reunir-se juntamente com a Secretaria Executiva do Conselho para que essas definições sejam melhor estabelecidas até entre nós mesmos. Quer dizer, todas as dúvidas que nós temos. Então, a minha preocupação, eu acho que é igual à do Júlio, é que nós vamos perder todo esse trabalho que nós vimos fazendo ao longo desse tempo para construir essa Resolução porque há realmente uma inconsistência. Então, por isso foi que eu fiz a sugestão de tirar esse parágrafo que foi inserido fora do contexto do que vinha sendo discutido, aprovar do jeito que está sabendo que há melhorias a serem realizadas. Só para resgatar isso.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Vamos passar para uma última rodada, por favor, para podermos dar o encaminhamento, por favor, Gustavo.

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)** – Presidente, eu acho o seguinte, uma matéria pode ter sido vencida em uma reunião, mas se ela está em reatamento em uma reunião seguinte, ela pode voltar à discussão. Então, eu faço uma proposta, vamos retirar o § 2º do art. 6º e vamos retirar o § 1º do art. 5º. Porque com isso mantém a definição do que é onde. É a que está na lei 9433. Está certo? E aí nós resolvemos. Fica resolvido. E aí depois se for para especificar mais que seja no futuro.



**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Temos proposta. 2. A retirada do §2º do art. 6º, e a segunda proposta a retirada do § 2º do art. 6º mais o § 1º do art. 5º. Porque está dizendo que tem uma lei que já diz o que é, ou passa o que está na lei para cá. É porque ele está dizendo que o artigo principal...

**A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – O § 1º o que ele está falando, o § 1º ele fala dos requisitos do inciso I, II, III, porque a lei já fala que é interesses difusos e coletivos. É isso? Então, a proposta...

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Nós temos duas propostas ou se acharmos podemos ter só uma, que seria a segunda que engloba a primeira. Podemos trabalhar com a seguinte proposta do Fonasc? Ou queremos votar das duas, as primeiras são as duas. Tem duas propostas. Tem duas propostas. Tem duas propostas.

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)** – Eu voto com a sua proposta que é acabar com a primeira e ficar só a segunda. Põe em votação aqui.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Temos duas propostas. Não tem problema. Isso faz parte do processo da democracia. Usam muitas vezes isso também, quando eu participo só de alguma coisa, quando você estava lá, você estava presente, então, você aprovou. Eu nem abri a minha boca, mas vamos lá. Tranquilo. Lógico. Tranquilo. Nós temos duas propostas, uma desde o início que é só tirar o artigo 2º, perdão, § 2º do art. 6º que é tirar, essa é a proposta. Agora, a Fonasc coloca mais uma, além desse também tirar o § 1º do art. 5º. É o que nós temos agora.

**O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUTT (MMA)** – Eu gostaria, Sérgio, a não ser que nós estejamos com o negócio errado aqui, diz assim, para efeito dessa Resolução só... Essa Resolução, ou seja, para participar do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. São organizações não governamentais as que tenham como objetivo principal no seus estatutos e por intermédio de suas atividades pelo menos uma das referidas atividades citadas nesse artigo, quer dizer, por que está tirando isso? Eu não estou entendendo.

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)** – Eu já expliquei, se você não entendeu eu vou ter que explicar de novo.

**O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUTT (MMA)** – Mas eu não entendi não, porque você falou do desenvolvimento sustentável.

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)** – O que diz a lei 9433? Está aqui reproduzido no art. 6º, quem compõe, quais são as organizações civis, e o art. 3º diz organizações não governamentais com objetivo de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade. É isso que está na lei 9433. Esse inciso da lei 9433 está reproduzido aqui como inciso IV do que vocês, do que a CTIL até aqui definiu como ONG e ela acrescentou mais três tópicos, acrescentou mais três tópicos. Estou propondo nós tirarmos esse trem de ONG aqui do art. 5º e deixar no art. 6º e tira o art. 2º do art. 6º, aí nós vamos estar contemplados.

**O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUTT (MMA)** – Vamos fazer uma rodada de fala para nós entendermos, não ter que voltar, se tiver entendido isso, vamos fazer pelas entidades que estão aqui, se puder, qual seria, porque nós temos duas propostas ainda em jogo, se ninguém retirar aquele primeira nós temos duas. Uma segunda da Fonasc que engloba um pedaço da primeira e mais uma, ou aquela que é simplesmente só o art. 2º, o § 2º do art. 6º. É que isso nós temos aqui hoje colocado com transparência e tranquilidade.

**A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF)** – Eu apoio a proposta de remoção do § 2º do art. 6º e apoio também, Gustavo, a sua, eu acho que não cabe, que ficou claro desse forma como está sem esse § 1º do art. 5º. Então, por isso eu sou por essa solução também, nós apoiamos essa proposta do Gustavo.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Temos um consenso ou não? Senão votamos, se não temos votamos, não tem problema, não é o que gostaríamos, mas se tivermos um consenso de que fica a proposta 2, aí não precisa votar, senão ficamos na votação. A indústria, transportes, Comitê de Bacias, Paraná, Fonasc já está com a proposta. Gostaria só para não ter, ficar bem transparente e bem tranquilo. Vamos lá? Tarcísio, ficamos, temos duas propostas. A inicial que já veio antes do almoço e agora acrescentada com a proposta da Fonasc que é retirando aquilo que já tinha sido proposto, que é o § 2º do art. 6º mais a retirada do § 1º do art. 5º.

**A SR. TARCÍSIO (CRH/PR)** – A primeira alternativa, retirar o § 2º do art. 6º.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Permanece o §. 1º do art. 5º. Perfeito. A Fonasc já tem a posição que é da segunda proposta. Por favor, a indústria. Por favor, só para gravar, é importante.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Vamos lá, para fazer o meu voto, o art. 5º ele está tratando de organizações civis e no § 1º ele fala de organizações não governamentais. É a mesma coisa ou são coisas diferentes? Então, se eu tirar

aqui as ONGs não são não vão poder entrar no... Se eu tirar o § 1º do art. 5º as ONGs não podem entrar no CNRH. O que eu estou dizendo é assim, o art. 5º ele fala para representação reconhecidas como organização civis. E quando vai para o § 1º ele diz que para as ONGs participarem elas têm que obedecer, assim como as organizações civis, um desses 4 itens.

**A SRª. SONALI CAVALCANTI (CHESF)** – Mas está no inciso IV do art. 47 organizações não governamentais com objetivo de defesa em direitos difusos e coletivos da sociedade. Já está na lei isso.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Tudo bem, aí aqui ele dá uma...

**A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Isso aqui você vai ter que cumprir um desses requisitos que foram novos.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Então, se vem uma ONG que defende.

**A SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Não entraria porque não entraria se nós retirássemos o § 1º. Entendeu?

**A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF)** – Eu queria acrescentar uma coisa, que no Decreto que cria o regimento interno do Comitê ele também coloca, desculpa, do Conselho, ele coloca no seu art. 2º, dois por organizações não governamentais com objetivos interesses e atuação comprovada na área de recursos hídricos com mais de 5 anos com de existência legal. Então, ele também acrescenta aquela história do interesse difuso da 9433 e dá mais uma limitação aí, com atuação na área de recursos hídricos e com mais de 5 anos de existência legal. Esse é o regimento interno do Conselho.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Então, eu fico tranquilo e voto na retirada dos dois.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Com a primeira proposta ou a segunda? Da Fonasc. Então, nós temos até agora uma posição da proposta um que é só do segundo, uma posição da Fonasc da proposta 2 do 5º e do 6º, vamos pelos artigos. Agora, por favor, dos dois artigos, dos dois parágrafos, perdão, o Transporte. Célia também, por favor, só para gravar.]

**A SRª. CÉLIA RENNO (Abes)** – Abes pela retirada dos dois.

**A SR<sup>a</sup>. MÔNICA PORTELLA LIMA (CERH/Bahia)** – Também retirada dos dois.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Ok. Sonali, por favor.

**A SR<sup>a</sup>. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF)** – Eu também retirada dos dois.

**A SR<sup>a</sup>. ELDIS CAMARGO** – Também pela retirada dos dois, mas queria justificar tendo em vista a norma principal que é a 9433, para seguir isso aí, por isso que eu estou justificando.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Perfeito. Então, a retirada já foi já vencedora para retirada dos dois. Então, nós estamos retirando da Resolução o § 1º do art. 5º, e retirando o § 2º do art. 6º texto. Lembrando, o Júlio também e o pessoal, lembrando, nada impede de se trabalhar em uma proposta para a Plenária. E claro, todas as entidades são autônomas, e assim o são, para levar as suas propostas através dos seus Conselheiros e Conselheiras. Mas se acharem por bem fazer uma rodada nos membros da CTIL, isso pode ser que ajude entre... Pode ser. É só uma sugestão que se cada entidade ou segmento quiser fazer uma proposto aí e rodar e até para angariar mais apoio na Plenária fazer a sugestão já de alteração, já levando o texto, que é mais fácil, já coloca lá tela, pode ser sempre, isso sempre pode mesmo. Então, nós levaremos essa proposta aprovada pela CTIL. Muito obrigado. Nós temos só mais dois pontos de pauta? Só não, nós temos 2 pontos de pauta, [nós temos a questão agora do Dnocs e depois o item 10 que que é apresentação do legado. O Dnocs eu quero adiantar aqui, e me permitam, é um tema que entrou agora há pouco tempo. Então, pelo tempo normal de uma CTIL entrou direto aqui, ele foi para a CTCOB e a CTCOB passou, a Presidente da CTCOB não está aqui porque ela... Não é uma questão meramente de cobrança, é uma questão legal porque ela envolve três leis, a Lei de Recursos Hídricos, a Lei de ANA e a Lei do Dnocs.](#) Então, são três legislações que são envolvidas, embora tenha a cobrança, mas são três leis e a CTCOB falou: passa para CTIL porque lá eles acreditavam que é o lugar melhor de se desenvolver. São temas delicados, têm a ver com cobrança, quanto é, quanto não é, são leis e eu já proponho a criação de um Grupo de Trabalho para que nós possamos ter tranquilidade, não é aqui que vai debater abrir lei do Dnocs, abrir lei de... Vamos trabalhar, esse Grupo de Trabalho debruça, a Mônica teve uma fala que pode até ajudar, alguma coisa que pode ter acontecido similar na Bahia. Então, vamos amadurecer sem pressa porque é um assunto muito delicado e aí nós possamos ter um desenvolvimento. Está aberta a palavra para a rodada.

**O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUTT (MMA)** – Para quem não teve a oportunidade de ver, o que aconteceu? Aconteceu que em 2001 o Dnocs, na lei que organiza o Dnocs, não sei como que chama, mas enfim, que dá, põe como receita do Dnocs, 2001, aquele negócio do jabuti, passou bem no início, um ano depois da lei da ANA, ele põe como receita do Dnocs parcela da cobrança pelo uso de recursos hídricos de acordo com a lei 9433. Está muito claro que está, que é a parcela da cobrança pelo uso dos recursos, usa os termos. O uso de água. Segundo ainda especifica e cita a lei. Então, é isso, aí a Dnocs foi na CTCOB falando sobre isso e a CTCOB falou que não se sentia confortável de fazer uma regulamentações sobre esse tipo de coisa, o Marco pode ajudar, esperando que a CTIL se manifeste sobre esse negócio. Então, é isso. O problema esse, que que existe uma lei agora que direciona parte da cobrança pelo uso dos recursos do Dnocs, aonde tem barramento do Dnocs, não é geral. Das Bacias Hidrográficas aonde tem barramento com Dnocs se tiver cobrança acontece isso.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Marco com a palavra, em seguida Gustavo. Está aberto, se quiserem uma rodada e a proposta minha continua de criação do Grupo de Trabalho para discutir isso.

**O SR. MARCO ANTONIO AMORIM (ANA)** – Eu vou discorrer como um participando da CTCOB porque eu não tenho mandato na CTCOB para dizer em nome dela, mas o Júlio adiantou bem, o Dnocs encaminhou à Secretaria Executiva do Conselho um pleito de regulamentação expondo que na sua lei de criação, que é de 1963, alterada por esse dispositivo em 2001, que o Júlio citou, que constitui receita do Dnocs, parcela da cobrança pelo uso de água oriunda de reservatório, açude, canal ou infraestrutura hídrica, operada e mantida pelo Dnocs, na forma da regulamentação de 9433/97. Naquele momento a CTCOB não estava de posse desse documento que os membros da CTIL receberam que é o parecer do Dnocs, mas estavam presentes a Robeiza, que é uma técnica do Dnocs, e o Procurador da AGU, Advogado da União, Doutor Arny, que é quem assina o parecer que a CTIL recebeu, discorrendo os motivos e pedindo regulamentação do Conselho. A CTCOB preferiu antes de adentrar ao tema recorrer à CTIL para verificar se essa regulamentação aqui compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ou é outro tipo de instrumento que vai regulamentar esse dispositivo, que aí seria da lei do Dnocs, ele vincula com a lei 9433 e a CTCOB preferiu que a matéria passe antes pela CTIL e que a CTIL defina o regulamento que vai ser feito esse dispositivo, caso tenha que ser feito e direcione à CTCOB e qual a melhor maneira de tratar a matéria. Então, por isso que ela veio para cá, o parecer da CTCOB também foi encaminhado para os membros e finaliza exatamente a conclusão, há necessidade de melhor definição sobre os arranjos institucionais e questões legais que incidem sobre o tema levantado pelo Dnocs. Dessa forma encaminha-se documentos para a CTIL antes que se volte a discutir assuntos pertinentes à CTCOB.

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC)** – Eu gostaria de saber, pelo que eu entendi, Júlio, essa receita ela é retirada, ela seria retirada da ANA, eu sei, mas onde essa cobrança vai para a agência local.

**O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUTT (MMA)** – Por exemplo, se o São Francisco tem lá barramento do Dnocs e tem, parte, aí não específica quanto, tem que ser destinado ao Dnocs, a cobrança pelo uso de recursos hídricos. A ANA tem que repassar, ela no caso tem que repassar.

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC)** – Eu acho que seria o caso de a ANA e o Dnocs juntamente, já que envolve as duas instituições, e os Comitês de Bacias Federais que estão nesse polígono de atuação do Dnocs, se reúnam, assentem e tragam a coisa um pouco mais elaborado para cá, para esse grupo. Eu concordo com a criação do GT, mas eu acho que não vai adiantar nós fazermos um GT se esse cenário já não estiver pré arrumado, pré discutido, apresentar algumas possibilidades. Porque aí eu acho que é possível nós já termos uma questão mais elaborada do que ficar, gastar meses de reuniões de trabalho aqui, que talvez. Então, eu acho que é uma coisa que esses órgãos, Comitês ou Agências e Dnocs e ANA se assentam, tentam ver como que é porque eu acho que independentemente de quem esteja com o controle do recurso o objetivo é um pouco comum. Mesmo que a filosofia de trabalho do Comitê X ou da ANA ou do Dnocs sejam diferentes, é dinheiro da água e com certeza o trabalho do Dnocs nesse caso é revertido para, sei lá, açude, construção de açude, enfim. Então, aí eu acho que existe um objetivo comum e o que precisa mesmo é esse arranjo institucional para saber como lidar com isso.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Depois Mônica, por favor,

**O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUTT (MMA)** – Eu acho que esse tema tem uma lei, é uma realidade, vai ter que ser visto, ainda mais que o Dnocs está querendo, enfim, despertou a atenção para esse tipo de coisa, mas eu acho que esse tema tem que ser regulamentado, a palavra certa, através do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Se for em outros lugares nós podemos estar correndo o risco de 30, 40, 50%. Então, regulamentar daqui com a participação de Comitês, da ANA, de todo mundo aqui, mas dentro do Sistema Nacional de Recursos Hídricos porque senão o risco é muito grande de que uma parcela além daquele que vai para outro, parcela, não está dizendo se é... Entendeu?

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC)** – Eu não discordo do que você está falando não. Eu só estou falando assim, que eu acho que nós podemos exercer

esse papel um pouco de árbitro da discussão a partir de uma elaboração preliminar da discussão pelos entes diretamente interessados, e que administram esses recursos, que cobram, que arrecadam, mas a decisão final é aqui dentro, vai ser sacramentado aqui. Estou de acordo.

**A SRª. MÔNICA PORTELLA LIMA (CERH/Bahia)** – Eu queria colocar para vocês a experiência da Bahia nesse sentido, nós temos também lá esse problema dessas águas que estão em reservatórios que são do Estado, e que lá na Bahia, salvo engano, por volta de 2005, eu acho, esses reservatórios estavam, que são do Estado, mas estavam sobre a administração as SRH, que era a Superintendência de Recursos Hídricos que era o órgão executor da política de recursos hídricos. Então, ele tinha todo o ônus de manutenção desses reservatórios e esses reservatório eram especificamente para a servir a empresa de saneamento. Especificamente para abastecimento público. Então, àquela época, com o ônus dessa manutenção a Bahia resolveu decretar através de Decreto a cobrança, mas não pelo uso daquela água e sim pela prestação do serviço de fornecimento de água bruta, que seja, leia-se armazenamento de água. Então, a Bahia veio a cobrar e tanto que essa cobrança não foi qualificada como cobrança pelo uso de recursos hídricos que o dinheiro arrecadado, pela legislação da Bahia, todo o dinheiro arrecadado pela cobrança de uso de recursos hídricos ela tem que ir para o Fundo Estadual de Recursos Hídricos e esse dinheiro ele não passa pelo Fundo, ele vai em parte agora para o Inema que é o atual órgão executor da política, e outra parte vai para a SERB, que a SERB agora que está com a administração desses reservatórios. Então, para cobrir a manutenção. E recentemente em função de estarmos em vias de implantar a cobrança, começaram surgir alguns embates e o assunto foi levado à Procuradoria-Geral do Estado, e a Procuradoria deu um parecer recente por essa linha de que não se configura cobrança pelo uso de recursos hídricos, e sim pela prestação de um serviço de fornecimento de água bruta. Esse foi o entendimento nosso no Estado recentemente. São coisas distintas, é como se você tivesse... Você está armazenando a água e por esse serviço você está cobrando. Essa água não tem nada a ver com o Comitê, olha o que eu estou colocando, não é cobrança pelo uso de recursos hídricos, é cobrança pela prestação de um serviço, de fornecimento de água bruta. Leia-se, armazenamento, você está armazenando a água, você está guardando a água e a empresa de saneamento vai lá, faz a captação e ela que usufrui, é uma cobrança que não configura a cobrança enquanto instrumento da política de recursos hídricos.

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC)**– Foi uma visão para tirar e desvincular qualquer tipo de tirar dinheiro do sistema.

**A SRª. MÔNICA PORTELLA LIMA (CERH/Bahia)** – Tanto que o dinheiro não vai para o Fundo Estadual.

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC)**– Foi uma visão que o estado teve interessante.

**A SR<sup>a</sup>. MÔNICA PORTELLA LIMA (CERH/Bahia)** – Uma parte vai para o órgão gestor e a outra parte vai para a SERB que é quem está atualmente com a administração desses reservatórios, para a manutenção dos reservatórios.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Sem juízo de valor porque nem tenho mesmo, mas a única coisa que nos baliza aqui é tomar cuidado que é a nossa função de preservar o sistema e que ninguém retire dinheiro do sistema se não for muito caracterizado que isso é legal e é isso mesmo, se não, o que acontece? Quando você está com o orçamento bem, ninguém se arvora, com uma crise financeira todo mundo precisa de dinheiro aí começa a se arvorar no sentido que for, em cima de onde eu posso receber dinheiro. E se cuidado do sistema não tiver, por isso a minha preocupação de termos muito tranquilidade para analisar isso, porque pode ser que abra algumas fronteiras que nós não temos hoje e de que outros possam querer usar o dinheiro do sistema pelo uso dos recursos hídricos para outras coisas, que devem estar ou no seu orçamento normal, ou pela sua missão normal. Então, esse é pelo cuidado e por isso que há essa preocupação, por isso é esse grupo vai ter que se debruçar, e por serem três leis que vão ter que ser trabalhadas, olhadas e visitadas, que a lei da ANA também, porque ela trabalha com isso e se o caso tiver que passar, ou vai pela ANA ou vai pelo Comitê, ou por onde for. Então, dessa tranquilidade. E têm uma proposta, está aberto ainda, de que até para evitar energia e criar Grupo de Trabalho, depois vai para a CTCOB, que vai ter que voltar para lá, ou dependendo de como for fazemos um Grupo de Trabalho já conjunto com a CTCOB, que ela vai acompanhando e se apropriando. Então, faríamos, a nossa proposta da CTIL é criarmos um GT, um Grupo de Trabalho sob a coordenação da CTIL, e aí me perdoe, não combinei, mas até pela experiência de repente pegar uma advogada como a Mônica para coordenar o grupo, já estou sendo aqui, me perdoem, mas pela experiência pode ser. Está certo? Estou colocando com a maior tranquilidade, não é para fazer, porque nós precisamos de uma segurança disso. E já falar que a CTIL está, já determinar aqui, se for o caso, se isso for deliberado, por enquanto é só uma sugestão minha, de que esse Grupo de Trabalho conjunto, CTIL e CTCOB, para aí sim, convidar, como o Gustavo falou, o Grupo de Trabalho convida todos aqueles atores que ele achar pertinente e pode fazer reunião, aí chama todos os atores, e chama o Dnocs, vai fazer reunião, vai conversar, vai entender, vai amadurecer, vai ter que pegar jurisprudências ou alguma coisa, e com o cuidado de que entendemos a situação financeira e econômica até da União, mas para se usar dinheiro do sistema tem que estar muito caracterizado que é para aquela finalidades correta.



**A SRª. MÔNICA PORTELLA LIMA (CERH/Bahia)** – Eu quero agradecer o convite, mas colocar aqui que as demandas no Inema para mim estão muito além do que eu estou sendo capaz de fazer, porque nós estamos em vias de implantar a cobrança e eu estou como uma das coordenadora. Então, assim, eu estou com muitos e muitos, inclusive acho que o órgão não vai mais permitir que eu venha as reuniões em função das coisas que têm que acontecer por lá.

**O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUTT (MMA)** – Um comentário aqui, só agregando ao que o Sérgio falou, eu acho que o maior cuidado que esse Grupo de Trabalho tem que ter é manter que cobrança pelo uso de recursos hídricos é instrumento de gestão. É para isso que cobra, ele não um instrumento de arrecadação e nem é um instrumento de arrecadação complementar, que isso aí tem uma confusão muito grande, inclusive dentro do próprio sistema nosso. Tem muita gente que entende dessa forma. Então, para mim é muito simples você distinguir o que é uma coisa e o que é outra. Eu pago imposto para saúde? Pra ter educação? O meu imposto é para isso? Então, eu pago impostos para isso. Você não vai pegar o dinheiro da cobrança pelo uso de recursos hídricos para na melhor das boas intenções... Nós pagamos. Então, se isso substitui o imposto que nós pagamos, então, para mim isso tem outro nome, mas no fundo acaba sendo imposto. Então, esse eu acho que é o grande cuidado tem que se ter, se é de ficar muito bem caracterizado, eu tenho grandes dúvidas de operação e manutenção de reservatório. Se visse aqui eu teria grandes dúvidas, porque isso é uma ação social que é para que se exerça isso para água. Agora, entendeu? Então, isso eu acho que tem que tomar um cuidado e um cuidado também de como encaixar isso porque agora é lei, se é lei nós não vamos ter como escapar muito. Então, de esse grande cuidado de transformar o limão na limonada, de fazer com isso seja realmente, que seja aplicado porque está na lei, mas que tenha uma visão de otimização como instrumento de gestão. E não suplementar o orçamento. Aí é complicado.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Mônica, me desculpe em primeiro lugar ter colocado, assim, de sopetão o seu nome, entendemos, mas nesse momento, salvo melhor juízo, de todo, eu acho que nesse momento o embate é jurídico e não técnico, depois vamos entrar, e quanto é, se for o caso, é outra coisa. Como é que divide, mas nesse agora são três legislações, isso é pertinente, tem ou não tem, tem jurisprudência, não pode pegar recurso disso ou não pode pegar. Então, a nossa coordenação foi no sentido de ter área de advocacia um pouco mais forte nisso, porque o embate também vai ser com o advogado do outro lado, então, isso no sentido de estratégias nos fortalece nesse primeiro momento. Então, eu peço para eu dizer à ANA ver se pode assumir essa coordenação, claro, vai contar com a ajuda de todos os colegas. Eu gostaria nesse momento de pedir que o GT fosse coordenados pela ANA.

**A SRª ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (ANA)** – Sr. Presidente, eu agradeço também, só que eu gostaria de ter esse material, se ela não puder participar, que eu acho importante. Eu tenho um pouco de trauma de coordenação por aquela questão, lembra que eu fiquei de trazer para vocês um conceito de recursos hídricos e as pessoas nem apareciam quando eu pedia, ninguém dá resposta, eu ainda estou devendo e ninguém fala que é para falar, nem da ANA, aqui dentro. Então, assim, todo mundo tem que trabalhar, quem está no grupo, senão fica tudo em cima de uma pessoa e eu não respondo para vocês o que é. Então, eu acho que tem que fazer um grupo sério, inclusive, com o pessoal da ANA se comprometendo junto. É meu amiguinho.

**O SR. Marco Antonio (ANA)** – A área da ANA que trata de cobrança vai ter... Assim nós não somos parte do grupo ANA, fazendo parte do grupo já basta a Eldis, agora, o grupo não vai funcionar Eldis e equipe ANA. E lembrando bem, o pleito foi feito pelo Dnocs ao CNRH, à Secretaria Executiva do Conselho e tal, o Dnocs, não foi a ANA fazer, pleitear a regulamentação disso e nem nada não, veio, eu acho que veio no lugar certo, veio no Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – São três membros, no mínimo três, nós estamos lhe convidando para a coordenação, perdão, mas nós precisamos de pelo menos mais três membros e vamos convidar oficialmente a CTCOB de indicar também membros.

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC)** – Presidente, eu estou chegando, eu ainda conheço pouco o pessoal, mas também me pareceu que a Sonali é uma pessoa muito racional e organizada, eu sugeriria o nome dela para ser uma dessas pessoas.

**A SRª. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF)** – Gustavo, me sinto honrada com a sua indicação, gostaria muito de participar, mas eu estou em uma condição muito parecida com a da Mônica, esse processo de redução de vazão no São Francisco, agora a questão das privatizações do Grupo Eletrobrás, isso está trazendo um volume de trabalho imenso e eu não gostaria de assumir um compromisso que eu não viesse a cumprir com todos os encontros. Então, eu posso colaborar, mas...

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (FONASC)** – Presidente, pela ordem, eu penso assim, eu acho o seguinte, aqui ontem tinha mais gente do Nordeste aqui na reunião, hoje só tem vocês duas praticamente. Eu acho que não tem cabimento uma matéria dessa que pega principalmente essa região, que afeta essa região, não ter uma pessoa junto com a Eldis. Entendeu? Eu acho assim, se vocês não

podem preliminarmente tenta conversar nas instituições de vocês, todas duas já foram sugeridas, eu gostaria realmente porque eu acho importante dar uma legitimidade, são as pessoas que estão ali, que conhecem a realidade mais de perto, porque eu acho que não é só a questão jurídica não, eu diria que é jurídica e tributária, tributária no sentido econômico de como que, como é que vai fazer aquela memória de cálculo, porque no final das contas o que conta? Porque o órgão desse está interessado nisso? Está interessado é no dinheiro, no recurso, como é que esse recurso vai ser aplicado para não sair do sistema? Entendeu? Então, eu acho que é uma questão de direito e também uma questão, vamos dizer assim, fiscal, sei lá o nome que se dê.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO –** Presidente, só para ajudar aí logística da coisa, a ANA possui um sistema de Transmissão de reunião por vídeo que eu acho que é interessante que vocês duas que são de região, mas não têm a possibilidade de ficar saindo por conta do volume de trabalho, o agendamento de uma reunião com 15 dias, um mês de antecedência para participar lá da Chesf mesmo e você da Bahia, mesmo no lugar de trabalho de vocês, como se fosse uma reunião, eu acho uma alternativa para vocês duas participarem, não para vocês assumirem o compromisso de estarem assim. Acho que a ANA tem esse recurso, temos que suar a tecnologia a nosso favor.

**A SR<sup>a</sup>. MÔNICA PORTELLA LIMA (CERH/Bahia) –** Eu quero colocar, Sérgio, que eu também estou na CTCOB. Então, eu vou tentar continuar na CTCOB, pelo menos na CTCOB, até porque a Bahia está em vias de implantar a cobrança. Eu estando na CTCOB, então eu posso contribuir pela CTCOB. Aí ficaria mais fácil, porque eu acredito que...

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA) –** Nós vamos encaminhar um expediente para o Presidente da CTCOB, para a Lívia, já convidando para ela fazer indicações para esse grupo conjunto. Paulo, eu gostaria nesse mesmo nível, é fundamental a importância dos Comitês de Bacia porque lá que vai impactar esses recursos e ver, claro, ou alguma indicação, ou você porque isso vai, eu gostaria que você pensasse nisso.

**O SR. PAULO SAMUEL (Comitê de Bacia) –** Nós vamos ter que discutir no sistema para ver quem vai indicar para fazer parte do Grupo de Trabalho.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA) –** Essa fala também, alguém daquela área de bacias, mais daquela área do Nordeste que tem impacto direto nessas áreas, mas é fundamental. E vamos pedir para compor, a CTCOB também indique para fazer. Então, fica criado esse Grupo de Trabalho conjunto CTIL e

CTCOB, para analisar, vamos pedir indicação oficial porque no mínimo tem que ser três, então, teremos que ter três daqui e vou pedir mais, pelo menos três lá, porque esse grupo se reúne e pode convidar quantas pessoas e técnicos, especialistas forem necessários para começar... Eu entendi. Podemos fechar? Me perdoe, já até arvorei como se já tivesse aprovado o Grupo de Trabalho, estamos criando, mas eu acho que é mesmo, não teve nenhuma posição contra. Eu acredito que é isso mesmo.

**O SR. MARCO ANTONIO AMORIM (ANA)** – É que por enquanto por enquanto o Grupo está só ANA, a única que se propôs a ele. Acho que dessa forma não vai funcionar, não sei se vale a pena divulgar essa intenção dessa criação desse grupo conjunto, e receber as indicações, e formaliza ele, porque é bom ter a participação de pessoas que queiram realmente participar, esse tema é interessante, ele assusta no início, mas quando você começa a pensar vai surgindo algumas ideias, e a parte legal dele pega sim, se fechar na parte legal não tem que criar expectativa para o Dnocs e ter uma regulamentação, ou então o contrário, se abrir a parte legal como é que vamos enfrentar isso, os membros de CTCOB talvez tenham mais expertise, porque estão na área técnica da cobrança. Então, talvez fique o indicativo da criação do grupo, e divulgação tanto para os membros da CTIL quanto membros da CTCOB, e faz o comunicado oficialmente à Livia, e talvez na próxima CTIL ratifique quais membros participam, que é fundamental a participação de membros além da representação da ANA.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Perfeito. Então, nós vamos fazer o convite, passar e-mail para que também alguns membros que já foram embora possam se manifestar.

**A SRª. CÉLIA RENNÓ (Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa)** – Sérgio, se a sociedade civil for chamada a participar, eu só queria lembrar você que a Abes tem uma representação muito ativa lá no Nordeste, inclusive várias pessoas envolvidas nessa questão da gestão de recursos hídricos em áreas muito carentes desses recursos. Então, se houver a possibilidade da sociedade civil participar do grupo com o financiamento do Ministério do Meio Ambiente para essa participação, nós temos diversos associados no Nordeste, um grupo grande e muita gente envolvida nessa questão da carência de recursos hídricos no Nordeste que poderiam vir a participar também, se houver interesse nós buscamos na associação, eu sou só uma representante da associação, nós temos outros técnicos e, inclusive técnicos que participam de outras discussões e que poderiam ser chamados para poder fazer a representação.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Até Secretários de Estado de Recursos Hídricos, do Nordeste, como exemplo o Secretário de Recursos Hídricos

do Rio Grande do Norte é um diretor da associação. Como exemplo pessoas muito importantes, que conhecem muito bem.

**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Sérgio, Presidente, só para questão de esclarecimento, a CTIL vai encaminhar um convite aos membros para indicar os representantes. É isso? Dando um prazo?

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Em nós vamos dar um prazo, passar para todos os representantes, quem se habilita a fazer parte do GT, ou já dizendo que a ANA através da Eldis vai ser a coordenadora do GT e nós precisamos de indicações, é no mínimo 3, podem ser mais, Fonasc, qualquer, tem que se habilitar para a própria... Agora, tem que ser membro ativo da Câmara pelo Regimento, para fazer parte. Aí os convidados sim, aí nós podemos convidar quantos forem, mas pelo regimento Grupo de Trabalho é da própria Câmara Técnica. Como é conjunta nós vemos pedir também indicação de membros da CTCOB. Mas, tem que ser membro para poder fazer parte do GT, aí convida-se quantas pessoas, apoio, pode ser. Quanto pessoa, no regulamento no regimento? Mas calma aí, uma coisa é uma coisa, tem que ter pelo menos três da CTIL. Sim. Então, precisa ser membro. Esses três, pelo menos, têm que ser membros da Câmara. É isso.

**O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUTT (MMA)** – O membro não é da instituição, da Câmara, que está na Câmara, é a pessoa. São pessoas que fazem, das 17 pessoas que fazem parte, que representam, dessas 17 tem que ter pelo menos 3. Aí pode se convidar quantos quiserem, que não façam parte oficialmente da CTIL, mas 3 tem que ser 3 pessoas, tipo, Abes, a Célia, por exemplo, aí teria que ser a Célia, ela pode convidar o Josimar, pode convidar Paim, pode convidar quem ela quiser, mas a Célia teria que ser. Se fosse a Fonasc seria o Gustavo. Está certo? Entendeu? É isso. Nós precisamos de três pelo menos, então vamos passar... Paulo, já quer ficar logo para já termos dois, já conseguimos 3 e já instalamos logo?

**O SR. PAULO SAMUEL (Comitê de Bacia)** – Só estou aqui de... Como o Bento não veio hoje eu estou, não sou...

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Podemos dar como aprovado a criação do GT, a presidência, a coordenação do GT está com a Agência Nacional de Águas. Nós vamos passar um expediente para todos os 17 membros. Então, tem um indicativo de criação. Vamos lá. Então, tem um indicativo de criação. O problema então é que nós não conseguimos oficialmente criar o grupo porque teria que ter três membros agora.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Então, você pode, poderia. E a ANA tem um representante aqui que é da CTCOB. Mas não vai ser. Tem que ser da CTIL. Eu não posso. Não tendo três membros agora lá... Ela continua aqui ainda, está no pleno, mas não tem Grupo de Trabalho. O Quadreli está lá parecendo tipo eu não estou aqui.

**O SR. JOSÉ QUADRELI (CNI)** – Eu estou no mesmo problema, eu não sou o titular daqui, eu fui indicado para essa reunião como representante legal, eu não posso assumir compromisso pelo Percy, ele me mata.

**A SR<sup>a</sup>. Célia Rennó (Oteps)** – Sérgio, só uma consulta aqui. Se, por exemplo, se eu colocar, eu vou consultar em membro nosso da Abes, lá do Nordeste, para ver e ele tem interesse em assumir a CTIL e participar do Grupo de Trabalho, porque eu acho que é uma coisa importante, talvez ele possa vir participar da CTIL no meu lugar, eu abro mão da minha participação aqui, ele vem e ele pode participar, isso também só vou poder fazer isso em uma próxima reunião.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Indicativo de criação, não deu para criar, mas fica o indicativo. Vamos passar uma correspondência solicitando que os membros se manifestem para que na próxima reunião da CTIL possamos instalar. E com isso também vamos pedir a indicação de representantes também da CTCOB. Perfeito? Ok. Muito obrigado. Então, agora vamos passar [para o item 10, apresentação sobre o Projeto Legal de desafios e propostas para a gestão das águas no Brasil. O representante da ANA, Volney Zanardi, assessor da Presidência da ANA vai estar com a palavra para fazer a apresentação.](#) Obrigado Volney pela presença.

**O SR. VOLNEY ZANARDI (ANA)** – Vocês me conhecem. Meu nome é Volney Zanardi, eu queria agradecer inicialmente o convite feito à ANA para trazer essa apresentação aqui sobre o projeto que nós temos chamado de Projeto Legado. Queria saudar antigos conhecidos aí, o Antônio Maurício, Célia, Sonali toda segunda-feira eu vejo ela estrelando na videoconferência de São Francisco. Sou um grande admirador. Então, todas as segundas-feiras tem, agora tem Tocantins também. Esse mês estamos com todos os colegas. Bom, os colegas da ANA aqui Eldis. Então, o que eu queria, deixando a brincadeira de lado, rapidamente trazer para vocês, nós temos um grupo lá que foi criado por Portaria na ANA, que é composto pelo Maurício Andreas, pela Maria do Socorro, do Paulo, que é quem normalmente faz esse tipo de apresentação. Hoje os três com outras tarefas, a própria Socorro que ia fazer a apresentação teve um problema pessoal. Então, eu vou tentar aqui trazer para vocês um pouco dessa informação. A primeira coisa é o que é o Projeto Legado, por que se chama de Projeto Legado. Ele nasce dentro uma perspectiva principalmente do 8º Fórum Mundial da Água, que nós vamos ter

3534 em março, a primeira pergunta que vai vir depois do 8º Fórum Mundial da Água é  
3535 que legado que ficou do 8º Fórum Mundial da Água. Dentro dessa perspectiva a  
3536 ANA, o Governo Federal, vamos dizer assim, que entrou na discussão do 8º  
3537 Fórum Mundial principalmente a partir do ano passado, até então toda essa  
3538 coordenação desse processo estava na responsabilidade do Distrito Federal e o  
3539 Conselho Mundial, havia uma decisão do Governo Federal não tomar a frente  
3540 desse processo, isso ano passado mudou, a ANA passou a fazer parte mais  
3541 efetiva desse processo de organização do 8º Fórum, e uma das questões que nós  
3542 entendemos que seria importante desenvolver seria justamente a partir dos  
3543 inúmeros diagnósticos que nós já fizemos o Banco Mundial, com a CDE, com BID,  
3544 e tentar estruturar uma agenda, vamos dizer assim, de propostas. Sair um pouco  
3545 daquela discussão de diagnóstico, porque senão fica aquela coisa, não está bom,  
3546 não está ruim, mas afinal o que nós vamos fazer? E existe uma série de projetos  
3547 de leis, existem propostas de resolução CNRH e essa discussão, que da maneira  
3548 como se tonelada ou organizar o Projeto Legado... Eu vou ficar um pouco mais  
3549 para cá para ficar mais fácil de ver, senão fica terrível nós ficamos falando  
3550 escondido. Mas, assim, essa certa liberdade de poder organizar discussões,  
3551 justamente a partir desses diagnósticos, desses processos que já foram  
3552 instalados. Então, eu tenho uma apresentação aqui pequena que eu vou passar  
3553 alguns aspectos mais gerais e depois se vocês quiserem nós podemos detalhar,  
3554 na medida do possível o que eu souber eu me disponho a fazer um detalhamento  
3555 maior dessas propostas que estão aqui. Mas aqui nós temos então, a ideia é  
3556 justamente ter em mente que esse processo que nós estamos chamando de  
3557 Legado, que pode até mudar de nome, porque tem criado algumas confusões, as  
3558 pessoas acham que é legado de alguma pessoa, não é. Essa discussão é  
3559 justamente essa perspectiva do 8º Fórum, o que pode daqui a pouco ficar de  
3560 proposta, que nós temos chamado que seria razoável um consenso de  
3561 aprimoramento do que tem do nosso marco de gestão. Uma das questões que nós  
3562 desde o início fugimos foi justamente essa discussão de usar o termo de revisão,  
3563 nós não estamos trabalhando com revisão da reedição, nós não estamos  
3564 trabalhando com revisão de marco legal, nós estamos trabalhando com uma  
3565 perspectiva de modulação dos instrumentos, de modulação das políticas de como  
3566 articular, de como criar convergência nesse processo, que é o fundamento do  
3567 processo de gestão. Então, nós temos aí a interface, as interfaces setoriais, nós  
3568 fizemos consultas a diversos setores como aquicultura, como energia, fizemos  
3569 consultas a setores de agricultura, fizemos, convidamos diretores da ANA, ex-  
3570 presidentes da ABRH, vários autores ou ONGs, vários autores foram consultados  
3571 no sentido de contribuir para um processo que começou dentro da ANA no ano  
3572 passado, com essa Portaria que eu falei para vocês e essa perspectiva de  
3573 organizar a partir daquele diagnóstico um documento propositivo. Esse  
3574 documento, tivemos o que nós chamamos, que foi basicamente estruturado a  
3575 partir de contribuições da ANA, QUE nós chamamos de documento zero, e que foi  
3576 disponibilizado no início da abril, no início de abril tem um documento 0, nós  
3577 estamos agora no documento, que estamos chamando de 0.3 e esse documento  
3578 0,3 ele está sendo agora avaliado por aquelas pessoas, aqueles atores que  
3579 participaram dessa rodada de discussão que nós tivemos nos últimos 4 meses.

3580 Isso aqui é mais ou menos como é que nós estamos organizando esse processo  
3581 metodológico, nós temos uma página depois que vou ver se mostro para vocês ali  
3582 logo a seguir, que temos uma página na ANA em que todos esses documentos,  
3583 tem todo um detalhamento metodológico de como está sendo feito o trabalho, tem  
3584 ali as fichas, a plataforma de contribuições, quem quiser contribuir, todas as  
3585 contribuição que são feitas, estão disponíveis ali também. Eu tenho uma  
3586 preocupação, entrem e vão vendo, que vocês podem me corrigir online, se tiver  
3587 algum problema. E se tiver algum problema me avisem que eu vou atrás na  
3588 Agência de água, mas essa preocupação que nós temos em tornar isso público e  
3589 transparente, tem um processo administrativo que deve estar citado aí, quem  
3590 quiser tem acesso a todas as contribuições que entram elas são incorporadas no  
3591 processo digital que nós temos lá na ANA. Mas voltando para o slide anterior,  
3592 então, nós tivemos aquele documento zero, que saiu, que foi editado, publicizado  
3593 a partir de março, início de abril de 2017, a partir dele nós tivemos uma rodada de  
3594 reuniões com diversos setores, nós estamos ainda fazendo algumas reuniões,  
3595 devemos ter uma reunião mais esse mês ainda com o pessoal dos Comitês,  
3596 Agências Delegatárias, deverá ter na medida em que nós organizemos essa  
3597 reunião extraordinária que está sendo falado, organizada do Conselho Nacional de  
3598 Recursos Hídricos. Nós deveremos organizar um momento de discussão aí, não  
3599 sei se vai ser um turno, um dia, isso temos que ver como vamos organizar ainda  
3600 para trazer, fazer essa discussão com os Conselheiros. Já foi feita uma  
3601 apresentação inicial na reunião do Conselho Nacional que foi agora em junho,  
3602 esse processo é um processo que vem sendo gradativamente apresentado, a  
3603 primeira, antes de disponibilizar o documento nós na semana da água lá o próprio  
3604 Presidente Vicente fez uma apresentação do que era esse processo do legado,  
3605 depois nós tivemos logo a seguir essa uma reunião com o próprio Ministro e as  
3606 Secretarias, apresentando o projeto. A seguir nós tivemos essa última reunião no  
3607 Conselho Nacional onde se apresentou, e a partir daquela reunião ficou um  
3608 compromisso de na medida em que a Câmaras entendessem como adequado,  
3609 necessário interesse em receber fazer uma discussão sobre esse processo do  
3610 legados nós estaremos aqui. Então, a ideia é que nós venhamos a concluir a  
3611 discussão desse documento até o final de setembro, nós deveremos ter um  
3612 seminário da BRH no final de novembro, lá nós devemos ter o momento onde nós  
3613 vamos fazer, vamos dizer assim, o fechamento desse documento. E a ideia é  
3614 enviar esse documento, agora nós estamos ainda vendo como isso vai ser  
3615 incorporado nessa discussão do 8º Fórum, se vai ser na Casa Brasil porque é uma  
3616 discussão especificamente do Brasil, que nós pretendemos fazer esse debate  
3617 durante o 8º Fórum. E depois, a partir do que sair do 8º Fórum procurar dentro do  
3618 8º Fórum essas articulações com o Congresso, com o Executivo, uma certa visão  
3619 de prioridades no que nós poderíamos ir tentando concatenar no âmbito de  
3620 resoluções, de decretos. E existem até propostas, algumas questões que têm a  
3621 ver com aspectos constitucionais, que eu vou falar um pouquinho mais adiante aí.  
3622 Bom, então, aqui a página da ANA, quem quiser e ir vendo já pode ir entrando,  
3623 tem ali todas as nossas... O que nós chamamos de reuniões, mas que são  
3624 praticamente umas oficinas, elas são gravadas, vocês podem ver pelo Youtube  
3625 também. E aqui nós temos um resumo da proposta. Eu estou trazendo para



3626 vocês, essa versão ainda não está aprovada pelo que nós chamamos de  
3627 Conselho Consultivo, mas é a última versão semana que vem ela deve estar  
3628 disponível no site da ANA. Hoje no site da ANA do Projeto Legado tem a versão  
3629 0.2. Porque todos aqueles que participam da reunião recebem uma versão, vamos  
3630 dizer assim, uma minuta onde nós depois de cada mês vai juntando as  
3631 contribuições faz uma edição e consulta o Conselheiro Consultivo. O que vocês  
3632 estão de acordo, tem alguma coisa que muda, alguma coisa não entra. Se tiver  
3633 algum entendimento que não é adequada, tiveram algumas propostas que já  
3634 faziam parte e que foram retiradas, quer dizer, uma questão que foi, por incrível  
3635 que pareça, não funcionou bem foi a questão de gênero, a questão da gênero  
3636 todos acharem que não deveria entrar nessa questão de proporcionalidade de  
3637 questão de gênero no Conselho Nacional de Recurso Hídricos, por exemplo.  
3638 Então, teve uma discussão e se decidiu nessa versão 0.3 tirar e esse passou para  
3639 uma, vamos dizer, um quarto capítulo, porque antes nós tínhamos 4 capítulos  
3640 temáticos, nós temos agora 3 capítulos temáticos e tem um capítulo que nós  
3641 estamos chamando assim, questões que não se conseguiu o avanço necessário  
3642 para se constituir uma proposta, e ali tem em lista. E lá ABRH depois do  
3643 documento fechado nós vamos ter um espaço de uns 3 ou 4 seminários para  
3644 tentar ver se desenvolve algumas dessas que nós não conseguimos desenvolver,  
3645 e elas vão entrar como um anexo ao documento. Nós precisamos ter um acordo  
3646 mínimo sobre o que vai para frente. Então, o primeiro grupo aí de desafios e  
3647 propostas que nós estamos chamando, está claro, vocês estão entendendo? Não  
3648 estou tornando confuso? Está indo bem? Nós chamamos esse grupo de  
3649 segurança e Infraestrutura hídrica que é a prevenção e ação eficaz em momento  
3650 de crise hídrica, porque uma faz coisas que nós temos visto, principalmente, não é  
3651 Sonali? Agora nesse momento que nós estamos vivendo de crise hídrica, não só,  
3652 nós estivemos no Cantareira, depois estivemos no paraíba do Sul, tivemos agora,  
3653 o São Francisco está em uma situação muito crítica hoje mesmo o Vicente o  
3654 presidente foi para Tocantins que está uma situação complicada na Bacia do  
3655 Tocantins, Imperatriz. Então, nós estamos vendo que muitas vezes os nossos  
3656 instrumentos, os nossos planos, a maneira como nós fazendo não está dando  
3657 conta de trabalhar esse processo de crise, como diria assim, de uma forma  
3658 ex ante. Nós estamos chegando sempre tendo que correr em cima do que está  
3659 acontecendo, e aprendendo muito, agora, esse aprendizado tem que nos ajudar a  
3660 fortalecer e consolidar ferramentas que nos deem melhor capacidade de  
3661 coordenação, porque nós temos muita dificuldade, nós temos uma baixa  
3662 capacidade no sistema como um todo, se nós olharmos o sistema precisaria de  
3663 uma capacidade instalada muito maior para operar o desafio que nós temos pela  
3664 frente. E por outro lado nós temos grande dificuldade de coordenação, pela feita  
3665 de convergência, muitas vezes, do ajuste do nossos instrumentos de gestão,  
3666 nossos instrumentos de planejamento, que não conseguem ainda ter esse  
3667 refinamento dentro do processo de gestão. Até porque esse sistema federativo  
3668 que nós temos cria uma série de desafios de coordenação desse processo que  
3669 não são triviais. A questão da dupla dominialidade, são questões que são  
3670 importantes e estão postas e nós temos que enfrenta-las. Então, se procura aí  
3671 uma melhor coordenação regulatória na situação de crise, nós temos os

3672 chamados os Programas Estratégicos de Segurança Hídrica justamente o olhar  
3673 para essa questão do conceito de segurança hídrica, ligado a essa visão de  
3674 planejamento, questões relacionadas à segurança de barragem no  
3675 aperfeiçoamento da Política Nacional de Segurança de Barragem, a questão da  
3676 criação de espaços institucionais que são tudo propostas que nós estamos  
3677 trazendo, isso não quer dizer que vá ficar em um documento necessariamente,  
3678 mas nós que entendemos que precisa passar por uma discussão até porque todos  
3679 os diagnósticos tem problema, não está bom; se não está bom vamos colocar isso  
3680 na mesa, vamos fazer um esforço para colocar uma proposta mínima na mesa e  
3681 vamos ver se nós temos condições de avançar. Então, a criação de um Comitê  
3682 Interministerial de Segurança e Infraestrutura Hídrica, a discussão de criação de  
3683 um Conselho Nacional de Segurança de Barragens Específicas, para tratar dessa  
3684 temático, principalmente a partir do acidente, lá do evento, do desastre de  
3685 Mariana, ficou muito patente aí a insuficiência da necessidade de aprimoramento  
3686 dessa política nacional. Tem um segundo bloco que nós chamamos, até não  
3687 mudei, não é um modelo brasileiro é um modelo de governança frente à gestão  
3688 integrada de recursos hídricos, aí procura tratar esses aspectos da  
3689 descentralização da gestão, da integração, da integração setorial e aí nós temos  
3690 alguns aspectos aí que nós chamamos atenção. Uma atualização do texto  
3691 constitucional, nós achamos que seria interessante colocar entre aquelas  
3692 questões dos direitos sociais, nós discutimos juntos isso aí. A questão do  
3693 saneamento básico como direito social, não me lembro qual termo lá. Depois cada  
3694 proposta dessa está detalhada. A mesma coisa naquelas questões que detalham  
3695 lá, eu acho que o art. 21, a questão das competências, a questão dos recursos  
3696 hídricos, nós queremos introduzir lá a questão de segurança hídrica, o conceito  
3697 que hoje está circulando em todo o mundo e nós entendemos ser importante  
3698 trazer esse conceito para dentro da própria Constituição. Um conceito de  
3699 segurança hídrica. Isso é mais um aspecto que depois passamos, pode passar  
3700 ponto a ponto, cada um desses tem uma proposta. A discussão do fortalecimento  
3701 do Conselho Nacional talvez seja a discussão mais polêmica que tem, mas  
3702 fundamentalmente o que está se propondo aí é colocar todos os Estados para  
3703 dentro do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, diminuir a participação do  
3704 Governo Federal, aumentar minimamente a participação da sociedade civil de  
3705 uma forma, porque vai aumentar o número, então, aumentar o número de  
3706 participantes da sociedade civil para manter basicamente a mesma proporção que  
3707 nós temos hoje, que é em torno de 30% entre sociedade civil e representantes dos  
3708 organismos de bacia, alguma coisa assim. E nas possibilidade de criação de  
3709 Comitê nós estamos enfrentando problemas sérios na Região Amazônica onde  
3710 para nós termos um Comitê ali da volta do Xingu nós temos que fazer um Comitê  
3711 para o Xingu inteiro, então, nós entendemos que poderia haver a possibilidade de  
3712 fazer a implementação modular dos comitês, que seria aprovado a partir, sempre  
3713 no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Conferência Nacional das Águas nós  
3714 entendemos que isso seria um elemento fundamental para fortalecer a  
3715 participação da sociedade no processo de gestão dos recursos hídricos. A  
3716 discussão do modelo de pagamento de resultados que é uma ferramenta que hoje  
3717 está muito... Existe um entendimento favorável do TCU, mas não tem ainda esse

3718 reconhecimento na legislação, que eu acho meu entendimento é mexer na 8666 e  
3719 prevê na 8666 esse tipo de procedimento, de modelo de pagamento por  
3720 resultados. E temos um terceiro bloco que nós estamos chamando de  
3721 implementação das políticas de água no País, que são os instrumentos para  
3722 gestão e a garantia dos usos múltiplos. E aí tem a Rede Nacional de Qualidade da  
3723 Água onde se propõe uma iniciativa, onde se propõe uma resolução do Conselho  
3724 Nacional de Recursos Hídricos para criar uma melhor coordenação e  
3725 padronização da questão de qualidade de água no âmbito dos Estados e do  
3726 Governo federal, quer dizer, fazendo esse diálogo mais estável. Uma universidade  
3727 aberta da água, que é uma proposta justamente nessa linha de criar capacidade  
3728 no sistema, e articular as universidades em cima de uma proposta de universidade  
3729 aberta da água. O aperfeiçoamento do planejamento, regulação e cobrança, aí  
3730 nós temos a questão da sustentação das nossas agências, que hoje em dia os  
3731 7,5% não está dando conta do processo de sustentação financeira, há uma  
3732 proposta de elevar isso para 15%, tem as questões relacionados aos Planos de  
3733 Bacia onde o melhor detalhamento, no que cabe ao Plano Nacional, o que cabe  
3734 ao Plano de Bacia, tornando os Planos de Bacia mais operacionais. Essa  
3735 preocupação de vincular melhor a questão, de critérios de uso, principalmente em  
3736 situação de crise no planejamento. A discussão de ampliação de instrumentos  
3737 econômicos que prevê isso na própria legislação da 9433, nós colocamos isso aí,  
3738 Eldis, não me lembro qual dos artigos lá, mas prevendo agora a questão de que  
3739 essas questões de instrumentos econômicos podem ser ampliados, não só a  
3740 questão da cobrança, mas os incentivos econômicos. O reconhecimento da  
3741 fiscalização como instrumento, colocar mais uma alínea lá, que a fiscalização é  
3742 um instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos. E uma questão nova  
3743 que conseguimos avançar aí, que começa a fazer uma interface, que esse talvez  
3744 seja o maior desafio e que nós temos sentido muito, que é essa integração com a  
3745 área de meio ambiente. E aí nós temos a discussão da proteção de áreas  
3746 especiais, que seria a capacidade do Conselho Nacional de Recursos Hídricos de  
3747 definir áreas de especial interesse para a conservação dos recursos hídricos e  
3748 como isso daqui a pouco poderia fazer um diálogo com próprio SNUC, o Sistema  
3749 Nacional de Unidades de Conservação. Nós vamos ter uma reunião aqui com o  
3750 Ministério semana que vem que eu acho que talvez nós consigamos avançar um  
3751 pouco nesse discussão. Então, gente, regra geral, deixa eu vou ver se eu voltei  
3752 aqui, isso aqui, bom, um resumo do que seriam as propostas que nós temos hoje  
3753 seriam 4 propostas de aprimoramento de leis, 9433, 9984, 12334, que é a de  
3754 barragens e a 8001, a compensação financeira. O Governo Federal 3 propostas  
3755 de aprimoramento de Decreto, 369, 6060. 4 novos Decretos que é do Sinfra,  
3756 Conselho Nacional de Segurança de Barragem, Conáguas e a Universidade da  
3757 Água e teremos aí mais 7 do CNRH, que seriam 4 propostas de aprimoramento, e  
3758 mais 3 novas Resoluções, uma da RNQA, e outra do escopo dos planos e outra  
3759 de outorga e lançamento de efluentes. Essa é uma outro outorga interessante,  
3760 Célia, essa discussão aí, porque ela pode, principalmente a partir do atlas de  
3761 esgoto que está sando, essa perspectiva que nós fazemos uma melhor  
3762 convergência entre a regulação do saneamento, a regulação recursos hídricos e a  
3763 regulação de meio ambiente. E aí como daqui a pouco o licenciamento pode

3764 enxergar essas questões que vêm da área de recursos hídricos? Esse é um  
3765 grande desafio que a Abes poderia ajudar bastante, Dr. Sérgio, eu acho que nós  
3766 temos um momento interessante com essa chegada do atlas de esgotos onde nós  
3767 temos ali aquele, onde mostra claramente os trechos de rio onde nós temos DBO  
3768 acima de 10, podiam ser prioritários, nós trabalharmos esse conceito de como nós  
3769 podemos trabalhar as deficiências, a melhoria de eficiência de tratamento sem  
3770 necessariamente conversar nos 100%, 90%, como poderíamos ir regulando essa  
3771 relação entre qualidade e água do corpo hídrico e a nossa capacidade de  
3772 tratamento. Eu acho que esse esforço é um esforço muito interessante. A ANA  
3773 está propondo minimamente nesse momento, não estamos chegando ainda aí,  
3774 nós gostaríamos muito de chegar aí, nós estamos propondo que é justamente  
3775 essa questão que não vai ter mais outorga para efluente que não for tratado,  
3776 efluente de esgoto que não for tratado. Esse é o entendimento que nós achamos  
3777 que hoje não tem mais como fugir dessa discussão. E ainda se faz isso, essa  
3778 prática. Então, gente, essa aqui é o quadro geral que não quero também ficar  
3779 falando de detalhe, eu queria passar para vocês esse quadro, esse processo ele  
3780 continua até novembro e depois vai se, vamos dizer assim, desembocar lá no 8º  
3781 Fórum. Vocês têm aqui as diversas, eu vou deixar aqui as apresentações, se  
3782 vocês quiserem eu entro nos detalhes, você gostariam? Porque assim, qual é o  
3783 um pouco da metodologia, cada item desses aí, nós temos a atuação do Singre  
3784 em momento de crise, tem uma constatação, as inscrições do Singre têm  
3785 demonstrado limitações para resposta eficaz à sociedade, isso são ações de  
3786 grave crise hídrica, que é o problema desse do conflito, da crise, resumo da  
3787 proposta, propõe a revisão na lei de criação primando suas prerrogativas para  
3788 atuação e articulação com os órgãos gestores estaduais, em toda a extensão da  
3789 Bacia, adoção de medidas excepcionais em caráter integrado. É aquela coisa,  
3790 como é que eu compatibilizo muitas vezes a crise que eu tenho na minha, o  
3791 gerenciamento que eu tenho na minha calha, que às vezes é uma calha federal,  
3792 mas que os afluentes são todos estaduais. Como é que eu faço esse  
3793 gerenciamento da bacia, que muitas vezes nós discutimos dominialidade estadual  
3794 e federal, mas como é que eu daqui há pouco consigo fazer uma melhor  
3795 coordenação desse processo na bacia? Então, aí existe uma proposta que tem a  
3796 ver com o art. 4 da lei 998 4 que a declaração da situação crítica em termos  
3797 qualidade, e estabelece e fiscaliza em articulação com o Estado o cumprimento de  
3798 regras de uso da água, não retira a outorga, você cria situações de exceção que  
3799 você vai ter que gerenciar de uma forma que não é aquela que normalmente nós  
3800 estamos gerenciando. Vai ter que ser dentro de uma situação de crise. Nós, por  
3801 exemplo, estamos aguardando lá na lei 11445, que fala da declaração da situação  
3802 de racionamento, nós estamos guardando já faz uns 3 ou 4 meses um Decreto  
3803 que nos dê condição para até para poder agir até melhor na situação que está  
3804 acontecendo hoje no São Francisco. De que Sonali pode depois falar um pouco  
3805 disso, até a dificuldade nós estamos tendo de como compatibilizar a questão de  
3806 captação de água, problema da cunha salina, tudo isso que acontece lá e que  
3807 muitas vezes você tem que... Você tem muitas limitações. Quer dizer, toda  
3808 segunda-feira nós fazemos uma reunião que envolve 25, 30 atores com o  
3809 Ministério Público, sociedade e Comitê, os usuários de forma geral. Então, esse é

um exemplo, acho que nós temos outros exemplo, se nós vermos aqui os programas estratégicos, deixa eu pegar um aqui, talvez mais... Comitê, aperfeiçoamento da Política Nacional de Segurança de Barragens. Aqui você tem a água e constituição, desenvolvimento do conceito de segurança hídrica, o reconhecimento do processo água limpa segura, e o saneamento como direitos humanos universais são exemplos de avanços que demandam conhecimento da Constituição Brasileira. Aí propõe-se: 1) abrir a discussão qualificada sobre os artigos da Constituição Federal relacionado às águas; 2) Projeto de Emenda Constitucional, uma PEC, que atualiza o texto constitucional. Então, aí víamos aqui, altera o art. 6º e 21 da Constituição. No art. 6º coloca lá: são direitos sociais a educação, saúde e alimentação, o acesso a saneamento básico na forma da Constituição. No art. 21 se propõe: compete à União instituir o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, definir critérios de outorga de direitos de uso e promover a segurança hídrica, observados os usos múltiplos da água. E se coloca, se faz essa menção ao conceito de segurança hídrica que nós achamos fundamental para poder dar sustentação a uma série de políticas que nós temos pela frente. Então gente, regra geral é isso, eu vou deixar a apresentação aqui e estou à disposição de vocês para nós irmos discutindo e esclarecendo. Passo a palavra ao nosso Presidente.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Obrigado, Volney. De frente acho que fica melhor, para você ficar de frente ali. Eu acho que fica bom. Volney ficar bem no meio porque como ele é o nosso prato principal nesse momento. *(Risos!)*. Volney, obrigado pela apresentação. Vamos passar para a rodada aqui, já têm inscritos. A Célia que já tinha feito lá, já estava inscrito aqui o Tarcísio, a Cris, o Quadreli, Paulo, só não... Gustavo, Cláudia, Sonali, e mais quem se habilitar, aqui é assim mesmo, aberto. Vamos iniciando aqui pela Célia, por favor.

**A SRª. CÉLIA RENNÓ (Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa)** – Volney, obrigada por ter vindo e apresentado o projeto legado, nós já conhecemos desde a primeira versão, a Abes, inclusive participou de uma reunião lá na Ana, foi um representante nosso de Goiás que foi lá, e nós temos preocupação de levar algumas contribuições. Uma coisa nós temos certeza, a Abes já discutiu em alguns momentos isso, ela tem certeza de que o diagnóstico foi muito bem feito, apesar de termos algumas discordâncias com algumas propostas que a Ana apresenta aí nesse projeto. Nós achamos que o diagnóstico de todos os problemas do sistema estão muito bem apresentados, nós discordamos de algumas das propostas. Nós estamos discutindo internamente, algumas coisas nós achamos que tem que ser colocado. Aí uma dúvida que chegou que eu queria deixar isso para você é o seguinte, a Abes faz um Congresso Nacional do dia 02 ao dia 06 de outubro agora, próximo, e nós teríamos, então, nesse prazo já passou, que é 30 de setembro o prazo de apresentação legal. Então, nós queríamos saber se existe essa possibilidade, que nós gostaríamos de fazer um fórum entro do Congresso Nacional da Abes, sobre esse projeto do legado para

levar aí sim uma proposta oficial da entidade para a ANA. Pelo que você falou na sua fala eu acho que esse prazo tem essas possibilidades de levar isso, Volney.

**O SR. VOLNEY ZANARDI (ANA)** – O nosso planejamento é encerrarmos essa parte de contribuição pelo dia 13 de outubro, quando vamos ter reunião no Conselho Nacional, é claro que vamos fazer o possível para avançar, vai ser no final de novembro, nós vamos ver... Nós vamos fazer o possível para incorporar com certeza a questão de efluentes, toda parte de saneamento é fundamental dentro desse processo, principalmente quando olhamos para essa ponte entre recursos hídricos e meio ambiente e a própria questão a regulação do saneamento.

**A SR<sup>a</sup>. CÉLIA RENNÓ (Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa)** – Nós temos essas contribuições, nós teríamos um documento preliminar para ser levado ao Congresso. Então, provavelmente eu já poderia encaminhar à ANA um projeto preliminar, mas não é um projeto aprovado no Congresso porque aí nós levaríamos para uma mesa e aí haveria sim um documento mais formalizado com uma participação maior da associação. O que eu acho que seria muito interessante.

**O SR. VOLNEY ZANARDI (ANA)** – Célia, muito francamente, para nós quanto mais cedo melhor porque nós gostaríamos de disponibilizar isso aí logo dentro da próxima versão do outro documento, ainda com uma proposta, que na realidade esse documento já teve uma série de modificação, ele foi sendo aprimorado, algumas questões entraram, outras saíram, nós vimos que não tinha viabilidade, mas é importante nós mantermos esse ritmo de discussão e de contribuição, porque senão a coisa desemboca toda no final e nós não conseguimos fazer com que os outros atores fiquem sabendo. E a nossa preocupação é muito com essa questão da divulgação, de colocar esses documentos e deixar eles virem porque nós sabemos que muitas dessas questões você não foi conseguir um consenso razoável. Então, provavelmente não tem como você colocar uma coisa e vai criar em vez de uma convergência uma divergência no 8º Fórum. Agora, nós entendemos que é fundamental nós avançarmos nessa discussão e conseguir algumas propostas e parar só de discutir diagnóstico, porque senão o 8º Fórum vai virar um choro, todo mundo vai dizer não funciona, e parece que a situação é muito pior do que é realmente, e não é. Eu acho que nós já tivemos grandes avanços nos últimos anos, estamos aprendendo muito as questões de crise hídrica, agora, nós temos que ter capacidade institucional e política de fazer um movimento, de fazer com que isso seja efetivo, se transforme em instrumentos. Como nós melhoramos os nossos planos, como nós melhoramos outorga, como nós articulamos o SNUC com a gestão de recursos hídricos. Isso são questões que não são simplesmente, vamos criar um GT e vamos criar um Conselho, você tem que ter uma visão clara e tem que procurar apoio, e o ano que vem é um ano

eleitoral, daqui há pouco você pode ajudar até dentro de uma própria estruturação de uma agenda mais política mesmo e dando um pouco de visibilidade para o próprio setor de recursos. Todo mundo tem medo de retrocesso, nós sabemos que a questão política está muito complicada no País atualmente, mas você sabe também que nesses momentos às vezes existem janelas de oportunidades para o bem, não só para acontecer coisas ruins. Então, acho que temos que conseguir no âmbito das nossas instituições uma certa clareza sobre, olha, a direção é por aqui, é Paraná lá, ou nós vamos em outro caminho. Mas assim, só para... Quanto mais cedo você puder me mandar esse documento, que daí eu já incorporo isso nas contribuições e você pode até anexar ele no próprio site da ANA, se quiser, mas pode mandar por ofício também que nós já protocolamos e colocamos apensamos ao processo do legado lá dentro.

**O SR. JÚLIO THADEU SILVA KETTELHUTT (Presidente da CTIL) –** Obrigado, Célia. Tarcísio, por favor.

**O SR. JOSÉ TARCÍSIO FIALHO (CERH/PR) –** Eu sou agrônomo e como agrônomo para nós é muito difícil falar de água sem falar em solo. Então, todas as propostas apresentadas aqui, nenhuma fez referência a solo e nós sabemos, até a própria ANA tem um projeto chamado Produtor de Água, que nós participamos bastante lá no Paraná com relação a isso, levando o agricultor a ter essa consciência e a sensibilização de que a agricultura talvez não, com certeza, é o setor que mais consome água, mas por outro lado é o setor que mais produz uso água, se nós olharmos por esse lado está na agricultura grande parte da salvação e aí está cheio de exemplo extremo, em Minas Gerais deu o exemplo disso de como se conservar solo, proteger mata ciliar, proteger APP, proteger reserva legal, você leva água para São Paulo. Através de programas sérios em conservação do solo. Então, eu só queria levantar essa questão porque lá no Paraná, e agora estou falando especificamente na minha área de agronomia, nós não falamos em água sem solo, para nós solo e água são irmãos gêmeos, o que sofre um sofre o vice-versa. Mas nós sabemos que questão de poluição de água, turbidez de água, proteção de hidrelétricas e os seus barramentos, tudo isso passa pela conservação do solo. Então, às vezes, nós pensamos que é um investimento meio longe do chegar na água, mas com certeza o investimento em solo é garantia de que a água estará, em tese, preservada, se tive solo conservado você tem água dentro daquele solo. Então, assim, uma proposta dessa nós temos lei de uso de solo e que sequer foi citada. Então, eu sugeriria que desse uma consulta, que nós temos lei nacional de uso de solo e temos os Estados legislam com relação a lei de um solo, temos fiscalização dessa lei, nós temos uma instituição dentro da Secretaria de Agricultura chamada Dapar, cuja finalidade é fiscalizar o uso de solo. Então, assim, eu não vejo como dissociar. Então, em algum momento, não é mais, é mais como uma proposição de que não se esqueça dentro do legado, o legado solo como irmão gêmeo da água, como um fator fundamental para que a água possa ser preservada. Obrigado.

**O SR. VOLNEY ZANARDI (ANA)** – A sua preocupação é nossa também, você vê o esforço que temos nessa discussão do produtor de água, o tem-se ampliado e investido nesse agenda, mas eu queria só mostrar para vocês. Isso aqui são ideias que nós estamos tentando desenvolver, algumas estão em um processo de desenvolvimento dentro da ANA, aprimoramento da gestão das águas subterrâneas, gestão de águas em terra indígenas, integração de gestão de águas com líquido setorial e com a gestão ambiental, agenda internacional de gestão de rio transfronteiriço, gestão de águas urbanas e integração com as políticas locais e incentivos a municípios, gestão de rios intermitentes no semiárido, gestão de água minerais, estrutura e funcionamento das Câmaras Técnicas do CNRH, questão de gênero, conservação de água. Nós não conseguimos chegar à proposta, por isso nós precisamos da ajuda de vocês, que consigam formular questões de uma forma muito objetiva para que possamos trazer essa discussão do legado e submeter às diferentes formas porque sabemos que existem muitas outras questões além dessas que já estão aqui. No entanto, nós temos que conseguir questões que a lógica do legado é proposição, não é diagnóstico, é a partir de um diagnóstico o que nós podemos fazer para ter melhoria nos instrumentos de gestão, na normatização, o que for. Então, é um pouco esse o espírito, estamos juntos nessa, mas nós precisamos de proposta.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Obrigado, Tarcísio. Cris, por favor.

**A SR<sup>a</sup>. CRIS (Fonasc)** – Boa tarde. Eu sou Cris, do Fórum Alternativo Mundial da Água – Fama 2018. Eu gostaria de saber com o tema, com o ponto segurança hídrica e crise hídrica, como justifica esse projeto relacionado com o 8º Fórum Mundial, cujo sistema é de privatização dos nascentes, mercantilização das águas, apropriação das águas subterrâneas, e diante desse processo eu acho nós estaremos entrando em uma crise humana, e como sugestão eu acho que poderíamos mudar de caminho. Obrigada.

**O SR. VOLNEY ZANARDI (ANA)** – Nós estamos trabalhando dentro do marco legal que existe que hoje, o marco, legal que a água é um bem público, constitucionalmente esse o que está na nossa Constituição. Existe uma discussão que não está ligada a essa questão nossa, específica, a discussão de segurança hídrica são questões relacionadas a outros processos que têm a ver com os serviços, não necessariamente com a água ou com recurso hídrico. Então, eu queria só deixar claro que nós estamos tratando dessa perspectiva de criar metodologias de como articular o melhor gerenciamento na bacia para situações de crise e esse é o objetivo.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Obrigado, Cris.



**O SR. JOSÉ QUADRELI (CNI)** – Boa tarde, Volney, tudo bem? Quadreli, da CNI. Eu só queria trazer alguns pontos de reflexão e reforçar aquele compromisso que foi feito na Rede de Recursos Hídricos lá, que vocês estavam presentes, de que aquilo que for resolvido pelo legado sai de onde ele estiver sendo discutido e aquilo que for resolvido onde estiver sendo discutido sai do Projeto Legado sem ter aquela coisa de ficar colocando sobre a mesma matéria. Eu queria que esse compromisso fosse reforçando. A segunda coisa é que como que no processo legado vocês estão trabalhando com a questão do estudo da OCDE, o acordo de cooperação técnica, o que nós temos, como que eles estão conversando nesse sentido. A terceira coisa, o setor acha interessante que o Projeto Legado ele tem uma passagem formal pelo CNRH, principalmente no que diz respeito a como ele vai ser apresentado no Fórum Mundial para que o CNRH possa chancelar essa iniciativa da ANA. Então, e a última coisa é que não está muito claro e reforçando o que foi colocado CTPNRH, na apresentação que teve lá, é como, quais são os critérios de aceitabilidade ou de rejeição, de sugestões ao Projeto Legado. Eu acho que é uma coisa que precisa ser aprimorada nesse processo, assim, poxa, eu fiz uma contribuição, por que não foi aceita? Qual a justificativa para não aceitar. Eu não sei como vocês estão pensando em resolver esse ponto. Só isso e pedir desculpas já de antemão que eu vou ter que sair antes de terminar a reunião e agradecer oportunidade.

**O SR. VOLNEY ZANARDI (ANA)** – Você falou a questão do compromisso, a questão assim, não tem sentido, o Projeto Legado tem uma perspectiva de resolver problemas, e questões propositiva. Então, se nós temos hoje uma Resolução de Cobrança no CNRH que trata de uma questão que está no Projeto Legado e muitas vezes nós trouxemos para dentro do Projeto Legado questões que já existem, que estão no próprio CNRH, ela sai, por que nós vamos deixar uma coisa que já se resolveu? Então, nesse ponto mais que pacífico. O segundo ponto, CDR e diálogos, está criando uma falsa discussão, em qual ano nós estamos conversando, que um fala diálogo outro fala legado, são duas coisas, dois escopos diferentes, diálogos é um processo dentro de uma consultoria que está fazendo um levantamento, um diagnóstico e ainda eu participei da última discussão está em questões muito incipientes de proposta, praticamente não tem proposto ali. Então, vai passar ainda por uma discussão de estudos de casos para fazer a validação do que veio. Então, é um processo, tem uma outra dinâmica totalmente diferente do que é o legado que é uma discussão e a partir do diagnóstico nós fomos lá e fizemos levantamento, propusemos algumas coisas, que não é a verdade absoluta, tem questões ali de mérito e questões que estão postas para ser discutidas. E o que nós temos dito é o seguinte, dentro de um consenso razoável, já respondendo a sua última questão, nós vamos tentar tocar para frente, se alguém achar que saneamento básico não deve ser um direito humano, lamento, mas acho que não vão concordar que saneamento básico não tem que ser um direito fundamental, é uma questão que a ANA vai colocar, temos que garantir Essas questão que segurança hídrica é um conceito importante, está na Constituição, nós entendemos, vamos chamar os juristas para fazer uma

discussão com eles na ANA. Então, nós estamos tentando fazer um processo de trazer aquelas pessoas que têm experiência, aqueles que passaram por anos dentro desse processo do Sistema Nacional e nós temos que cuidar que nós não podemos ficar refém de questões que são simplesmente procedimentais, não há sentido de submeter um projeto como o Legado, que toneladas ser um processo de reflexão, a um processo formal dentro do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, já se assumiu a necessidade de fazer a conversa com os Conselheiros, agora passar por um processo formal de aprovação é uma discussão diferente, são duas características diferentes, não tem porque submeter formalmente esse processo a uma aprovação, são dois processos que não são necessariamente o mesmo, tudo que sair do Legado que for resolução, vai ser necessariamente, vir ao Conselho, o Conselho, inclusive vai fazer do jeito que quiser, ele tem total autonomia para isso, o legado não vai dizer: o Conselho faz e seja desse jeito. Não existe isso. Então, eu fico só querendo dizer que é impossível pensar fora do Conselho Nacional de Recursos Hídricos? Acho que não é uma forma madura de tentar fazer o avanço institucional, todas as instituições aqui, a CNA, CNI, o setor elétrico todos fazem as suas propostas e não passam necessariamente pelo Conselho nacional de Recursos Hídricos, as próprias as ONGs também. Por que nós temos que submeter a um processo formal, isso não quer dizer que não devamos discutir como os Conselheiros, esse processo e essa discussão está garantida, agora, passar por um processo formal me parece que não vai agregar valor, e vai simplesmente esvaziar um processo e já tempo hábil para isso, dentro da dinâmica do próprio conselho, simplifico em esvaziar. Têm várias questões que estão sendo, está querendo trazer uma luz, chamar atenção, que são há 5, 10 anos no CNRH e não consegue avançar com elas. Então, esse processo é um processo que tem uma dimensão política de tentar fazer uma certa convergência de entendimento, o que é possível, o que é viável, como nós podemos aproximar a agenda de recursos hídricos, saneamento, porque um dos problemas que temos no Brasil é a descoordenação de política, os nossos instrumentos, quem pode fazer muitas vezes não tem a capacidade de fazer e como é que você faz para criar capacidade para fazer um processo coordenado? Se você olhar uma outorga, um Plano Municipal de Saneamento Básico vai ver que o que a agência reguladora de saneamento usa para fazer a discussão lá das metas e de como definir a tarifa, não casa muitas vezes com o que está dentro da outorga e você vai cobrar o que se nem nós nos entendermos? Então, esse processos eu acho são que questões que nós temos que ter muita clareza que o processo de implementação de política não é uma coisa ideal, é um processo muito difícil, nós estamos aprendendo muito com a crise hídrica agora, nós temos que transformar isso em uma melhoria do nosso processo de gestão de recursos hídricos. E isso não vai ser só trabalhar a área de recursos hídricos com uma caixinha, ela vai ter que saber a relação com as políticas setoriais, muito melhor do que faz hoje e fazer relação com a agenda de meio ambiente e saneamento.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Obrigado. Quadreli. Agora, Paulo.

**O SR. PAULO SAMUEL (Comitê de Bacia)** – Cumprimentar o Volney pela apresentação e já deixar o convite, Volney, no dia 14 de setembro nós estamos fazendo uma reunião dos representantes das Câmaras Técnicas e dos Conselheiros, dos representantes dos Comitês de Bacia nas Câmaras Técnicas e no Conselho Nacional. Dos Comitês. Em Ribeirão Preto. Então, está convidado, o pessoal da ANA para apresentar.

**O SR. VOLNEY ZANARDI (ANA)** – Manda um convite para nós, não sou eu que faço as apresentações.

**O SR. PAULO SAMUEL (Comitê de Bacia)** – Eu vou assinar os convites e disparamos. Segundo, lugar, ali estava a sua apresentação, desdobramento das proposto e aí eu queria que o pessoal, que dizer assim, tem 4 propostas de aprimoramento de leis, sobre os números a 9433, a 9984, 12334 e 801, e a minha alguns é a seguinte, qual é a segurança da Ana nesse mesmo de encaminhar para um Congresso que nós temos hoje para fazer aprimoramento dessas leis? Esse é o meu questionamento e eu deixo aí.

**O SR. VOLNEY ZANARDI (ANA)** – Paulo, o fato de nós não termos segurança não impede que nós pensemos e reflitamos sobre o que tem que ser feito, acho que esse é o ponto que estamos, e nós vamos trabalhar dentro do 8º Fórum para ver se conseguimos criar isso junto com todos que estão aqui. Eu acho que não dá para nós simplesmente acharmos que é, nós estamos vivendo condições realmente bem complicadas nos últimos anos aí de governabilidade do nosso Congresso, mas isso não pode fazer com que nós paremos, nós temos que continuar pensando, temos que continuar formulando, e muitas questões, algumas delas estão na nossa capacidade de resolver, têm questões que nós podemos resolver, se tivermos um acordo mínimo como é que nós articulamos essa questão mais de saneamento e meio ambiente? Nós podemos trabalhar isso dentro do próprio Ministério do Meio Ambiente, está aqui para isso. Então, questões que às vezes vão se arrastando há 10, 15, 20 anos e nós continuamos perseguindo o mesmo erro, vamos tentar avançar, refletir sobre esse processo. Eu acho que nós temos aprendido bastante, o fato de vai chegar ao Congresso, nós vamos ver se vai ter condição de chegar no Congresso, agora, isso não diminui a necessidade de nós refletirmos e temos um entendimento mínimo sobre a situação que vivemos hoje e o que pode ser melhorado, porque muitas vezes, quantas vezes aqui o Ministério vocês recebem, quantos projetos por ano relacionado a sistemas de recursos hídricos? Quantos desses nós propusemos? Nenhuma. Então, nós temos uma atitude totalmente reativa em relação ao Congresso também, o fato de não mandarmos nada não quer dizer que eles não propor também. Então, eu acho que nós, assim, ninguém é ingênuo aqui, nós sabemos que esse processo é um processo complexo, agora, se nós tivermos nas nossas instituições, no nosso Conselho, nas nossas Câmaras Técnicas, nos nossos órgãos gestores estaduais

uma noção mais clara do que é prioritário e como nós podemos fazer esse sistema funcionar melhor, nós vamos diminuir uma boa parte dos fantasmas que nos afligem no nosso dia-a-dia.

**O SR. GUSTAVO GAZZINELLI (Fonasc)** – Eu cheguei a dar uma lida no projeto, não sei se ele estava na versão ponto três para apresentação que a Socorro fez, aqui era ponto dois. Então, o que eu vou falar é em relação ao ponto dois, não sei se mudou alguma coisa. Primeiro, nós observamos que a proposta em relação à segurança hídrica ela acabou estabelecendo uma conceituação apenas de barramento, ou de obra de segurança hídrica. Eu estou falando as ideias gerais que foram estabelecidas, aquela visão, vamos falar assim, assim, de engenharia, não é uma visão ambiental. E isso é uma das críticas que fazemos à proposta, porque, por exemplo, ela inclui a infraestrutura natural como algo essencial à segurança hídrica e eu acho isso um grande equívoco. A segunda questão que nós também pontuamos é em relação ao CNRH, as propostas de mudança no CNRH, algumas, inclusive com rebatimento na lei 9433, eu acho que é uma discussão que nós achamos importante, mas que deveria realmente ser feita no âmbito do CNRH. Então, eu acho que nesse sentido, eu acho não terá nenhuma legitimidade qualquer proposta que parta da ANA como parte do sistema, do Sisnama e órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, qualquer proposição, iniciativa independente, autônoma no que se refere ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Ficamos muito preocupados também com a proposta de criar Comitês autônomos em áreas de recursos, de crise hídrica, Comitê de Bacia Hidrográfica. Ou seja, vocês estariam de acordo com essa proposta, segundo nós entendemos, tirando da governabilidade do Comitês de Bacia já instituído o poder de tratar das áreas críticas, para criar um novo Comitê de Bacia. Isso aí realmente nós não concordamos com essa proposta. Uma questão que nós queríamos registrar também é que a consulta que vocês fizeram às ONG, sequer as ONG que estão no Conselho foram convidadas a participar, o que nós achamos que demonstra um certo descolamento da Agência em relação ao próprio Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Célia, eu acho que o documento da Abes vocês podem apresentar na reunião do CNRH que vai ser depois desse encontro nacional da Abes, então, vocês podem apresentar lá. Agora, eu estou fazendo parte, pelo menos provisoriamente da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas e nessa Câmara Técnica nós avaliamos que tinha tanta coisa que era, vamos dizer assim, da atribuição do Conselho Nacional de Recursos Hídricos tratar, que nós resolvemos marcar uma reunião senhora para tratar do Projeto Legado. Então, quando chegar na reunião do CNRH, eu espero que tenha uma pauta de um dia inteiro para tratar desse assunto, por exemplo, pelo menos a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas já vai chegar com um posicionamento, e nós não achamos que é uma questão de nós mandarmos posições independentes, autônomas e individuais das pessoas que fazem parte do Conselho. Então, nós queremos, pelo menos a Câmara Técnica nós deliberamos tomar uma posição da câmara Técnica em relação ao projeto. Então, quer dizer, com toda as críticas, os pontos positivos nós ressaltamos aqui que foi uma oportunidade, se o Conselho não foi capaz de

4178 pautar determinadas discussões esse projeto veio a pauta-los, apesar de muitos  
4179 equívocos, dou exemplo, por exemplo, esse do Conselho Nacional de Recursos  
4180 Hídricos que acaba com a participação dos Conselheiros Estaduais na definição  
4181 dos titulares. Essa atribuição passa a ser do Secretário de Estado, ele passa a ser  
4182 o membro titular dos 27 representantes propostos do Estado e os indicados pelo  
4183 Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos passam a ser suplentes. Então, quer  
4184 dizer, ainda que enfaticamente essa seja uma matéria que na prática muitas vezes  
4185 é o próprio estado que se faz representar como membro do Conselho ele retira, o  
4186 projeto retira esse poder dos Conselhos e transforma os secretário como os  
4187 membros titulares dos Conselhos. E nesse sentido eu acho até que nós  
4188 deveríamos tentar instituir um Grupo de Trabalho para tratar da revisão do formato  
4189 do Conselho, por exemplo, a mim me parece que a representação não deveria ser  
4190 por Estado, mas as por bacias hidrográficas, as grandes bacias hidrografias  
4191 brasileiras, é uma proposta que nós vamos estar desenvolvendo, onde os Estados  
4192 estão presentes, nós temos 10 regiões hidrográficas no país, nós fizemos uma  
4193 tabelinha lá, todos os Estados estão presentes em todas elas, obviamente, e aí  
4194 nós tínhamos que talvez criar uma fórmula de as bacias virem boa parte dos  
4195 Conselheiros, sejam da sociedade civil dos Estados ou dos usuários indicados a  
4196 partir das bacia hidrográficas. Compondo realmente uma democracia hídrica no  
4197 País, a partir do conceito de território hidrográfico. Então, são questões, aí, por  
4198 exemplo, existem Ministérios que estão se propondo retirar alguns Ministérios, por  
4199 exemplo, o Ministério da Justiça é onde está ligada a Funai e área de direitos  
4200 difusos que são duas áreas importantes, inclusive 9433 tem uma atribuição  
4201 específica para a Funai no tocante às Bacias Hidrográficas com territórios  
4202 indígenas. Está se tirando o Ministério do desenvolvimento Agrário, proposta de  
4203 tirar o Ministério do Desenvolvimento Agrário responsável por boa parte da  
4204 agricultura familiar do País, vai ficar só o da Agricultura. Então, mesmo que não  
4205 exista mais aonde ele estiver que seja o Incra, da mesma forma que vocês estão  
4206 dando a titularidade para a ANA como representante da área ambiental e  
4207 diminuindo a do Ministério do meio Ambiente a apenas para um representante  
4208 mais o da ANA, nós também achamos que outros órgãos que têm uma  
4209 importância grande na gestão dos recursos hídricos que vocês estão propondo  
4210 retirar, nós não concordamos, embora nós concordemos que enquanto Governo  
4211 Federal deva diminuir de tamanho, não sei se os Estados deveriam aumentar  
4212 tanto de tamanho como vocês propõem, eu acho é uma coisa um pouco  
4213 esdrúxula, no meu modo de ver, enquanto vocês estão mantendo a sociedade civil  
4214 daquele mesmo tamanho que que ela tem. Eu acho que isso, se realmente a crise  
4215 hídrica ensinou alguma coisa, nós não podemos concordar que o conceito de  
4216 natureza como infraestrutura seja totalmente destrutado nessa proposta que foi  
4217 feita pela ANA. E não podemos concordar que se vocês, vários temas estão  
4218 parados até hoje no Conselho Nacional de Recursos Hídricos que ele continue a  
4219 ter mesmo poder governamental ou peso governamental que ele vem tendo até  
4220 hoje, porque é por causa disso que ele não anda, se houvesse uma participação  
4221 mais equilibrada, seja dos representantes, seja da sociedade civil, certamente  
4222 funcionaria. Então, como última questão, eu ponderaria o seguinte, eu acho que é  
4223 uma boa iniciativa, gera oportunidade, mas eu acho que nós deveríamos em

primeiro lugar analisar a fundo esse Projeto Legado, e eu estou falando Câmara Técnica fundo esse Projeto Legado, ter proposta para levar para o Conselho e ter clareza de qual a legitimidade da ANA para dirigir determinadas posições, direcionar determinadas posições, considerando que o Conselho é o órgão superior. A ANA pode propor o que quiser também, não é e é o que ela está fazendo, agora qual é o poder de legitimidade que ela tem para dirigir essa ação do ponto de vista do sistema nacional de recursos hídricos, é uma questão que eu acho que nós temos a fazer. E por fim, eu gostaria de questionar porque esse Congresso da ABRH é praticamente a última instância para fechamento da proposta, porque a ABRH representa uma parte da sociedade brasileira, ela representa do ponto de vista de recursos hídricos porque ela é uma parte, vamos dizer assim, muito relevante, mas pequena perto do conjunto da sociedade civil. Então, me parece um pouco aí a coisa vai para um parceria público/privada aí, ou pública/corporativa que eu acho um pouco questionável.

**O SR. VOLNEY ZANARDI (ANA)** – Obrigado, Paulo. Primeira, coisa, Gustavo, desculpe. A questão, tem várias questões que você traz aqui, a primeira coisa a discussão da ANA, a ANA essa ideia de propor. Então, está ela propondo e ela tem legitimidade para propor, agora, como isso aí ser conduzido, isso é uma discussão que está acontecendo e nós estamos aqui para justamente tornar isso público e ver se conseguimos a partir de todos esses diagnósticos que nós temos uma agenda um pouco mais propositiva e esse é o principal objetivo desse movimento da ANA e que vemos que ficaria muito pobre nós chegarmos nessa discussão do 8º Fórum sem nós pelo menos termos tentado fazer essa reflexão. Então, essa é a questão mais geral que você coloca ali. Em relação à questão dos Comitês, esse que nós estamos chamado para áreas de conflito é onde não tem Comitê, onde tem Comitê o Comitê tem que resolver. Então, o que nós estamos tentando fazer é o seguinte, onde não tem Comitê, por que eu vou criar um Comitê de um milhão e meio de quilômetros quadrados em uma determinada bacia da Amazônia se eu tenho problemas, às vezes, em 200.000 quilômetros quadrados. Então, a ideia é começar por ali e essa existência desse Comitê seria aprovada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Esse é o ponto. Então, eu acho que temos que dar uma olhada, tem uma série de problemas, acho que tem que ter muito aprimoramento, mas a ideia não é de forma alguma diminuir o papel do Comitê, mas é justamente colocar naqueles lugares onde você não tem condição de ter uma estrutura, uma estrutura mínima para poder gerenciar esses conflitos que muitas vezes fica na mão do órgão gestor. Então esse é o conceito dessa discussão de Comitê. Tudo. A criação desse Comitê passaria por dentro do Conselho Nacional. A discussão da segurança hídrica natural eu concordo contigo, mas agora, como transformamos isso em proposta? Vamos pensar, eu acho que é essa é uma das áreas que está naquele, que nós temos que desenvolver naqueles últimos pontos, nós estamos tendo muita dificuldade, conseguimos avançar um pouco na relação de recursos hídricos com o SNUC, estamos tentando melhorar um pouco da questão de saneamento com recursos hídricos, mas não é fácil, são sistemas extremamente complexos e difíceis de

4270 fazer uma convergência para o processo de gestão. Questão das ONGs,  
4271 justamente, nós começamos com as ONGs que não estavam no Conselho  
4272 Nacional porque nós vamos conversar agora com o Conselho Nacional e  
4273 conselheiros, esse é o objetivo, vão ser chamados e vão ser ouvidos dentro da  
4274 estrutura do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Nós conversamos, nós  
4275 conversamos com os setores energético, aquaviário, agricultura, foram várias  
4276 reuniões, saneamento, indústria, CNI nós estivemos lá, está tudo isso no site lá. O  
4277 seguinte, as questões, você vai ver aqui muitos dos atores que estão nos Comitês  
4278 de Bacia, na ponta, muitas vezes não estão no Conselho Nacional. Então, você  
4279 toda uma, por exemplo, a CNI se organiza no Brasil pelas federações, se tiver  
4280 uma reunião com as federações, porque as federações não estão no Conselho  
4281 Nacional, só está CNI, então, nós vamos fazer uma reunião com as federações.  
4282 Então, é esse tipo de dinâmica que nós estamos tentando construir para dar mais  
4283 representatividade e favorecer a participação de pessoas que muitas vezes não  
4284 estão no Conselho Nacional, o Conselho nacional não substitui a sociedade  
4285 brasileira. E nós queremos a presença muito maior da sociedade nesse processo,  
4286 essa discussão ela não é só da gestão de recursos, é uma discussão da  
4287 sociedade, ela vai estar dentro do Fórum, esse é o nosso entendimento. Então,  
4288 nós procuramos fazer isso de uma forma muito franca, clara, estamos abertos a  
4289 todos os setores, todos os convites que nós recebemos até agora nós nos  
4290 disponibilizamos a ir participar e esse é o espírito do que nós estamos, dessa  
4291 discussão do legado, é não deixar passar esse momento sem uma reflexão, e aí  
4292 nós vamos ver o que é possível dentro dessa discussão e chegar a um certo  
4293 consenso do que é, vamos dizer assim, adequado, constitui como uma plataforma  
4294 para os próximos anos, que tem muita coisa hoje que está sendo desenvolvida,  
4295 não tem a determinada atenção, não se tem uma ideia de como fazer a  
4296 convergência, fazer a articulação desses instrumentos, e esse movimento legado  
4297 procura fazer isso. Então, essas críticas que vocês trazem é fundamental para que  
4298 isso fanho, o legado foi criado para isso, para que as pessoas saiam da sua  
4299 acomodação e venham realmente discutir esse processo, é o que nós temos que  
4300 fazer, provocar esse processo. A ANA, a priori não tem o documento fechado, nós  
4301 fizemos uma proposição porque não nunca teve esse tipo de abordagem entro do  
4302 sistema. Então, é a primeira vez que nós estamos tendo essa abordagem e claro  
4303 que sabemos que ao propor qualquer coisa, por exemplo, a gestão de águas  
4304 subterrâneas nós passamos um bom tempo discutindo gestão de água  
4305 subterrânea, não conseguimos chegar a um, vamos dizer assim, a um tipo de  
4306 proposta, não sei se a Eldis acompanhou, tivemos reuniões com o próprio  
4307 presidente, com as áreas, com os setores da ANA não foi possível. Agora se a  
4308 Câmara Técnica conseguir trazer uma proposta será muito bem vinda, vamos  
4309 introduzir, trazer para dentro do documento e vamos divulgar e vamos submeter à  
4310 crítica de todos. Conversamos com a Abes, convidamos a Abes para vir em uma  
4311 reunião. Então, estamos aguardando. Agora, nós sabemos que isso aqui não vai  
4312 parar nenhum processo, nem no Conselho e nem no Congresso, nem em lugar  
4313 nenhum, não é esse o objetivo, não vai substituir outros processos, ele tem uma  
4314 identidade própria e está tentando cumprir com o seu papel, é simplesmente isso  
4315 que é esse processos do legado. Faltou alguma coisa aí?

**O SR. GUSTAVO (Fonasc)** – Teve um colega que fez uma pergunta, qual vai era ser o critério para analisar, foi até o colega da CNI, o Quadreli, para analisar o que entra, o que fica, o que sai. Qual que é esse Comitê e com base em que ele vai tomar essas decisões?

**A SR<sup>a</sup>. CLÁUDIA LIMA (SRHQ/MMA)** – Deixa eu falar junto com o Gustavo porque fui eu que falei isso na outra reunião da CTPlano, que é muito importante a participação social.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Só um minuto, está gravando a reunião e eu tenho que apresentar, senão depois não sabe nem quem está falando. Vamos apresentar aqui. Obrigado, Gustavo, agora a palavra está com a Cláudia.

**A SR<sup>a</sup>. CLÁUDIA LIMA (SRHQ/MMA)** – A mesma pergunta do Gustavo e do Quadreli que foi a mesma pergunta, Volney, que teve na CTPlano, que foi uma preocupação geral da reunião do CTPlano, que é a questão de aumentar a participação social é importante, mas nós notamos que não têm uma sistematização, como que vocês vão sistematizar, 150 falaram uma coisa, se não for, vocês acharem que não é razoável o consenso não entra. Se 10 pessoas falarem... O que é razoável consenso? Não existe razoável consenso, não é nada, teria que ter uma sistematização e as reuniões estão colocadas lá, o áudio de 3 horas, não tem uma planilha, fica impossível para ter qualquer transparência, ninguém vai conseguir entrar no site e ouvir 6, 10, 12 horas de áudio para analisar, tinha que ter planilhas sistematizadas, quem fez isso, quem fez aquilo, o documento não tinha nem página, agora que vocês colocaram. A versão 1, 2, 3, vocês não sabem o que mudou da 1 para a 2, para 3. Então, como não está havendo uma metodologia mínima à questão de participação social e a questão da visibilidade, e a transparência, ficou muito prejudicada. Desculpa, é a mesma pergunta do Gustavo e a mesma que fez o outro rapaz, o Quadreli.

**O SR. VOLNEY ZANARDI (ANA)** – Cláudia, esse processo nós estamos tentando fazer da melhor maneira nas condições que nós temos, nós colocamos já, hoje mesmo deve ser saído todo um melhor arrazoado metodológico, como esse processo está sendo desenvolvido, e os documentos estão em um processo de aprimoramento, nós estamos já terceira ou quarta versão, e o que nós temos chamado de consenso razoável é justamente isso, aquilo que tem um acordo e que nós vemos que são questões que no mérito são muito relevantes, não temos tido, assim, grandes, as questões maiores que teve problema até agora saíram, e vocês vão ver que na própria questão do Conselho Nacional alguns aspectos já



foram retirados. Então, nós estamos ouvindo e estamos vendo o que é possível avançar. É possível avançar na questão do Conselho? Ótimo, existe já uma Câmara Técnica, um Grupo de Trabalho no Conselho, pelo menos é uma das questões que está no Plano Nacional para se rever a questão do Conselho, do Decreto, tem um prazo tenha 2018, para se rever. Então, essa discussão do legado não pretende substituir essa discussão. Agora, existe possibilidade de chegar a uma ideia razoável? Por exemplo, esse conceito, eu francamente acho que um Conselho Nacional que não tenha todos os Estados não é um Conselho Nacional, a política é fundamentalmente implementada pelo poder público. Então, qual é o compromisso que tem o Acre ao ser suplente de São Paulo? Me desculpe, mas eu não consigo aceitar isso. Então, eu acho que é fundamental que os Estados todos estejam presentes. Nós estamos aumentando ali minimamente a presença dos municípios através das associações representativas, é importante trazer a visão do município, mas ele na não lei não a dominialidade sobre a água. Então, tem uma limitação sobre a participação. Então, são questões extremamente complexas, as questões de organização desse processo não são triviais. Nós estamos tentando criar um movimento que seja um movimento que consiga criar mais benefícios do que custos, esse é o nosso entendimento, até o momento nós estamos tendo o retorno de vários setores muito positivo, estou mais preocupado com essa questão, agora, esse não é um processo deliberativo, ali não tem uma deliberação de que esse é o que vai ser feito daqui para frente, isso é uma visão, ele é uma visão de como as coisas podem ser. Então, eu acho que vamos ter muita discussão sobre o processo, mesmo a discussão e como isso vai ser incorporado no 8º Fórum, está sendo feito. Por que da ABRH? Porque é a ABRH é um evento que tem uma representatividade muito grande e poucos eventos no Brasil têm representatividade maior do que o evento de ABRH, para a ABRH foi seminal no processo de estruturação 9433. Então, e um momento, novembro, adequado, dá um tempo maior para construirmos esse processo, têm questões muito pragmáticas, além da relevância, do respeito que nós temos pela entidade, a representatividade que ela tem, também o final de novembro é um momento bom às vésperas do Fórum, depois nós temos janeiro, fevereiro que o Brasil praticamente entra em recesso. E março é o 8º Fórum, nós temos que também não podemos estender muito mais esse processo. Então, são questões objetivas do dia-a-dia quem tem que resolver problemas e fazer com que a sargenta tenha uma consistência suficiente para que consigamos chegar lá com uma visão de futuro para essa discussão do processo de gestão de recursos hídricos. Esperamos chegar, nós estamos fazendo o possível.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Cláudia tem mais alguma...? Era você mesmo?

**SRA. CLÁUDIA LIMA (SRHQ/MMA)** – Cláudia outra vez. Olha esse parágrafo da apresentação. A presente iniciativa visa estabelecer a partir de uma sistematização, a palavra, dos diversos estudos com reflexões e consultas e não

está havendo uma sistematização. Então, fico bem difícil, assim, o que está escrito com o que está sendo feito, teria que refazer.

**O SR. VOLNEY ZANARDI (ANA) –** Onde você está lendo?

**A SR<sup>a</sup>. CLÁUDIA –** No legado, a primeira página.

**O SR. VOLNEY ZANARDI (ANA) –** Aqui?

**A SR<sup>a</sup>. CLÁUDIA –** É na apresentação.

**O SR. VOLNEY ZANARDI (ANA) –** No documento mesmo.

**A SR<sup>a</sup>. CLÁUDIA –** Aí tem a sistematização. E a questão das Câmaras Técnicas, foi retirado, mas esqueceram também alguns parágrafos. Então, ficou semi retirado. É o 4.

**O SR. VOLNEY ZANARDI (ANA) –** Esse documento ainda não é o documento final, ele vai ser publicado formalmente, só, ele vai ser publicado só na semana que vem, então, vocês estão ainda com um verão que não é a verão corrigida, é só porque ela tem alguns aprimoramentos que vão, que foram submetidos aquelas pessoas que participaram da nossa reunião. Agora, esse documento tem erros de numeração, tem uma série de limitação nós vamos corrigir. A versão para a discussão fora é a zero ponto dois ainda, nós trouxemos aqui mais no intuito de vencer alguns pontos que estão, digamos, não ficar retomando pontos que foram vencidos na versão zero ponto três, mas têm problema de edição, têm questões ali que não foram retiradas.

**A SR<sup>a</sup>. CLÁUDIA –** Eu estava olhando as Câmaras Técnicas, tira em uns lugares e deixou em outros.

**O SR. VOLNEY ZANARDI (ANA) –** Ficou na parte da proposta, mas não ficou no texto.

**A SR<sup>a</sup>. CLÁUDIA –** E essa parte de sistematização talvez tivesse que ser retirado e refazer esse parágrafo

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Nós temos ainda duas inscrições, Sonali e a Eldis. A Cláudio estava mesmo, ela falou.

**O SR. VOLNEY ZANARDI (ANA)** – Cláudia, eu falo contigo depois, se não der tempo, só porque eu queria ouvir direito o que é.

**A SR<sup>a</sup>. SONÁLI CAVALCANTI (CHESF)** – Eu parabenizo a ANA pela iniciativa, de fato há a necessidade desse trabalho e desse processo, mas eu gostaria de levantar alguns pontos para ponderação, Volney. Um ponto que eu destaco é que está sendo colocado no Projeto Legado um objetivo de fortalecimento do CNRH. Então, esse é algo que o legado está dizendo, fortalecimento do CNRH. E aí eu levanto dois pontos de competência do CNRH, que um é de formular a Política Nacional de Recursos Hídricos e o outro é de promover essa articulação do planejamento nacional, regional, estadual e setorial, de recursos hídricos. E considerando esses dois pontos eu considero que é fundamental, é importante e é necessário que esse Projeto Legado ele tenha essa passagem formal sim que o nosso colega e o Gustavo também falou, essa passagem formal pelo CNRH se não for para uma aprovação, para uma apreciação desse CNRH, e eu acho que isso daria legitimidade maior a esse Projeto Legado. Não ouvi, você no começo, no início você comentou que estariam sendo ouvidos alguns Conselheiros do CNRH, mas é diferente você dizer que vai ouvir Conselheiro do CNRH que cada Conselheiro isoladamente não representa esse Conselho Nacional de Recursos Hídricos. É diferente de você trazer esse projeto, trazer esse trabalho, essa iniciativa que é brilhante, mas assim, dar legitimidade a essa iniciativa a meu ver tem um ponto obrigatório de passagem que é o olhar do CNRH para apreciar essa matéria e a meu ver não se trata de uma aprovação, não, é uma apreciação pelo CNRH que é o órgão responsável por formular a Política Nacional de Recursos Hídricos, é o órgão que tem a competência de articular todo esse planejamento na área de recursos hídricos nesses vários níveis. Então, eu acho que isso daria maior legitimidade a esse Projeto Legado. Volto a dizer, parabenizo a iniciativa da ANA, fantástico, mas eu acho que não dispensa essa apreciação por parte do órgão maior do Sistema nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Eu coloco para ponderação de vocês com relação a isso, eu acho que fundamental. E o ouvir alguns Conselheiros não é a mesma coisa que ouvir o CNRH. Eu acho que isso é muito importante.

**O SR. VOLNEY ZANARDI (ANA)** – Acho que o que foi feito aqui foi uma afirmação, eu expliquei que nós entendemos que esse é um processo que não deveria passar por uma avaliação formal, porque não é até, o CNRH não tem que assumir um compromisso com o legado, o que o processo Legado está fazendo é justamente essa consulta e querendo aprimorar uma pauta a partir de um diagnóstico. Então assim, nós entendemos que não é esse o espírito do processo do legado. Então, eu respeito, assim como em vários momentos eu ouvia dizer

4500 competência para avaliar a legislação é do Conselho Nacional de Recursos  
4501 Hídricos? Vai ter competência não impede outros atores de fazerem proposição.  
4502 Então assim, eu acho que tem uma questão de concepção aí, eu tenho uma longo  
4503 experiência de Conama, eu fui presidente de CT, presidi várias reuniões do  
4504 Conama, o Conama é uma instituição extremamente complexa e nós vemos que  
4505 têm processos que não são necessariamente que vão ser conduzidos no tempo  
4506 de um Conselho, eles são diferentes nas questões, mas eu respeito, agora, existe  
4507 um entendimento e nós vamos fazer essa discussão com os Conselheiros, com  
4508 certeza essa questão, quando fizer a discussão você deverá estar lá, outros  
4509 conselheiros deverão estar lá e vai aparecer e nós vamos debater esse processo,  
4510 vai estar presente o próprio Ministério também que é o coordenador maior da  
4511 Política Nacional, embora a ANA também tenha nas suas atribuições legais a  
4512 responsabilidade de fazer coordenação e formulação pelo sistema. Então, o que  
4513 emos que nos cuidar um pouco, é que às vezes, estou há uns 25 anos em política  
4514 pública de meio ambiente e recursos hídricos e às vezes nós pegamos muitas  
4515 questões formais e não anda, e tem muitas vezes processos que ficam trancados  
4516 porque em interesse também de não fazer o processo andar e nós ficamos nesse  
4517 formalismo e não conseguimos fazer a discussão. Então, tem uma questão e  
4518 legitimidade, eu respeito isso que você traz, mas existe toda uma questão de  
4519 como é que você faz com que esse processo aconteça e muitas vezes o também  
4520 desse processo não é o tempo do Conselho e não é o processo para ver validado,  
4521 para ser aprovado pelo Conselho Nacional. Eu acho que esse cuidado nós temos  
4522 que ter, mas é uma questão de concepção, você tem uma visão, eu tenho uma  
4523 visão, aqui eu estou falando em nome próprio, não em nome do ANA, eu estou  
4524 falando em cima da minha experiência de anos de Conselho e Câmara Técnica e  
4525 eu vejo que as coisas dentro do Conselho ela não funciona dessa maneira ideal,  
4526 de que nós vemos só olhar, tem outros processos que muitas vezes não quer que  
4527 questões que sejam relevante apareça. E isso torna muito difícil você fazer  
4528 uma discussão mais ampla. Se essas questões que vão aparecendo no legado  
4529 vão ser implementadas, essa é uma outra discussão, o que estamos tentando  
4530 fazer é ter o mínimo de liberdade para chamar atores e ouvir, semana que vem os  
4531 diretores da ABRH, vem o ex-presidente da ABRH, ex-diretores da ANA, vem  
4532 pessoas da Academia e vamos discutir isso. Um dia fizemos uma série de  
4533 sugestões, o Fábio Feldman falou sobre a Constituição e foi constituinte, então,  
4534 essas pessoas, estão, quer dizer, essas questões que nós trouxemos da  
4535 constituinte foi a partir da discussão que nós tivemos com o Fábio Feldman,  
4536 questões relacionadas a, sei lá, houve outros comentários em relação à  
4537 contextualização que estamos preparando alguns texto de apoio depois para  
4538 contextualizar essas propostas dentro um diagnóstico, que nós temos vários  
4539 documentos. Então, esse é um processo que é um processo extremamente  
4540 complexo, é um processo que tenta dar uma visão, ele não tenta ser o plano para  
4541 os próximos 15 no Brasil. Então, não vemos a necessidades de submeter a um  
4542 processo formal do Conselho, embora nós entendamos que seja fundamental a  
4543 ouvida dos Conselheiros, e essa foi a posição que o presidente deu na própria  
4544 reunião do Conselho Nacional em junho.

4545

**A SRª ELDIS CAMARGO NEVES DA CUNHA (ANA)** – Praticamente já foi respondida a pergunta minha. Primeiro agradecer a apresentação. O pessoal aqui só perguntou quando vai a reunião dos juristas, mas isso já falou que vai ter. Obrigada.

**O SR. SERGIO GONÇALVES (Presidente da CTIL)** – Volney, muito obrigado aí pela sua presença, por estar aqui conosco na CTIL, é importante. Eu acredito com essa vinda na CTIL, praticamente das Câmaras Técnicas que estão hoje só faltam duas Câmara que estão em atividade, são duas, estamos com atividade, mas nós temos duas com atividades que ainda não teve apresentação. Mas nós temos só para uma reunião também ima reunião com a ANA e a Secretaria, na quarta-feira, Volney dia 6, para trabalhar um pouco mais sobre esse processo, fazer alguns pactos, ajustar os cronogramas, algumas coisa para que nós possamos, que o espírito sempre é, e vai ser e tem que ser fortalecer o sistema, fortalecer as ações, ver onde a sociedade nesses 20 anos espera, o que nós possamos fazer, mas a nossa missão aqui é realmente como Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental e Secretaria executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos é fortalecer o sistema de recursos hídricos, independente da formalidade de aprovação ou não, que não é o caso, mas a discussão por dentro do sistema, por dentro do Conselho ela é fundamental. Até porque como são propostas e elas têm que evoluir, elas têm que chegar no conselho para deliberar quando elas estiverem maduras, ou até saber se aqui mesmo que tem que ser. E aproveitando esse instrumento, o documento para ver o que nós podemos trazer porque muita coisa, e eu tenho dito isso independente, Volney, de sempre onde eu estou, nos Conselhos que já participei e eu já participei de vários Conselhos de Cidades, de Saúde, do próprio CNRH quase no início. Então, e tantos outros, é que o fortalecimento é fundamental, mas nós temos que estressar no bom sentido os instrumentos de governabilidade nossa, que o Executivo nos dá e que o Legislativo nos deu. Até antes de pensar em mudarmos lei, mudarmos Constituição nós estressamos no bom sentido Portarias, Instruções Normativas e Resoluções, que estão na nossa governabilidade maior como institucional? A ANA já estressou todas as possibilidades das regulamentações que ela pode. Então, na governabilidade dela? O Ministério do Meio Ambiente através do Ministro, não o presidente do Conselho já estressou onde ele pode induzir um desenvolvimento por Portarias e instruções normativas? Nós no Conselho mesmo nos debruçamos primeiro em todas as Resoluções que nós podemos fazer, aí depois que se em fazer e depois que limpou isso tudo aí nós pensamos, eu no meu pensamento penso assim, vamos mudar a lei, aí precisa mesmo, vamos fazer Decreto Presidencial: aí precisa mesmo, porque isso já extrapolar a governabilidade maior do sistema que entramos em um campo onde nós somos mais observadores do que protagonistas e nesses outros campos nós somos protagonistas, muito mais. Então, nesse sentido eu acho que temos que aproveitar as discussões e falar vamos trazer para cá e nós vamos resolver, no início ela pode ter nascido como uma proposta de mudança de lei, não, não precisa, agora vamos trazer para o

Conselho. Agora, trazer em um sentidos propositivo mesmo, colocando prazo, colocando ata para também não se perder nas calendas gregas e nós daqui há 10, 15 anos, só como exemplo, infelizmente é assim, n'ós temos que respeitar, mas é assim, eu participei das primeiras câmaras técnica de reuso e de águas subterrâneas e eu vôlei depois para o Ministério de 10 anos e estávamos discutindo a mesma coisa. Então, isso também nós temos que ter essa compreensão porque nós temos que ter uma compreensão não corporativa, como nossa responsabilidade de sociedade para dar resposta, porque se nós não temos isso a sociedade vai nos impor através de outras coisas, nós respondemos aqui projeto o tempo todo de alguém mudando vírgula, por casuismo na lei, tentando tirar cobrança, quebrar o sistema, é todo dia dois, três Projetos de Lei nos atropelando e a ANA nos responde, nós respondemos e a briga vai. Então, positivamente entender isso e agora nós também temos que aproveitar, como foi falado e a oportunidade que nós temos de um documento desses de saber o que nós podemos trazer para dentro do conselho mesmo, jogar dentro da Câmara e falar: nós temos prazo para acabar isso aqui, nós temos coisa para fazer, nós temos capacidade e competência para avançar. Eu acredito também que isso é um instrumento que pode ser usado positivamente como um instrumento de fortalecimento. Agora, no meu entendimento e respeitando o processo, e é isso mesmo, independente que isso só tem que se deliberar em última instância quando ela está pronta para isso mesmo, senão você já estressa a última instância antes da hora certa, mas passar, como a Sonali falou, passar por dentro do sistema, o sistema olhar, o Conselho olhar o que pode fazer e nós trazemos para nós uma responsabilidade que nós temos eu acho que também isso é um exercício para nós sairmos também, às vezes, um pouco da zona conforto. Bom, era em pouco disso e Volney fique à vontade.

**O SR. VOLNEY ZANARDI (ANA)** – Eu só queria fazer um agradecimento, esse é um processo que pode não parecer assim, mas se nós temos que ter em pouco de coragem para fazer porque não é um processo que nós sabemos que você sai (...), é um processo que você tem que, você sabe que é necessário porque vai ser muito difícil você chegar no 8º Fórum e não ter pelo menos mobilizado um setor que tem uma história que tem um conhecimento para fazer uma reflexão. Esse é o principal objetivo do legado, se conseguirmos chegar lá com uma visão um pouco mais consolidada, ótimo, seria muito triste nós sairmos da discussão do 8º Fórum e dizer: o que saiu daqui? Não tem nada, simplesmente um meio daqui há pouco de uma crise hídrica aqui no DF em março de 2018 para dizer que o sistema não consegue responder. Então, eu acho que nós conseguirmos mínimo de acordo sobre os avanço e para onde podemos levar, as questões mais polêmicas nós podemos tirar, mas têm questões que são estruturantes nesse processo, que temos um grande nível de acordo e que elas poderiam ser melhor organizadas e poderiam nos ajudar a construir essa visão realmente de uma visão mais para o futuro na área de recursos hídricos. É mais isso, eu acho que esse processo precisa de vocês, de todos os conselheiros, não existe nenhuma intenção de diminuir o papel de ninguém, de enfraquecimento, muito pelo contrário, a

discussão é de trazer os Estados para dentro do Conselho, fortalece o Conselho Nacional, mas essa é uma visão que está suscetível a críticas, a discussões, vai ter um processo estruturado que já está previsto dentro do próprio planejamento do Ministério. Então, eu queria realmente mais agradecer vocês todos pelas críticas, dizer que nosso intuito lá, principalmente esse grupo mais, que está na coordenação que é a Socorro, o Maurício Andreas, Paulo, são pessoas que estão há anos trabalhando na ANA e que assumiram mais essa carga lá dentro, que além das outras funções eles continuam fazendo a questão do legado, mas a ideia é realmente criar um documento mínimo, que eu acho que já tem alguns méritos, só de colocar aquelas propostas junto, começar a organizar algumas categorias de problema, só isso já começa, nos ajudar a criar aí um certo debate um pouco mais convergente em algumas temáticas. Então, é isso. Eu acho que nós devemos nos encontrar, os Conselheiros aí em outubro, início de outubro. 10 e 11, vai ser 10 e 11. Para fazer essa discussão, provavelmente nós devemos fazer essa discussão no dia inteiro, nós vamos ajustar agora com a data direitinho e a ideia é justamente criar essa possibilidade de nós aproveitarmos da melhor forma possível esse tempo. E no fundo dizer que nós estamos à disposição se quiserem entrar em contato comigo pessoalmente, com esse grupo mais operacional que somos nós 4 lá, nós estamos à disposição, existe problemas, tem erros e estamos tentando solucionar. Eu deixo claro para vocês que nós temos uma boa intenção de fazer um trabalho que seja produtivo para o sistema, e nós sabemos que isso não vai fazer isso sozinho, só vai fazer isso se fizer isso na relação com todos vocês. Obrigado, Júlio e obrigado meu caro Sérgio, Roseli. É isso.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Antes de encerrar a nossa reunião, até para poder nós termos um ponto ainda, nós temos o ponto de informes para quem quiser, conforme a nossa pauta, assuntos gerais, mas nós temos também se acharmos, foi feita uma apresentação, as outras Câmaras Técnicas fizeram o encaminhamento sobre o Legado teve encaminhamento formal, cada Câmara Técnica se reuniu e após a apresentação fez algum tipo de encaminhamento, igual, como o exemplo que foi dado pelo Gustavo que a de Águas Subterrâneas marcou uma reunião para discutir, um exemplo. A CTCOB falou: nós propomos uma oficina do Conselho com as Câmaras para nós discutirmos melhor. Eu estou dando como exemplo, algumas Câmaras fizeram encaminhamentos próprios delas em função da observação. Então, nesse momento agora, não é pergunta para o Volney que já acabou, mas é saber se tem algum encaminhamento pela Câmara Técnica. Está aberta a palavra.

**A SR<sup>a</sup>. ELDIS** – Já que vai ter um encontro dos juristas, seria importante a CTIL estar presente porque trata de assuntos legais, um dos encaminhamentos, eu acho.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Um dos encaminhamentos é solicitar para a Agência Nacional de Águas que no encontro dos juristas a CTIL

esteja presente. Um encaminhamento. Temos mais algum tipo de encaminhamento? Eu gostaria de sugerir aqui que foi feito já uma síntese de relato das outras câmaras sobre a apresentação, que a CTIL recebesse a posição e todas as outras Câmaras para fazer uma análise de entendimento do que nas outras Câmara se resolveu. Pode ser também esse encaminhamento para nós entendermos o que nós temos das outras Câmaras? E como a CTIL acaba também o que vier das outras Câmaras vai passar por aqui. Então é interessante, já está pronto, foi feito já pela Secretaria Executiva, esse documento já está pronto, só disponibilizar para os membros da CTIL que é uma síntese do que foi discutido e quais foram os encaminhamentos das outras Câmaras, mas está aberto ainda também para algum outro encaminhamento que nós queiramos fazer sobre o Projeto Legado. Agora entramos nos assuntos gerais. Temos assuntos gerais? Encerramento, por favor,

**O SR. PAULO SAMUEL (Comitê de Bacia)** – Na realidade eu só queria lembrar aí o Congresso de Abes que é de 02 a 06 de outubro, em São Paulo e o Encontro Nacional de Comitê de Bacia que vai ser de 7 a 10, em Aracaju, de novembro. Só lembrar os colegas da Câmara. Obrigado.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Mais alguma que possamos ter?

**A SR<sup>a</sup>. ELDIS CAMARGO (ANA)** – Aproveitar a oportunidade para avisar que segunda e terça vamos ter um curso de capacitação na ANA sobre gênero e água, e dia 25 e dia 26 de outubro uma oficina sobre gênero e água, internacional também. Então, seria importante avisar o pessoal que estiver interessado.

**O SR. SÉRGIO ANTÔNIO GONÇALVES (MMA)** – Aproveitando também, o Ministério do Meio Ambiente tem um stand dentro do Congresso da Abes, estamos em negociação e temos também uma participação no stand dentro da ABRH. Então, o Ministério do Meio Ambiente estando lá obviamente o Conselho Nacional de Recursos Hídricos estará lá. Então, Conselheiros e Conselheiras e membro de Câmara Técnica estando lá se sintam que a casa também é de vocês, se conseguirmos oficializar a nossa participação. E estaremos, já recebemos convites e estaremos em algumas mesas do Congresso da Abes, eu acredito não... Da Abes nós vamos receber, a Célia que está coordenando uma mesa vai nos convidar, entre outras mesas que vão ter na área, não só de recursos hídricos, mas de resíduos sólidos e outras áreas também. Fechamos? Então, muito obrigado pela presença Conselheiros e Conselheiras e membros da CTIL pela nossa reunião, agradeço muito a colaboração e vencemos a nossa pauta completa, isso é muito importante. Graças a vocês, muito obrigado mesmo e obrigado por toda essa participação e obrigado pelo Júlio estar sempre do meu lado me orientando e me ajudando a conduzir isso. Obrigado.